UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

MARIANA VILLARES PIRES CERQUEIRA DA MOTA

Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI

SÃO PAULO
2009

MARIANA VILLARES PIRES CERQUEIRA DA MOTA

Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI

Dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo como exigência para a obtenção do Título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Política Internacional
Orientador: Prof. Doutor Oliveiros S. Ferreira

SÃO PAULO
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

Mariana Villares Pires Cerqueira da Mota
Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.
Área de Concentração: Política Internacional

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr._____

Instituição_____ **Assinatura**_____

Prof. Dr._____

Instituição_____ **Assinatura**_____

Prof. Dr._____

Instituição_____ **Assinatura**_____

Prof. Dr._____

Instituição_____ **Assinatura**_____

Prof. Dr._____

Instituição_____ **Assinatura**_____

DEDICATÓRIA

Ao Mauro, meu amor e companheiro, por todo o amor, companheirismo e interlocução durante todo o período de elaboração deste trabalho. Aos meus dois filhos, Francisco e Beatriz, que me foram presenteados por Deus durante esta empreitada.

E à minha mãe, que sempre foi a minha maior guia e que me fez chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Oliveiros S. Ferreira por toda a atenção, carinho e dedicação durante a orientação deste trabalho.

À FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por ter acreditado e investido no tema deste trabalho e ter patrocinado a pesquisa permitido, assim, a minha dedicação a este trabalho.

A todo o Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, pelas exigências e principalmente pela base intelectual que me deu e que permitiu o início das conjecturas que são as raízes desta dissertação.

À minha grande amiga Ester Ribeiro Pereira que fez o importantíssimo trabalho de tratamento estatístico dos dados apresentados nesta tese e mais uma vez ter estado presente num momento fundamental da minha vida como este e em outros que ela já esteve presente e me apoiou nestes meus quase 8 anos de Brasil.

Ao Professor Adriano de Freixo (CEFET-RJ), historiador, pela sua disponibilidade imediata em discutir comigo o tema da CPLP e assim me proporcionar uma visão clara e fundamentada sobre o assunto.

Ao Professor Paulo Roberto de Almeida (Uniceub), sociólogo e diplomata de carreira, por ter concedido entrevista e expressado a sua posição pessoal, repleta de experiências e assim ter contribuído para o enriquecimento deste trabalho.

A todos aqueles que responderam ao questionário e principalmente, a César Lambert de Azevedo, ex-Adido de Defesa do Brasil na China e professor de relações Internacionais (FACAMP), e a Jorge d'Oliveira Santos, conselheiro numa 1 câmara de comércio na Bélgica e numa confederação de câmaras de comércio europeias relacionadas com África e o Mediterrâneo, que com suas experiências dedicaram minutos de seu dia para expressarem

suas opiniões sobre a pesquisa e que ao me enviarem emails me proporcionaram a possibilidade de rever questões e de solucionar problemas.

À minha família, minha mãe, minha irmã, meu sobrinho Diogo, meus quatro avós, meu pai, todos, que mesmo do outro lado do mar se fizeram sempre presentes, me apoiaram sempre e acreditaram em mim.

Mais uma vez, ao Mauro, meu grande companheiro, amor e amigo, por todas as vezes em que cozinhou para mim enquanto eu trabalhava na tese, por todas as vezes em que conversou comigo, pela madrugada, sobre a CPLP, por todas as vezes em que me apoiou em momentos de cansaço que ocorreram e que foram vários, durante este período e por toda a credibilidade que me deu e me dá.

Obrigada a todos!

EPÍGRAFE

"... é no espaço naturalmente universal de uma língua que cada um tem a mais alta e a única maneira aceitável de ser pátria, (...) lugar onde a particularidade de um povo se simboliza e vive espontaneamente no universal."

Eduardo Lourenço, 1996

"O universal não é um espaço, é a universalidade do olhar que o pensa."

Eduardo Lourenço, 2000

RESUMO

Esta dissertação pretende traçar as linhas gerais que permearam a criação da CPLP, em 1996 e sua atuação desde então, agora que já fazem 12 anos da sua formação. O objetivo é identificar quais as possíveis estratégias e posições a serem tomadas pelos Estados-membros da comunidade no cenário internacional no século XXI. Pretendemos verificar até que ponto a CPLP é uma Comunidade que tem desempenhado um papel importante no cenário internacional num mundo cada vez mais globalizado. Tem o propósito de traçar o desenho que delineou e delineia as relações entre o Brasil, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP's). Para isso, investigou-se qual o cenário político, histórico e social no qual germinou a idéia da criação de uma comunidade como a CPLP, qual o seu papel na comunidade internacional, quais os ganhos de quem dela participa. A questão central da pesquisa foi: de que maneira a CPLP é atuante na defesa dos interesses econômicos, sociais e culturais dos países que a compõem, que juntos representam mais de 200 milhões de "cidadãos do mundo" a falar a língua portuguesa? Quisemos medir o grau de identidade entre os povos que compõem esta comunidade e para isso usamos a construção de um índice estatístico que permite saber qual é esse grau, em quê a identidade desses povos se baseia e qual o reflexo dela para as relações intra-estatais e inter-estatais. Veremos que a abordagem construtivista das Relações Internacionais é a chave teórica para entendimento da CPLP, neste trabalho, e que as análises do cenário pós-Guerra Fria, não explicam a peculiaridade da CPLP. Por fim traçamos as estratégias possíveis da comunidade no futuro e apontamos quais as críticas mais comummente apresentadas por diferentes atores à sua atuação até hoje.

Palavras-Chave: CPLP, Lusofonia, Identidade, Construtivismo, Relações Internacionais.

ABSTRACT

This thesis aims to trace the general lines that permeated the creation of the CPLP in 1996 and its performance since then, now that are 12 years of her formation. The goal is to identify the possible strategies and positions to be taken by member States of the international community in the twenty-first century. We want to verify the extent to which the CPLP is a community that has played an important role in the international arena in a world increasingly globalized. Aims to trace the outline and design the outlines the relationship between Brazil, Portugal and African countries whose official language is Portuguese (PALOP's). For this, we investigated what were the political landscape, historical and social in which germinated the idea of creating a community like the CPLP, what is it's role in the international community, and which are the of who is involved. The central question of this research was: how the CPLP is active in the defense of economic interests, social and cultural rights of the countries that compose it, which together represent more than 200 million "citizens of the world" to speak the portuguese language? We measure the degree of identity among the peoples that make up this community and for this we use the construction of a statistical index that allows to know what is the degree in which the identity of these peoples is based and which reflects it to the intra-state and inter-state relations. We will see that the constructivist approach of International Relations is the theoretical key to understanding the CPLP, in this work, and that the analysis of post-Cold War scenario, somehow, does not explain the peculiarity of the CPLP. Finally, this thesis draw the possibles strategies of this Community in the future and point out that the criticism most commonly made by different actors for her performance till today.

Keywords: CPLP, Lusophonie, Identity, Constructivism, International Relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 11

CAPÍTULO I
A CPLP: O PROJETO..... **26**

1.1 O SURGIMENTO E CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE..... **26**

1.1.1 As raízes Históricas da Triangulação expressa na CPLP: as oscilações nas relações entre Brasil e Portugal; **28**
1.1.2 O conceito de Organização Internacional: sua realidade na CPLP..... **36**

CAPÍTULO II
CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS..... **41**

2.1 DUAS ANÁLISES DO CENÁRIO INTERNACIONAL PÓS-GUERRA FRIA: Fundamentos possíveis para a explicação da existência da CPLP?
2.1.1 As teorias Realista e Liberal no debate pós-Guerra Fria**;**..... **41**

2.2 A ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA: O caso da CPLP..... **54**
2.2.1 Segurança Internacional – o dilema de segurança e a perspectiva construtivista..... **58**
2.2.2 Estruturas, Identidades e a CPLP: um estudo de caso..... **63**

CAPÍTULO III
A CPLP E SEU PAPEL NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO..... **81**

3.1 CPLP: COMO LIDAR COM AS ASSIMETRIAS**?**..... **81**
3.2 Instituições: A CPLP e a Cooperação Regional; **84**
3.2.1 Assimetrias na CPLP: " Hub and Spoke System" ou caminha para uma Área de Livre Comércio (ALC)?..... **89**
3.2.2 Análise de Indicadores Econômicos**;**..... **93**
3.3 Considerações Finais sobre as Assimetrias..... **98**

CAPÍTULO IV
CRÍTICAS À CPLP **101**

4.1 Doze Anos de Vida: O que foi feito até hoje? Qual a possível atuação no cenário internacional? **101**

CONCLUSÕES **112**

BIBLIOGRAFIA **119**

ANEXOS **122**

INTRODUÇÃO

A relação entre o Brasil e Portugal no âmbito da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP) leva a prever que estes dois países possam desenvolver estratégias comuns internacionais para a sua inserção cada vez maior no cenário mundial, no palco da mundialização do capital, mais comumente conhecida por globalização, como também a desenvolverem em conjunto com os PALOP's (Países Africanos com Língua Oficial Portuguesa) diversas estratégias que consagrem tanto a língua portuguesa, como também a cultura dos diferentes povos que compõem a CPLP, além do desenvolvimento de projetos que diminuam as assimetrias existentes entre cada um dos países que compõem esta Comunidade luso falante. As ações possíveis podem passar, a título de exemplo, por uma reformulação das leis internas de cada um dos países da CPLP que permita a livre circulação de seus cidadãos lusófonos, como cidadãos de uma mesma comunidade, tal como estava previsto inicialmente no Tratado de Amizade e Consulta assinado entre Brasil e Portugal na década de 50. Ou ainda, pela criação de instituições internas da CPLP capazes de fazer cumprir os objetivos para os quais a comunidade foi criada, como por exemplo, um Banco Central, ou um Fundo Monetário, aptos a financiar projetos de interesse dos Estados membros, ou um Conselho Fiscal que proponha projetos e fiscalize a utilização dos recursos disponíveis, entre outras iniciativas.

A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa não tem sido, ao que tudo indica, utilizada como uma organização regional entre Brasil e Portugal na qual pudessem fazer valer seus interesses estratégicos, seja no Atlântico Norte ou no Sul e na comunidade internacional de uma maneira geral, nem mesmo tem feito um papel fundamental que seria aumentar o diálogo tão necessário entre Sul-Sul.

A presente pesquisa procura verificar ao longo de aproximadamente 50 anos da história

brasileira e portuguesa, como se desenvolveram as relações entre Portugal e Brasil, qual seu sentido, com que visão estratégica. Concentrar-se-á nos anos pós-1974, quando Portugal retorna à democracia e o Brasil inicia o seu processo de abertura política. Trata-se da tentativa de captar qual o cenário político, social e econômico brasileiro no momento da promulgação da Constituição Brasileira de Setembro de 1946, incidindo no fato do Brasil ser a partir de 1945 uma democracia e, no entanto, apoiar Portugal que vivia uma ditadura desde 1932.

O Caso Português

Em 1933, António de Oliveira Salazar, que começou sua carreira política em 1928, como Ministro das Finanças, aprova uma nova Constituição para Portugal, na qual ficava proibida a existência de partidos ou de sindicatos, assim como também estabelecia a existência de censura e de uma polícia política que fizesse valer o cumprimento dessa mesma censura e que perseguisse todos aqueles que fossem contrários ao seu governo. Assim se iniciava a ditadura salazarista em terras lusas.

O que se pretende verificar é a relação bilateral, entre Portugal e Brasil, num momento em que os dois países tinham no seio de suas sociedades regimes políticos totalmente opostos e as posturas de ambos em suas políticas externas, posturas essas muitas vezes paradoxais relativamente a suas políticas internas. É de se notar que a literatura refere o quanto Salazar era fechado para a política externa, como lembra, por exemplo, António Costa Pinto, no Diário de Notícias datado de Maio de 2005:

> "O ditador português não desafiou a sua sorte em política externa. Preocupado com o Império, Salazar temeu as aventuras de Mussolini em África e ficou tranquilo com as opções continentais da Alemanha nazi.". (Pinto, António Costa. Diário de Notícias, Lisboa, Maio de 2005)

Isto reforça toda uma atitude salazarista, voltada para a manutenção das colônias em África. Até à década de 60, as colônias foram, fundamentalmente, os fornecedores de produtos agrícolas e de matérias-primas a baixos preços, foram uma importante fonte de divisas capaz de manter o equilíbrio da "metrópole". Mas, no decorrer da década de 60, Portugal vai vivendo algumas transformações - intensifica-se o processo de concentração e acumulação de capital, formando-se um capital financeiro que vai ganhando a pouco e pouco a sua hegemonia, aumentando assim as relações de dependência com o capital estrangeiro. Estas mudanças vêm implicar conseqüentes alterações nas formas de exploração e nas relações entre as colônias e Portugal.

A mudança de sentido de interesse comercial de Portugal, qual seja, a mudança de foco da África para a Europa como mercado mais rentável, é acompanhada por um processo de industrialização no seio das próprias colônias (Angola e Moçambique). Investimentos diretos de capital privado de grandes grupos econômicos portugueses, como o grupo Champallimaud ou a CUF (Companhia União Fabril, que viria a ser, pós-74, a conhecida QUIMIGAL-Química de Portugal), que já tinham negócios no continente africano e não queriam deixar de explorar minérios, bancos e seguros, participaram para o aumento dessa industrialização em países da África.

O aumento da produção, assim como a continuada exploração de colonizador sobre colonizado "promoveram" durante anos a organização clandestina de movimentos que defendiam a independência das colônias. Assim, mesmo tendo sido informado da vontade de resolução pacífica para a declaração de independência, por parte dos movimentos de libertação das colônias, o governo de Salazar foi à guerra e na noite de 4 de Fevereiro de 1961, vive-se em Angola o primeiro ato que daria início à Guerra colonial (1961-1975). A guerra começou a ficar muito cara para o país, na manutenção das tropas em território ultramarino, de fato esses gastos comprometeriam a situação econômica de Portugal. O que

para a maioria dos países era um desperdício de dinheiro, para Portugal continuava a ser uma prioridade a sua posição no cenário internacional como um império colonial. Neste sentido podemos ler em Freixo (Freixo, 2007[1]) que existe em Portugal um imaginário que se cultiva, digamos até hoje, de que Portugal acredita ter um destino imperial. Neste sentido, Boaventura Sousa Santos diz: "uma das constantes do pensamento mítico e do pensamento psicanalítico social é a de que Portugal tem um destino, uma razão teológica que ainda não cumpriu ou que só cumpriu nos períodos áureos dos descobrimentos (...)" [2]. Ou seja, Salazar mantinha o mito de destino imperial vivo na realidade diária do todos os portugueses, principalmente daqueles que foram obrigados a lutar numa guerra sem razão.[3]

A situação econômica de Portugal, que se agravava, portanto, com a manutenção das guerras em África, as condições sociais vividas no país na época, resultantes de uma política econômica fechada e comprometida em outros gastos, culminou com uma alta emigração portuguesa para diversos países da Europa, como França e Alemanha, por exemplo, e também para o Brasil[4].

Neste contexto as relações entre Portugal e o Brasil, foram marcadas, até ao início da década

---

1 FREIXO, Adriano de. Minha Pátria é a Língua portuguesa: A construção da ideia de Lusofonia em Portugal. Tese de Doutorado em História Social. UFRJ,2007.

2 SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.*5ª ed. São Paulo, Cortez, 1999, p.71. Citado em FREIXO, Adriano de. *Op.cit*, 2007, p.5.

3 É consenso, entre aqueles que têm algum senso, que Portugal errou em relação às guerras que manteve no Ultramar. Em vez de aceitar e ajudar suas ex-colônias num processo de independência, Portugal quis, à força, mantê-las sobre seu domínio. Não há como não ver que foram mais de vinte anos de guerras sem razão e que trazem feridas abertas até hoje, tanto na memória dos soldados sobreviventes do Ultramar, como na memória dos combatentes de movimentos de libertação das ex-colônias e de seus familiares. Destacamos aqui um trecho de uma letra de música escrita por Miguel Ângelo e Fernando Cunho, de um grupo de POP português, Resistência, intitulada *Aquele Inverno:* (...) Há sempre a lembrança/De um olhar a sangrar/De um soldado perdido/em terras do Ultramar/ Por obrigação/Naquela missão/Combater na selva sem saber porquê/ E sentir o inferno de matar alguém/E quem regressou guarda a sensação/ Que lutou numa guerra sem razão./ Há sempre a palavra, a palavra nação/Que os Chefes trazem e usam para esconder a razão/Da sua vontade (...)." A música pode ser ouvida no link do youtube: http://www.youtube.com/watch?v=UCsnu5dXiPI. Este vídeo tem imagens de soldados na guerra em África.

4 Cabe aqui referir que antes de 1960 o fluxo de emigrantes portugueses para o Brasil havia sido muito maior do que o que foi nessa década, no entanto, a partir de 1961 podemos observar que esse número continua a ser elevado segundo os seguintes dados: entre 1951 e 1960 o número de imigrantes portugueses no Brasil foi de 235.635, entre 1961 e 1967 esse número passou a ser de 54.767, só na década de 80 é que esse número foi reduzido drasticamente para 4.605. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). In: <http:// http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_portuguesa_no_Brasil#Imigra.C3.A7.C3.A3o_de_decl.C3.ADnio_.281960-2000.29> Acessado: 8 de Março de 2009.

de 1970, pela imigração portuguesa e pelo apoio que o governo brasileiro demonstrou ter relativamente à política ultramarina portuguesa.

O caso brasileiro

Nos vários governos que sucederam a instauração democrática no Brasil (1945-1964), o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi o que mais se aproximou de Portugal, aquele no qual foi assinado entre os dois países o *Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal*, aquele que mais apoiou o colonialismo português em África. "Tocar em Portugal era tocar no Brasil" – afirmava Donatello Grieco representante brasileiro na Quarta Comissão da ONU onde se tratava da questão da colonização. Não cabe nesta apresentação, um juízo de valor no que respeita à posição paradoxal tida pelo presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek, na medida em que essa postura de apoio ao colonialismo português não combinava com os objetivos da sua Operação Pan-Americana[5]. No entanto, cabe ressaltar sim as relações mais estreitas entre os dois países nessa época promovidas com o intuito de fazer do Brasil um país com maior voz no cenário internacional, como assim o desejava o "criador" da capital em Brasília.

Nos governos de Jânio Quadros e de João Goulart as relações entre os dois países foram deixadas um pouco de parte, mas em 1964, o golpe militar no Brasil trouxe ao poder o General Castelo Branco, iniciando-se aí a ditadura militar que iria durar até 1985[6]. O General Castelo Branco tenta, no entanto, restabelecer as relações mais estreitas com Portugal,

[5]A política de Juscelino previa princípios como autodeterminação, a não-intervenção, a soberania, o nacionalismo e a democracia representativa, como refere Rampinelli (2004, p.87) [estes princípios] são deixados de lado para apoiar a estratégia portuguesa da longevidade de seu regime autoritário, assim como da manutenção de seu sistema colonial, atitudes essas desfavoráveis ao Brasil não apenas política, cultural e socialmente, mas também no aspecto econômico. (Rampinelli, Waldir José. *A Política Internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português.* In: < http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_waldir.pdf>, pp.87-88, 2004.

[6] Devemos, no entanto, frisar que o processo de abertura democrática no Brasil se iniciou, na verdade, em 1979, quando caducaram os Atos Institucionais e a partir de então o Congresso voltou a funcionar, o sistema partidário voltou a ser multipartidário, entre outras conquistas a caminho da democracia.

propondo uma aliança entre Brasil, Portugal e África.

Durante a ditadura brasileira e até ao fim da ditadura em Portugal em 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos, as relações entre Brasil e Portugal foram sofrendo oscilações, mas sempre se mantendo cordiais entre os governos do Brasil e de Portugal. As relações se tornavam estreitas na identificação de regimes que pretendiam lutar contra o comunismo e num apoio, por parte do Brasil, do uso das Forças Armadas Portuguesas em território africano.

No entanto, em 1973, esta relação próxima dos dois países sofreu uma mudança, uma vez que a política colonial portuguesa começou a ficar isolada no cenário internacional e sofreu ameaça de retaliação árabe-durante a crise do petróleo. Neste contexto, o Brasil resolveu votar contra Portugal, na ONU, apesar desse voto, por ser já um pouco tarde, não ter surtido nenhum efeito significativo.

Em 15 de Março de 1974, o General Ernesto Geisel assumia o poder no Brasil, e em Portugal vivia-se, nessa mesma noite, a primeira tentativa de derrubada[7] do regime salazarista, presidido na altura por Marcelo Caetano. Sentia-se, em ambos os países, a chegada de um novo tempo político, sendo que em Portugal esse novo tempo chegaria em pouco mais de um mês e no Brasil se iniciaria um processo que muitos consideraram ser o início de uma abertura gradual, lenta e segura do regime militar para a democracia.

No dia 24 de abril de 1974, o Jornal República, publicava uma pequena nota pedindo para que o povo português prestasse atenção ao programa de rádio que iria ser transmitido nessa noite, pela Rádio Renascença. O Movimento das Forças Armadas (MFA), os *Capitães de Abril*

[7] Esta tentativa de golpe ficou conhecida por "Golpe das Caldas", por ter acontecido nas Caldas da Rainha, cidade portuguesa, onde os militares do Regimento de Infantaria 5 foram os únicos a marchar por Lisboa, numa espécie de preparação do 25 de abril de 1974 e como reação à demissão do General Spínola e à do General Costa Gomes por se terem recusado a participar da reunião, conhecida por "Brigada do Reumático", promovida pelo então presidente português Marcelo Caetano, que pretendia mostrar às Forças Armadas portuguesas que o governo tinha o país sobre controle. Neste acontecimento foram presos cerca de 200 militares. Outros acontecimentos relevantes de movimento contra o regime de ditadura de Portugal podem ser encontrados em: < http://www.cm-odivelas.pt/Extras/MFA/cronologia.asp?canal=9>, último acesso, Março de 2009.

(como viriam a se chamar depois), chefiado por Otelo Saraiva de Carvalho e pelo Capitão Salgueiro Maia, recebiam destes as instruções para a tomada das ruas nessa madrugada. Às 00h:20m do dia 25 de Abril tocava na Rádio Renascença a música de Zéca Afonso, *Grândola Vila Morena,* escolhida pelos Capitães como o sinal necessário para o início das operações que levaram ao fim do regime fascista português , que durou 48 anos.

Em Lisboa, Marcelo Caetano entregou-se sem resistência após uma conversa com o General Spínola e deixou o Quartel do Carmo exilando-se no Brasil. Assim, se iniciavam os primeiros passos para a democracia em Portugal, os primeiros passos para o término da guerra colonial que durava há pelo menos 14 anos e o início das conversações que deveriam culminar com a declaração de independência de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (Timor – Leste teve a sua independência proclamada em 1975, mas 3 dias depois foi invadido pela Indonésia).

Em 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o MPLA (Movimento para a Libertação de Angola) como o primeiro governo legítimo em Angola, enquanto Portugal só reconhece a República Popular de Angola em Fevereiro de 1976.

Nos primeiros três anos que sucederam a Revolução dos Cravos, em Portugal viveram-se momentos de instabilidade política, tendo passado por diversos governos provisórios e se concentrando na resolução de questões internas de foro político, econômico e social e questões de prioridade máxima como a necessidade de se reconhecer a independência dos países africanos. Dessa forma, as relações com o Brasil não tiveram grande ênfase entre os anos de 1975 a 1978, mas quando o General Ramalho Eanes foi eleito Presidente da República de Portugal, recomeçaram as visitas oficiais mútuas dos presidentes dos dois países. Neste contexto, o Presidente Ramalho Eanes faz uma visita oficial ao Brasil em 1978 e prepara as negociações para o acordo que se assinaria 3 anos depois em Lisboa, quando o general João Figueiredo, presidente do governo militar brasileiro, visita oficialmente Portugal.

Esse acordo entre os dois países que tinha seu enfoque numa cooperação econômica e industrial.

No que tange ao aspecto econômico, os dois países passaram por momentos de fluxos de investimentos maiores e menores em ambos os sentidos. Um ator não-estatal com grande relevância econômica nas relações bilaterais entre Brasil e Portugal, é a empresa brasileira Odebrecht. Com a noção da necessidade de expansão dos negócios devido à necessidade de garantir ganhos fora do Brasil e longe da alta inflação que o país vivia, a Odebrecht decidiu expandir os seus negócios e em 1985 cerca de 30% das suas obras eram fora do Brasil[8]. Como um dos primeiros países escolhidos para iniciar a expansão fora da América Latina a Odebrecht escolheu, em 1988, Portugal (dois anos depois de Portugal ter entrado para a Comunidade Européia), como o primeiro país da Europa a ter uma filial. Dessa forma comprou uma empresa de construção civil com o nome de Bento Pedroso Construções S.A. que nos últimos 20 anos ganhou diversas licitações públicas de Portugal, tal como a Sede no Brasil, que lhe renderam a inscrição em sua história empresarial, de obras como a Ponte Vasco da Gama em Lisboa, ou mesmo a Auto-Estrada N° 1 que liga a capital portuguesa ao Porto. Como a Odebrecht, várias empresas brasileiras expandiram os seus negócios além das fronteiras. Muitos foram também os investimentos de capital português no Brasil na década de 1990. Como foi assinalado no último *Seminário Internacional Brasil-Portugal: A importância Estratégica do Outro,* em 1995, Portugal encontrava-se na 21ª posição no ranking de investidores no mercado brasileiro, mas em 2000 o país passou a estar na 3ª posição. Segundo a professora da Universidade Técnica de Lisboa, Carla Costa, este é um sinal de que a dinamização econômica entre os dois países não pode ser subestimada. As principais empresas a serem enunciadas pela professora que investem no Brasil foram: a Portugal Telecom, a Cimpor e a Sonae, sendo que o Estado de São Paulo atrai 48% dos

[8] Fonte: http://www.odebrecht.com/historia. Acessado em 2005.

investimentos e o Rio de Janeiro fica com uma parcela de 22%.

É de se notar, no entanto, que mesmo durante a apresentação dos temas do seminário, os expositores tiveram posições polêmicas e opostas quanto aos investimentos lusitanos no Brasil. Por exemplo, o coordenador do curso de Relações Internacionais das Faculdades Jorge Amado, na Bahia, Leonel Leal Neto, referiu que a partir de 2002 os investimentos portugueses diminuíram de forma significativa no Brasil e que isso demonstraria uma diminuição da importância do relacionamento entre os dois países. Foi apontada também, pelo mesmo expositor, que a distância dos dois países não está só explícita nos números cada vez menores de investimento de capital português no Brasil, essa distância pode ser também notada, nas diferentes posições políticas dos dois Estados-Nação na ONU, como foi no caso da segunda guerra do Iraque, acontecimento que Portugal apoiou e o Brasil não. Devemos apontar também que as relações econômicas com os PALOP's têm suas peculiaridades e que muitos dependem mais das importações que fazem dos países como Portugal e Brasil, do que são fornecedores. Ainda segundo a professora portuguesa Carla Costa, a visão de Neto é uma visão negativa, e segundo ela, Portugal tem e sempre teve interesse numa relação muito próxima com o Brasil que se baseia nos seguintes motivos: o potencial do mercado brasileiro; o aumento do volume dos negócios; a insuficiência do mercado local; a língua comum e os laços históricos.

A língua comum e os laços históricos foram as bases da idéia de se criar em 1996 (17 de Julho) a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na sua Declaração Constitutiva e nos seus Estatutos podemos ler que:

> "Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe (...) imbuídos dos valores da paz, da democracia e do Estado de direito, dos direitos humanos, do desenvolvimento e da justiça social (...), respeitando toda integridade territorial, toda a soberania de cada um de seus estados membros, consideraram, por meio desta declaração, imperativo que se consolide a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos países de língua portuguesa (...), consideram que se deve trabalhar para uma maior afirmação internacional dos países de língua portuguesa, que constituem

> um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum (...).” (Declaração Constitutiva da CPLP)

Os oito países da CPLP, que constituem mais de 200 milhões de seres humanos que falam a mesma língua, pretendiam com esta declaração uma aproximação cultural, econômica e social dos diversos países, para que estes, dentro de suas áreas geográficas e blocos econômicos, pudessem fazer valer os interesses comuns a todos. Sendo assim dizem: “é imperativo (...) alargar a cooperação entre os seus países na área de concentração político-diplomática, particularmente no âmbito das organizações internacionais, por forma a dar expressão crescente aos interesses e necessidades comuns no seio da comunidade internacional (...)”.[9]

Brasil e Portugal são os nomes-chave desta comunidade (por variadas características que exporemos mais adiante) e por isso está em pauta a reflexão de como se desenvolverão, no século XXI, as relações entre os dois, já que que mesmo sendo membros de uma comunidade comum, são, cada um, membros de mercados globais, respectivamente, o Mercosul e União Européia. Ao mesmo tempo, é importante ver como se dá a relação entre estes dois e a África, num triângulo privilegiado que se forma com a CPLP e que contempla cinco continentes. Em termos comerciais, é importante igualmente saber quais as implicações da criação da CPLP e as votações das resoluções no âmbito da OMC (no apoio que os membros que fazem parte da CPLP e que participam das rodadas de negociação da OMC possam dar uns aos outros, como por exemplo, a pressão que Portugal pode fazer dentro da União Européia relativamente ao protecionismo que este bloco tem com seus produtos agrícolas e que prejudica o Brasil,entre outros exemplos possíveis,) e como é que as relações comerciais entre os estados membros da CPLP podem diminuir as assimetrias existentes entre os oito países.

Tanto a diplomacia portuguesa, quanto a diplomacia brasileira se estendem em esforços internacionais para que as relações bilaterais e multilaterais entre Estados-Nação, atores não

---

[9] Declaração Constitutiva da CPLP in site da organização: <http:// www.cplp.org.>. Acessado em 2005.

estatais e sociedade civil, se integrem num grande palco no qual a cultura e as tradições políticas e constitucionais sejam respeitadas. Na tomada de posse do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Freitas do Amaral, convidado pelo atual 1° Ministro Português José Sócrates, ficou claro, pelo discurso proferido, que Portugal tem três valores essenciais no que tange à política externa, quais sejam: o valor da manutenção da paz e segurança internacionais, o valor do primado do direito Internacional e o valor do papel cimeiro da organização das Nações Unidas. Fica claro igualmente, que Portugal está no caminho de negar a teoria *hobbesiana* das relações internacionais dizendo que:

> "(…) tal concepção teórica, se pode ter correspondido à situação incipiente e desorganizada da Comunidade Internacional no século XVII (...), está hoje ultrapassada pela forte consolidação do Direito Internacional, pela drástica limitação do direito à guerra na Carta das Nações Unidas, e pela clara afirmação de valores e princípios universais que (...) regulam juridicamente a vida internacional (...).".[10]

Neste sentido Portugal define a nível diplomático os três pilares essenciais de sua política externa: a integração européia de Portugal, a aliança atlântica e a valorização do espaço da lusofonia.

O espaço lusófono é um caminho a ser trilhado pelos países da CPLP no cenário internacional. Como refere Adriano de Freixo (2007, p.16) a "identidade lusófona", que de alguma maneira é unicamente portuguesa, acabaria tornando-se "universal". Freixo considera que a lusofonia é um espaço de sentido apenas no imaginário português. Esta crítica já havia sido feita também pelo filósofo português Eduardo Lourenço que afirma que "…a nova Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, tal como existe ou querem que exista, seria um refúgio imaginário", referindo-se ao imaginário de Portugal (Lourenço, 1999, p.181-182)[11].

Podemos partir desse pressuposto, mas para isso consideramos fundamental construir um

---

[10] AMARAL, Freitas do. Discurso de apresentação do Capítulo " Política Externa" no debate parlamentar sobre o Programa do XVII Governo Constitucional. Assembleia da República, 21 de Março de 2005. In: www.embaixada-portugal-fr.org .

[11] LOURENÇO,Eduardo. *A Nau de Ícaro Seguida de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa, Gradiva, 1999.

índice de identidade entre os povos da CPLP, a fim de conseguirmos saber se essa identidade com base na língua é uma verdade nas mentes dos cidadãos desses Estados-Nacionais, ou se essa identidade é apenas uma justificativa dos Chefes de Estado, parte de um discurso que usam para atingir objetivos, independente da vontade da sociedade civil diretamente atingida por esses mesmos objetivos. Esse índice pretende igualmente saber se a "lusofonia" é um espaço no imaginário do português de Portugal, ou se ela é real na identidade dos outros povos que compõem a CPLP e se assim ela é uma determinante das políticas e posturas internacionais dos atores estatais envolvidos. Neste sentido, escolhemos a abordagem construtivista para ser a plataforma teórica da nossa análise a fim de abarcarmos a peculiaridade da CPLP no sistema internacional, como uma comunidade que surgiu fundamentada em identidades históricas e linguísticas.

Ao colocarmos como pano de fundo os acontecimentos histórico – políticos, descritos acima, pretendemos saber quais os possíveis cenários das relações entre Brasil e Portugal, quais as estratégias desenvolvidas com os outros países de língua portuguesa, para que possamos entender que novo mundo se forma aos nossos olhos, neste novo século que adquire contornos inesperados e diversos. Qual dos dois países se colocará cada vez mais forte neste espaço de língua portuguesa, para atuar na democratização do espaço das relações internacionais e em paralelo atuar na democratização das sociedades dos PALOP's, que ainda hoje, mais de trinta anos da sua independência, tentam construir instituições democráticas, que se mantenham e perdurem, para a melhoria de vida de suas populações. Nesse sentido, veremos qual tem sido o papel desempenhado por Portugal na busca dessa democratização externa e interna, e o papel do Brasil, uma vez que estes são juntos, os dois eixos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Vivemos uma época de incertezas no plano internacional e torna-se fundamental uma reflexão sobre as condições e os condicionantes das relações entre os diversos atores que compõem a

comunidade internacional.

As conclusões às quais chegamos são apresentadas a seguir em alguns capítulos.

No primeiro, procuramos apresentar os antecedentes à criação da CPLP, as raízes históricas, os fundamentos que os Chefes de Estado apresentaram para justificar a importância da criação de uma comunidade que unisse os países que falam a língua portuguesa, e ainda apresentamos quais as instituições e organismos que até então foram criados pela CPLP, para darem sustentabilidade às ações da Comunidade.

Num segundo capítulo passamos à apresentação de considerações teóricas tradicionais, que surgiram no cenário intelectual no pós-Guerra Fria, mas que se baseiam nas concepções positivistas iniciadas pelos realistas e liberais e que analisam o sistema internacional, da "nova Ordem Mundial", de formas distintas, tais como as considerações dos neo-conservadores Samuel Huntington e Francis Fukuyama , pelas quais mostramos não ser possível interpretar a CPLP, uma vez que na verdade a existência de uma comunidade como esta prova que o "choque de civilizações" não é o caminho único e exclusivo da humanidade, já que nesta comunidade, seguindo a classificação apresentada pela próprio autor, existem pelo menos três civilizações distintas, mais Timor Leste, e estas não têm em vista o choque entre si, tanto que se uniram num organismo internacional, multilateral. E também, a CPLP com suas diferenças e assimetrias econômicas internas mostra igualmente que o "fim da história", ou seja, a vitória do capitalismo e dos princípios liberais, não se deu por igual no mundo, já que as economias das ex-colônias portuguesas, quase 10 anos após se ter iniciado o século XXI, é que começam agora a transformarem-se em economias de mercado, capazes de começarem a enfrentar os novos desafios colocados pelos mercado global.

Além da rápida exposição das análises tradicionais do cenário internacional do pós-Guerra Fria, é no segundo capítulo que apresentamos o fundamento teórico central do nosso trabalho, já que nele definimos os conceitos chave, como o conceito de instituições, com foco no

conceito de instituições internacionais, assim como o conceito de identidade, baseado fundamentalmente no conceito de cultura e de construção de estruturas intersubjetivas constantemente alteradas para o encontro do equilíbrio de diversos interesses. É neste sentido que surge a abordagem construtivista em nossa dissertação, como uma abordagem pós-positivista que surge, na disciplina de Relações Internacionais, vinda com a virada sociológica e linguística, vivida a partir da década de 90, e que privilegia análises que trazem de volta concepções de cunho mais antropológico, filosófico, linguístico, cultural para entender e estudar as relações entre os diversos atores do cenário mundial. Neste capítulo, apresentamos o índice de identidade que criamos na sequência de um questionário que ficou na "web" por um mês, ao qual responderam 1366 pessoas, a título de um estudo de caso, e que, após definirmos as variáveis base, conseguimos construir e definir o grau de identidade dos povos da CPLP, que nos permite afirmar que esta Comunidade é muito mais real na identidade dos portugueses (tal como o havia afirmado Freixo) do que propriamente entre os brasileiros ou entre países dos PALOP's. O questionário permitiu-nos também saber qual o grau de conhecimento que existe sobre a atuação da comunidade até hoje no cenário mundial e qual a avaliação que as pessoas fazem das relações que se estabelecem entre os membros da CPLP. A par dos cruzamentos estatísticos que nos permitiram a inferência relativamente à identidade e à avaliação da atuação da CPLP, criamos também uma escala ideal relacionada à prioridade e preferência que os respondentes dão a aspectos centrais no estabelecimento da relação entre os países e pudemos ver que entre os povos da CPLP, as questões linguísticas, culturais e as trocas tecnológico-científicas, estão entre os primeiros lugares. Isto significa que a CPLP, mesmo não tendo até hoje uma atuação satisfatória perante e para os cidadãos que dela fazem parte, tem sim, um fundamento que encontra eco nos anseios da sociedade civil de seus Estados - membros.

Já no capítulo terceiro fazemos considerações sobre o papel da CPLP no cenário surgido

durante o processo de globalização, levando em conta a maneira como esta comunidade lida (ou não) com as assimetrias existentes entre os seus membros. Pudemos observar através dos números relativamente ao comércio intra-CPLP, que as relações entre os 8 têm tido altos e baixos, principalmente nos primeiro anos de 2000 e que não há no horizonte nada que indique a intenção da CPLP se transformar numa área de livre comércio, ou mesmo, que seja, num mercado comum. Assim desenvolvemos nossa análise considerando um desenho de "hub-and-spoke" (eixos e rádios)[12] e concluímos que Portugal e Brasil são os dois eixos desse sistema e que está nas mãos destes dois países introduzir cada vez mais os PALOP's no mercado internacional e proporcionando o desenvolvimento de suas economias a fim de fazerem cumprir as metas estabelecidas pela Carta do Milênio.

No capítulo 4 apresentamos as avaliações que se podem fazer relativamente à atuação da CPLP nestes doze anos de existência, avaliando as suas atividades até então e analisando as considerações colocadas por alguns atores envolvidos na questão, assim como também colocamos quais seriam os possíveis caminhos a seguir daqui para frente com o intuito de melhorar e efetivar cada vez mais a CPLP tanto intra-comunidade, como no mundo das relações internacionais em geral.

[12] Este sistema de "Hub-and-spoke" é de alguma forma semelhante a uma outra teoria denominada Sistema-Mundo, teoria esta desenvolvida pelos teóricos Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Freixo (Freixo, 2007) refere esta teoria para justificar a sua visão em relação à posição de Portugal no cenário internacional, principalmente no cenário da CPLP, pois segundo as denominações de Boaventura Sousa Santos, Portugal seria considerado uma *sociedade semiperiférica*. Assim a teoria Sistema Mundo lida essencialmente com as noções de relações internacionais interativas caracterizadas pela competição ou pela subordinação entre Estados e regiões econômicas de círculos concêntricos de determinadas áreas e regiões específicas econômicas (concepção de Braudel) onde surgem um "centro" - um Estado mais forte tanto em termos econômicos, como em termos políticos e militares- e diversas "periferias" que de alguma forma vive sob o domínio dessa área central. (Freixo, 2007, p. 99).

CAPÍTULO 1. - A CPLP: O PROJETO

1.1 O surgimento e construção de uma comunidade

> "Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996; Imbuídos dos valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social; Tendo em mente o respeito pela integridade territorial e a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado, bem como o direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político, econômico e social e adotar soberanamente as respectivas políticas e mecanismos nesses domínios;
> Conscientes da oportunidade histórica que a presente Conferência de Chefes de Estado e de Governo oferece para responder às aspirações e aos apelos provenientes dos povos dos sete países (...)" (Declaração Constitutiva e os Estatutos da CPLP in <http://www.mre.gov.br>)

Assim se inicia o texto que institucionalizou a CPLP em 17 de julho de 1996, no qual os sete Chefes de Estado e de Governo acertaram os princípios gerais e os pilares que a partir de então regeriam as relações dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

No artigo 3° de seus Estatutos lemos:

> "São objetivos gerais da CPLP:
> a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;
> b) A cooperação, particularmente nos domínios econômico, social, cultural, jurídico e técnico-científico;
> c) A materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.(...)"
> (In: Estatutos da CPLP, <http:// www.mre.gov.br> Acessado: Outubro de 2006).

Existe um relativo consenso em relação ao fato de que a consolidação e a atuação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa têm sido aquém das expectativas dos que dela fazem parte[13]. Em 12 anos de existência, não são muitas as situações que podemos referir em relação a uma atuação direta da CPLP em benefício de seus membros. No entanto, o pilar no

[13] Mais adiante apresentaremos dados estatísticos que fundamentam nossa afirmação.

qual assenta o projeto que mais se desenvolveu foi o da concertação político diplomática[14]. Exemplos desta atuação podem ser referidos, como: o reconhecimento crescente por parte de organizações internacionais, como o PNUD e o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) e a União Latina, além da conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad); ou como as posições tomadas pela CPLP na defesa dos refugiados na África Austral, na crítica pública contra as minas-terrestres, na defesa da destruição dessas armas; ou ainda, a mediação que a CPLP fez no conflito na Guiné-Bissau por meio da criação do Grupo de Contato, presidido na altura pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, na segunda conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Julho de 1998. É também exemplo dessa atuação, de concertação político-diplomática da CPLP, a situação timorense para a qual a CPLP enviou 15 monitores a partir de 1999 para fiscalizar os atos do referendo sobre a autonomia pela Indonésia. (Saraiva, 2001 , pp.50-51).

Porém, este pilar, não sendo o único, não é, para nós suficiente para dizer da boa atuação e do bom desenvolvimento da comunidade tanto nas relações inter-estatais como nas relações destes estados com outros do sistema internacional.

Dessa maneira a base das relações que se estabelecem entre os oito Estados–membros hoje está nas relações históricas que estes foram desenvolvendo ao longo de séculos e que reproduziram no imaginário de cada um a imagem que têm uns dos outros, assim como reproduzem o estágio político e social de cada um dos membros que permitiu o surgimento de uma comunidade como a CPLP.

---

[14] Sobre a concertação político-diplomática ver SARAIVA, Flávio Sombra. *CPLP: Plataforma para uma frutífera concertação político-diplomática*. In Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).Solidariedade e Ação Política P.44-77. Para Saraiva a atuação da CPLP nesta vertente tem sido bastante expressiva durante estes 12 anos de vida.

1.1.1 As Raízes Históricas da Triangulação expressa na CPLP: as oscilações nas relações entre Brasil e Portugal

Devemos entender o surgimento da CPLP levando em consideração o cenário do sistema internacional no pós-2ª Guerra Mundial, já que aqui se iniciaram os processos de independência de colônias e, por conseguinte, a descolonização destas; inicia-se o processo de constituição de blocos econômicos regionais e também a atuação da OMC na redução cada vez maior de barreiras comerciais.

Dentro deste contexto está igualmente uma mudança de discurso de conflitos ideológicos Leste-Oeste para a passagem de posições que se fundamentam na divisão do mundo entre Norte e Sul.

Assim, a CPLP poderia ser um importante mecanismo de atuação da inserção de países do cone Sul nas agendas das discussões e preocupações mundiais, assim como uma importante instituição de fortalecimento de um diálogo cada vez mais necessário e pouco existente, que é o diálogo Sul-Sul.

Nos anos 90, quando as ex-colónias portuguesas já estavam independentes, iniciavam um processo de construção de instituições democráticas e experimentavam com isso uma certa estabilidade, surgira as condições necessárias à institucionalização da CPLP. A conjuntura internacional era favorável a essa institucionalização, uma vez que se vivia um momento caracterizado pela formação de blocos econômicos regionais, pela globalização das economias e por uma maior interdependência entre esses mesmos blocos.

Não podemos deixar de referir a importância dos processos democráticos para a formação de blocos econômicos uma vez que a independência, a soberania e a liberdade dos Estados-nacionais tornam-se elementos fundamentais para que estes Estados possam escolher as suas políticas externas e suas posições em relação a outros Estados. Além disso, é importante que

internamente os Estados vivam e experimentem instituições democráticas para a formação de consensos em relação ao estabelecimento e fixação de normas e comportamentos duráveis que possibilitem o acesso ao máximo da representação dos cidadãos no processo decisório que envolve a criação de políticas.

Em a Paz Perpétua, Kant refere que a questão democrática nas relações internacionais tem duas perspectivas que estão intimamente relacionadas, quais sejam: a perspectiva interna aos Estados, que se refere diretamente à formação de um consenso, e a perspectiva externa que se relaciona com o reconhecimento jurídico da igualdade entre os Estados num cenário mundial.

Ao colocarmos esta lente kantiana em casos como o da formação de Estados soberanos africanos no pós-descolonização, podemos verificar o quanto estas duas perspectivas são deveras interconectadas já que é fulcral que os Estados sejam soberanos e independentes para que internamente possuam políticas democráticas de inserção e participação de todos os cidadãos, assim como também é fulcral a democratização no plano externo para que esses Estados tenham voz no cenário internacional.

O caso da CPLP é ilustrativo da ideia segundo a qual a formação de federações de Estados constitui o caminho mais seguro para a democratização das relações internacionais.[15] Neste contexto, refere Williams Gonçalves (1994, p.5) que " a situação não autónoma dos povos africanos, a falta de democracia em Portugal, conjugada com uma perspectiva não democrática das relações internacionais, e o sistema político democrático no Brasil, combinado com uma política externa infensa à democratização das relações internacionais, tinham por resultado um arranho político acentuadamente instável." Ou seja, só apenas quando se iniciaram, a partir de 1974, processos de independência e de formação de instituições democráticas no seio dos países africanos luso falantes, assim como também a formação de um sistema democrático em Portugal, e mais, a retomada de uma estratégia de

[15] Gonçalves, Williams. Convergências, Cooperação e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. XII Conferência Internacional de Lisboa – Democracia e Integração no Espaço de Língua Portuguesa: 1974-1994, Lisboa, 12 a 14 de Dezembro de 2004, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI).

política externa brasileira orientada para uma maior democratização do sistema internacional, no âmbito de uma "política externa independente[16]" ("como uma retomada das teses consagradas pela tradição curta e profunda da política externa independente, do início dos anos sessenta" (Gonçalves, 1994, p.6)), é que voltaram a existir condições favoráveis à reconstrução de uma Comunidade Lusófona, já sonhada anteriormente.

Na base desta Comunidade estão as considerações teóricas de nomes, que ao longo da história intelectual dos países envolvidos, foram "sonhando" o sonho de uma relação Luso-brasileira, inicialmente, e depois luso-afro-brasileira, cada vez mais próxima.

Devemos apontar, pelo menos, dois nomes chave na concepção de uma "comunidade lusíada", quais sejam eles: Agostinho da Silva, filósofo e filólogo português e Gilberto Freyre, antropólogo brasileiro. Foi com base nos pensamentos destes autores que os governantes se inspiraram em diferentes épocas para justificar e fundamentar a idéia de uma se criar uma comunidade que reunisse os países que falam o português.

A partir da separação consagrada pelo Tratado de 1825 entre Brasil e Portugal iniciou-se um "processo de esquecimento" a favor de uma unidade integradora. (Moreira, 2001, p. 10)[17].

Era fundamental que esse processo ocorresse para que as relações se estabelecessem com base em novas identidades e longe das considerações "metrópole-colônias" e pudesse proceder-se à formação de uma comunidade luso-brasileira com base na língua comum. Assim Adriano Moreira escreve falando do Brasil independente:

> "Ao mesmo tempo em que a síntese em progresso absorveu as contribuições ameríndia, africana, italiana, alemã, japonesa, transformando ali a herança comum lusíada numa componente do sincretismo mais vasto, a língua portuguesa foi por seu lado uma envolvente sólida do conjunto; por outro lado, a chamada colônia portuguesa, enriquecida pela emigração que durante século e meio não deixou de alimentar a raíz originária, assegurou um ponto de referência essencial para construir

[16] Como marco dessa postura brasileira podemos apontar o imediato reconhecimento da independência e formação de um Estado de Angola, e a imediata instalação de um embaixador brasileiro na capital Luanda.

[17] Moreira, Adriano. As Solidariedades Horizontais in Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Cooperação. Adriano Moreira (Coord.), Lisboa, 2001, Almedina, p. 9-20.

uma relação privilegiada na área internacional." (Moreira, 2001, p. 10)[18]

Essa relação privilegiada é a razão chave pela qual se movimentaram os governantes e alguns intelectuais no sentido de criar um instrumento de internacionalização e difusão da língua portuguesa, da cultura lusófona como um todo.

Todavia, a idéia inicial remonta ao século XIX quando D. João VI cria a Comunidade Luso-Brasileira que vinculava Portugal às suas colônias na África e ao recém tornando independente, Brasil. (Santos, 2001, p.18)[19].

É na década de 1950 que também pudemos observar a importância da união entre os países, Portugal e Brasil, com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta[20]. Nesta década as idéias de Gilberto Freyre eram fortemente difundidas num trabalho designado "O mundo que o Português criou" (1951).

Assim, é na mesma década que se assiste ao ressurgimento de uma proposta de comunidade que fosse formada por Brasil e Portugal. Este projeto foi então usado na altura como uma arma política de Portugal em relação a Brasília. Este período histórico é marcado em Portugal, mais propriamente no ano de 1958, por um acontecimento que parecia levar à abertura da ditadura e a um começo de um sistema de governo mais justo e democrático. Organizam-se eleições e o General Humberto Delgado (denominado por "General sem medo") é o candidato da oposição, concorrendo contra o então candidato apoiado por Salazar, Américo

---

18 Idem, p.10.

19 Santos, Juliana Soares. *CPLP: Gênese e Instituições*. In Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Solidariedade e Ação Política; José Flávio Sombra Saraiva (organizador) . Brasília: IBRI, 2001, p. 17-43.

20 O Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil, foi assinado em 16 de Novembro de 1953 durante o governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e complementado com seis acordos regulamentares em 1960 durante o governo de Juscelino Kubitschek. Em Portugal o presidente era António de Oliveira Salazar que ficou no poder com um regime autoritário de 1932 a 1968. Depois dele, o regime durou até 1974, mas já na altura, presidido por Marcelo Caetano.
"O Tratado fundamentava-se nos seguintes princípios: "1°- Ambos os governos consultar-se-iam sempre sobre os problemas internacionais de manifesto interesse comum. 2°- Portugueses e brasileiros poderiam circular e estabelecer-se livremente nos dois países, com as únicas limitações impostas pela segurança nacional e a saúde pública. 4°- O tratamento da nação mais favorecida seria aplicável aos cidadãos de ambos os países." " (Ribeiro, Cláudio. *Brasil, África, Portugal: da política externa independente à CPLP*. In Leviathan – Cadernos de Pesquisa política – Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, - N.1 (2004), São Paulo: Humanitas, p. 99-117).

Tomás. Este último vence e Humberto Delgado vê-se obrigado a se refugiar na embaixada brasileira. No entanto, a história provou que estas eleições foram uma farsa e o governo português, da ocasião, havia criado mecanismos anti-democráticos[21] que permitiram a vitória do candidato Américo Tomás e assim fazer perdurar por mais 20 anos o regime fascista em Portugal.

Entre os anos 50 até aos meados dos anos 70 o Brasil era bastante crítico em relação à política ultramarina portuguesa que deveria ser solucionada caso Portugal quisesse continuar com a idéia de criar, junto com o Brasil, uma comunidade lusófona. Desta forma, a posição brasileira em relação à política externa portuguesa era clara e em 1960, quando Portugal já era alvo de duras críticas pela ONU (instituição onde ele já tinha sido aceito como membro) o Brasil afirmou que votaria contra Portugal no que dizia respeito à insistência deste em manter as colônias no Ultramar. Durante o governo de Jânio Quadros[22], no âmbito da designada Política Externa Independente, essas críticas se tornaram mais profundas. Afonso Arinos, então Embaixador brasileiro na ONU, afirmou na XVI Assembléia Geral das Nações Unidas, em 15 de Janeiro de 1962, que o Brasil pretendia manter os laços históricos de amizade com Portugal, mas defendia também uma política anticolonialista. Neste contexto ele afirmou:

> "O Brasil não só se mantém fiel à sua história de antiga colônia e aos seus ideais de nação livre e democrática, como cumpre o compromisso sagrado que assumiu ao assinar a Carta de São Francisco e ao votar a favor das resoluções das Nações Unidas relativas à eliminação do colonialismo em todo o mundo."[23]

Em resposta a esta declaração, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal,

---

21 O "General sem medo", Humberto Delgado, foi morto pela PIDE, em 1963, nos arredores de Olivença.

22 O presidente Jânio Quadros era um homem que simpatizava com concepções de esquerda e nessa altura havia restabelecido as relações com a União Soviética, apoiou o regime de Fidel Castro e declarava-se assim ao lado do Movimento dos Não-Alinhados, um dos movimentos que surgiu durante a situação bipolar da Guerra Fria.

23 Magalhães, José Calvet de, *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*, Lisboa, Quetzal Editores, 1997, p.72-3. In Lopes, Luís Ferreira e Santos, Octávio dos, *.Os novos descobrimentos. Do Império à CPLP: Ensaios sobre história, política, economia e cultura lusófonas*. Coimbra, Editora Almedina, 2006, p. 10.

propõe a criação de uma comunidade luso-brasileira que fosse vantajosa para o Brasil no que tange a questões econômicas e políticas. Todavia, o Brasil na época voltou a insistir que a situação na África com as colônias portuguesas deveria ser solucionada e propôs que fosse realizado um referendo junto às populações africanas e caso estas admitissem a formalização de uma comunidade dessa natureza, então essas mesmas colônias portuguesas deveriam integrá-la, desde que lhes fosse concedida maior autonomia[24]. A esta altura, Salazar recusou a proposta brasileira. Paradoxalmente, o regime promovido com do golpe militar de 1964 no Brasil, recuperou o projeto da formação de uma comunidade e continuou mantendo-se contra a postura colonialista de Portugal. O então presidente Castelo Branco sugeriu a autonomia das colônias portuguesas e a criação de uma comunidade luso-afro-brasileira nos moldes da já criada Commonwealth.

Cabe referirmos que na década de 60 um grande e importante passo no sentido da criação de uma comunidade lusófona foi dado pelo intelectual e político português Adriano Moreira. Como presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa convocou o I e II Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa[25]. Do I Congresso nasceu a Academia Internacional de Cultura Portuguesa (Estatutos de 6 de Fevereiro de 1965, aprovados pelo Decreto n° 46.180) e a União das Comunidades de Cultura Portuguesa (Estatutos de 17 d Dezembro de 1964). A Academia seria composta por um grupo de 14 professores universitários descendentes de portugueses e a União das Comunidades de Cultura Portuguesa era uma associação das associações das comunidades, a Secretária-Geral de ambos os grupos ficou a ser a Sociedade de Geografia (Moreira, 2001, p.14)[26]. Na base destas iniciativas estava a idéia de se fortalecerem as “solidariedades horizontais” com base na cultura além da língua, podendo dar voz a uma sociedade civil transnacional. A censura que se vivia em Portugal logo deixou

---

[24] Magalhães, José Calvet de, *Idem.* p.76-77. In Lopes, Luís Ferreira e Santos, Octávio dos. *Idem*, p. 11.

[25] O I Congresso foi realizado em Lisboa em 1964 e o II Congresso teve lugar em Moçambique, a bordo do Príncipe Perfeito, de 13 a 22 de Julho de 1967.

[26] Moreira, Adriano. As Solidariedades Horizontais in Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Cooperação. Adriano Moreira (Coord.), Lisboa, 2001, Almedina, p. 9-20.

claro que não permitiria que se desenvolvessem as atividades ligadas a estas iniciativas. Assim, impediu a realização do III Congresso que se realizaria no Brasil em 1969 e cerceou os recursos da Sociedade de Geografia tornando sua atividade quase que impossível, apenas documentada, na já extinta Revista da União das Comunidades Portuguesas (Moreira, 2001, p. 15). Contudo, após 1974, com a instauração da democracia em Portugal, a atividade dos grupos voltou a ser desenvolvida.

Politicamente, assistíamos na década de 70 ao fim da Guerra do Ultramar e o encaminhamento para a independência das colônias portuguesas em África. Com isso a língua passou a ter um papel central e Adriano Moreira tornou público que acreditava que a formação institucional de Academia não mais se encaixava na realidade que então surgia. Assim, propôs que o modelo fosse o de um Instituto[27], no qual todos teriam igualdade de participação.

A década de 1980 foi marcada por atos que foram dando sinais de um interesse maior na institucionalização de uma união lusófona, exemplificada no posicionamento de ministro português Jaime Gama, em 1983 e a abordagem constante de assuntos como, por exemplo, o acordo ortográfico (aprovado agora em 2008 e já em vigor no Brasil, desde 1o de janeiro de 2009).

No Brasil o papel fundamental desempenhado por José Aparecido de Oliveira, em 1989, Ministro da Cultura, que retomou o sonho iniciado por ele no governo de Jânio Quadros, no qual tinha sido secretário, e levou a cabo o desenvolvimento do projeto de uma Comunidade Lusófona viajando a todos os países de língua portuguesa e inculcando-lhes a idéia da formação da Comunidade.

Em 1989, no Maranhão, criou-se o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), com

[27] Instituto Internacional de Língua Portuguesa. Esta ideia de Adriano Moreira foi posteriormente retomada e reinventada por outros pensadores da questão lusófona, como o Embaixador brasileiro José Aparecido de Oliveira, e concretizada pelo Presidente do Barsil José Sarney, antes mesmo, do próprio governo português ter lançado as bases do Instituto Camões, o que viria a acontecer apenas em 1992.

sede em Cabo Verde. Este foi um passo fundamental que se deu no sentido da concretização menos de 10 anos depois da CPLP, "tornando-se o IILP o primeiro instrumento institucional da Comunidade" (Santos, 2001, p.23)[28].

A atuação de José Aparecido de Oliveira passou a ser mais efetiva a partir de 1993, quando o presidente Itamar Franco o nomeou como Embaixador do Brasil em Portugal. Neste papel diplomático, José Aparecido dedicou-se exclusivamente à missão de criar a Comunidade.[29]

Nas palavras de Adriano Moreira:

> "As visitas que efectuou [José Aparecido de Oliveira] aos vários Estados de que se pretendia a adesão, os encontros de intelectuais e políticos que promoveu o talento com que mobilizou e fez convergir as vontades foi essenciais para o resultado, que finalmente foi adoptado como projecto de governo pelo Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso."(Moreira, 2001:19)

Na seqüência dos acontecimentos, em 1994 ocorreu, em Brasília a reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos sete Países e decidiu-se recomendar na altura aos governantes de cada país a realização de uma Conferência de Chefes de Estado e de Governo que fundasse a CPLP. Ao mesmo tempo, foi constituído um grupo de Concertação Permanente que ficou incumbido de elaborar os documentos constitutivos da futura comunidade. Apesar de a Conferência ter sido marcada para o mesmo ano, ocorreu apenas 2 anos depois, já durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Assim, em 17 de julho de 1996 nasceu a CPLP como um "foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus Membros." (Documentos – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

---

[28] Santos, Juliana Soares. *Idem*. In Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Solidariedade e Ação Política; José Flávio Sombra Saraiva (organizador) . Brasília: IBRI, 2001, p. 17-43.

[29] No final de 1993 realizaram-se a I e II Mesas-Redondas Afro-Luso-Brasileiras, no Rio de Janeiro e em Lisboa. A III Mesa-Redonda ocorreu em Luanda no ano de 1994. Estas ocasiões tornavam-se fundamentais para a produção da massa crítica para impulsionar a CPLP já que reuniam intelectuais, pensadores, diplomatas e estudiosos que queriam contribuir para o projeto. (Soares, 2001:24).

Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Atualmente, a CPLP afirma-se como uma comunidade plural, enriquecida pela diversidade, unida em torno do fator linguístico comum, "funcionando como um fórum de encontro e de cruzamento das culturas da lusofonia" (Santos, 2005, p.74)[30].

Estamos 12 anos após a sua criação, e a atuação da CPLP encerra em si ainda muitas dúvidas.

1.1.2 O conceito de organização internacional: sua realidade na CPLP

O cenário internacional no pós Guerra Fria, caracterizado pelo surgimento de uma "nova ordem mundial" é acompanhado pela multiplicação fulminante de associações de Estados definidas pela convergência de interesses e afinidades das mais diversas ordens com "o fim de alcançar objetivos comuns, mais facilmente assequíveis num contexto homogêneo, baseado em razões políticas, econômicas, sociais, geográficas, ou mesmo étnico religiosas (Zanghi, verbete, in Bobbio,1998, p.855)[31]. Neste contexto o autor continua:

> "Esse fenômeno se manifesta na instituição das organizações regionais específicas, nomeadamente no campo econômico; mas dá-se também no seio de organizações internacionais de tendência universalista em cujo âmbito os grupos regionais homogêneos constituem muitas vezes o elemento catalisador no desenvolvimento de ações comuns ou coordenadas,ou então o pressuposto de uma estrutura descentralizada, territorialmente articulada, mediante órgãos regionais criados na área de dos órgãos subsidiários (...)." (Zagnhi, op.cit., p.855).

Desta maneira, o fenômeno de "regionalismo internacional" se traduziu na formação de organizações internacionais com os mais diversos fundamentos, ainda que os fundamentos da cooperação econômica sejam os mais freqüentes, o que transforma a união internacional de Estados num tema que toma uma proporção maior a partir das décadas de 80 e 90 do século

---

30 Santos, Victor Marques dos. *Portugal, a CPLP e a Lusofonia. Reflexões sobre a dimensão Cultural da Política Externa*. Texto da Oração de Sapiência da Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo de 2004/2005 do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, proferida no Auditório Adriano Moreira, do ISCSP, 12 de janeiro de 2005.

31 Zaghni, Cláudio. Verbete: *Organização Internacional.* In: Bobbio, Norberto. *Dicionário de Política.*Vol. I, pp.855-864. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª edição, 1998. Versão digital em:< http://www.scribd.com/doc/6888094/Bobbio-Dicionario-de-Politica>.

XX na área das relações internacionais. É neste contexto que surge a necessidade de explicitarmos com qual conceito de Organização Internacional estamos a lidar para entendermos a estrutura organizacional da CPLP e como esta estrutura se inscreve na institucionalização de uma comunidade de cunho universalista (para usarmos as palavras acima referidas por Zagnhi). Assim uma Organização Internacional é:

> "(...) uma associação entre sujeitos de direito internacional, instituída e disciplinada segundo normas do mesmo direito; concretizada numa entidade de caráter estável e dotada de um ordenamento jurídico peculiar, bem como de órgãos e meios próprios para cumprir os fins de interesse comum para que foi criada." (Zagnhi, op.cit., p.856).

Em quase todas as Organizações Internacionais temos alguns elementos definidores que a determinam enquanto tal, quais sejam: um caráter voluntário, que resulta da livre vontade dos sujeitos/agentes envolvidos; um caráter paritário que pressupõe a existência da igualdade entre os membros; um caráter pluralista na medida em que se trata de um acordo multilateral; e ainda, para que possamos considerar uma união internacional de Estrados em uma organização internacional é fundamental que esta seja separada dos estados-membros que participam do acordo, ou seja, que seja autônoma; que tenha sido criado um aparato institucional também este distinto dos Estados que participam e que permita o bom funcionamento da organização com vista na resolução e alcance dos objetivos para os quais foi criada; e por fim, diretamente ligado ao aspecto anterior, é fundamental que essa organização tenha um regimento interno, um ordenamento interno e uma atividade explícita na busca desses interesses comuns.

Posto isto, é natural que coloquemos este modelo à disposição da análise do aparato institucional formado quando da criação da CPLP e está claro que esta Comunidade se dotou de mecanismos e de institutos que garantissem a execução das atividades para as quais foi criada, como sua Declaração Constitutiva e seus Estatutos, a par de outros mecanismos e

atores institucionalizados que passamos a expor.

Estrutura organizacional da CPLP

Quando da sua criação em 1996 a CPLP dotou-se da seguinte arranjo institucional, considerada aqui segundo seu grau hierárquico[32]:

1. Conferência dos Chefes de Estado e de Governo;
2. Conselho de Ministros;
3. Comitê de Concertação Permanente;
4. Secretariado Executivo.

O órgão máximo é constituído pelos Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados membros da CPLP. Quando estes se reúnem em Conferência, definem os objetivos e as políticas gerais. Têm ainda a competência para criar as instituições que facilitem o funcionamento da CPLP,devendo as decisões serem sempre tomadas por consenso e assim serem também vinculativas para todos os Estados membros. A Conferência de Chefes de Estado e/ou Governo elege entre os seus membros o Presidente, que tem um mandato rotativo com duração de dois anos. Esta reunião de Chefes de Estado e de Governo ocorre de dois em dois anos, mas existe a possibilidade de acontecer antes caso haja a solicitação por no mínimo dois terços dos Estados membros.

O Conselho de Ministros é constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados membros da CPLP. As suas funções são, essencialmente, de coordenação de todas as ações da Comunidade, bem como adotar e implementar políticas adequadas aos objetivos traçados pela organização, tendo competência

[32] Em anexo colocamos um diagrama do arcabouço institucional da CPLP feito por Juliana Soares a partir dos documentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

para aprovar o orçamento. A presidência deste órgão é rotativa entre seus membros e tem a duração de um ano. Também neste nível as decisões são tomadas por consenso e a convocação para reuniões se dá a cada ano, podendo ser antecipada se também for convocada por dois terços dos Estados membros.

O terceiro órgão é constituído por um representante de cada um dos Estados. A sua função pode ser considerada de fiscalizadora sobre a atuação do secretário Executivo, no que tange ao cumprimento das recomendações da Conferência ou do Conselho. O Comitê de Concertação Permanente reúne-se uma vez por mês e é coordenado pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. As decisões deste Comitê são tomadas por consenso e pode decidir-se sobre atividades, políticas, orçamento e funcionamento interno da CPLP.

Por fim, o Secretariado Executivo é, de forma prática, o principal órgão da CPLP. É a ele que cabe implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comitê de Concertação Permanente. Deve participar em todas as reuniões dos vários órgãos da Comunidade e este é o órgão responsável pelas finanças e pela administração geral da CPLP. Quem dirige o Secretariado Executivo é o Secretário Executivo. Este cargo é preenchido a cada dois anos e pode ser renovado o mandato apenas uma vez .[33]

Em relação a questões monetárias, a CPLP tem contribuições anuais dos países membros, fixadas pelo Conselho de Ministros. A comunidade tem também um Fundo Especial que pode ter contribuições voluntárias tanto públicas quanto privadas.

A questão do financiamento da CPLP é uma questão que requer uma atenção especial.

---

[33] Em todos os autores que lemos, pudemos observar a mesma nota, ou em texto ou em rodapé, chamando a atenção para a questão do preenchimento do 1° primeiro mandato para Secretário Executivo. O primeiro Secretário Executivo foi Marcolino Moco, ex-primeiro Ministro de Angola, mas rondou uma certa controvérsia, já que se considerava que o melhor candidato ao cargo era o embaixador José Aparecido de Oliveira, por seu papel fundamental e por toda a sua dedicação na criação da CPLP. Segundo o que é referido por Juliana Soares, o fato de o embaixador não o ser de carreira, e o fato de ter havido na altura uma mudança de governo no Brasil, permitiu que o seu envolvimento direto com o projeto se restringisse aos anos em que a conjuntura o favorecia. (Soares, 2001:39)

As quotas de cada Estado-membro são atualmente de 30 mil dólares [34]. No entanto e apesar desse valor mínimo, as contribuições normalmente ou não são feitas e apenas alguns poucos Estados membros o fazem, ou os valores são abaixo do que poderiam ou deveriam ser. Isso prejudica a atuação da comunidade, pois assim ela não tem os recursos para levar a cabo os projetos aos quais ela se propõe. Há a necessidade de se reverem as questões financeiras e econômicas no âmbito da CPLP para que haja a possibilidade de que a atuação em busca de melhorias e de projetos importantes aos objetivos fundamentais da comunidade seja mais efetiva e eficiente. Neste âmbito, em 26 de outubro de 2008 foi noticiado pelo Portal de informação, PortugalDigital, que a CPLP planeja criar um banco para financiar programas de desenvolvimento. Em discurso proferido na cerimônia de encerramento do VIII Encontro da organização Cooperativa dos Países de Língua Portuguesa (OCPLP), Hélder Lopes, diretor-geral da organização comunitária, afirmava que o novo banco terá como funções principais a garantia do equilíbrio financeiro nos países de expressão portuguesa, gerar serviços e produtos gratificantes aos clientes, conceder empréstimos bonificados, trabalhando diretamente para o benefício dos cidadãos dos Estados lusófonos.[35]

---

[34] Lopes, Luís Ferreira e Santos, Octávio dos, .*Os novos descobrimentos. Do Império à CPLP: Ensaios sobre história, política, economia e cultura lusófonas*. Coimbra, Editora Almedina, 2006, p.37.

[35] Noticiado em 26/10/2008 no http://www.portugaldigital.com.br, acessado em 29/10/2008.

CAPÍTULO 2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

2.1 Duas análises do cenário internacional Pós-Guerra Fria: Fundamentos possíveis para a explicação da existência da CPLP?

2.1.1 As Teorias Realista e Liberal no debate pós-Guerra Fria

É característica do ser humano a necessidade de se pensar sobre o porquê das coisas, sobre a razão de ser delas e de que forma as podemos explicar. Os questionamentos filosóficos são a base fundamental da construção de paradigmas explicativos do real e assim sempre que assistimos ao nascimento e construção de novas estruturas de relação entre atores no cenário mundial, é possível acompanharmos também o surgimento de teses, teorias, necessidades intelectuais de pensadores ávidos por explicações e explanações sobre o novo cenário.

Seguindo o raciocínio da explanação de Baverez (Baverez, 1998), o fim da Guerra Fria trouxe consigo a necessidade de se explicar o novo, trouxe consigo a vontade intelectual, “a tripla ambição” de fundar uma interpretação teórica, elaborar uma doutrina e de deduzir uma estratégia para os EUA. (Baverez, 1998).

Neste contexto diversas explicações teóricas surgem para tentar entender essa nova realidade que emergia no fim dos conflitos leste-oeste e início das relações dicotômicas a partir de então centradas nos eixos Norte-Sul.

As bases dessas explicações remontam à Filosofia Política e mais propriamente a dois autores, um do século XVII, e outro do século XVIII, quais sejam respectivamente Hobbes e Locke. Hobbes escrevia numa Inglaterra destroçada pela guerra civil e assim enfatizou um cenário de insegurança, força e sobrevivência. Estes seriam então os conceitos fundamentais na teoria deste autor. Por sua vez, John Locke escrevia num momento em que a Inglaterra estava num cenário bem mais estável e de crescimento econômico acelerado e assim considerou que mesmo o estado de natureza dos homens não apresentar um soberano comum seria possível as

pessoas desenvolverem laços e estabelecerem contratos entre si, tornando o estado de anarquia algo menos ameaçador. Assim, estas duas concepções de estado de natureza dão os fundamentos a duas concepções da política internacional: a abordagem realista e a abordagem liberal.

O realismo tem sido a tradição dominante no pensamento de política internacional. Para o realista o problema central da política internacional é a guerra, o uso da força e os atores principais neste contexto são os Estados, ou seja, o realista parte do pressuposto da existência do sistema internacional anárquico e considera que o principal interesse dos Estados é a sobrevivência destes e que para isso é legítimo o uso da força em qualquer momento.

Já o liberalismo vê uma sociedade global que funciona lado a lado com os Estados e que estabelece parte do contexto necessário para as relações entre esses mesmos Estados. O comércio cada dia mais sem fronteiras, nem barreiras, a livre circulação de pessoas em grandes espaços geográficos, como na União Européia, por exemplo, a existência de instituições internacionais, como as Nações Unidas, criam um cenário no qual a visão realista das relações internacionais de um estado de anarquia se torna totalmente insuficiente. Ou seja, para os liberais existe uma crescente interdependência econômica que por si só é suficiente para termos em consideração a existência de relações que são na sua essência transnacionais e que se estabelecem independente de relações de poder político entre Estados – nacionais independentes e soberanos. Indo mais além, para a teoria neoliberal o crescimento da interdependência entre os Estados não será apenas econômica, e sim também ecológica e que essa mudança de natureza na política internacional irá "obscurecer tanto as diferenças entre política interna e política internacional que a humanidade evoluirá rumo a um mundo sem fronteiras"(Ney, Joseph S. Jr, 2002 :7)[36].

A verdade é que o objeto destas teorias são os homens e suas relações, suas ações, e por isso

[36] Ney, Joseph S. Jr.. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*, 3ª edição, Gradiva Editora, 2002.

trata-se de um objeto num devir constante, por isso as análises não são determinísticas e ao longo dos tempos assistimos ao surgimento de outras análises que não apenas as realistas e as liberais das relações internacionais, como foi o caso da teoria marxista aplicada às relações internacionais, no século passado. Todavia, apesar de ter sido aceita por várias pessoas numa época em que assistíamos a um guerra ideológica entre comunistas e capitalistas, rapidamente a teoria marxista das relações internacionais foi colocada de parte por não ser capaz de explicar estados de paz entre estados capitalistas e estados de conflito entre países comunistas. Mais no fim do século XX surgiram releituras da teorias realistas e liberais sob a novas designações de "neo-realistas" e "neo-liberais", com analistas como Kenneth Waltz , nas primeiras e Robert Keohane, nas segundas e que viram Estados – nacionais com ações constrangidas por uma política internacional,apresentando-se como atores racionais. Na opinião de Ney (Ney, Joph S. Jr., 2002 :8) essas releituras deixam para trás a riqueza e a complexidade das teorias realista e liberal clássicas por insistirem em análises mais simples e "elegantes".

Mais adiante falaremos com maior detalhe em outras abordagens que surgiram no cenário teórico pós-positivista, como é o caso da abordagem construtivista que para nós é central para entendermos um fenômeno como a CPLP, no qual a base de seu surgimento está na construção de identidades e convergência de interesses em estruturas intersubjetivas e em constante construção e desconstrução.

Mas neste ponto falemos de dois modernos representantes das teorias liberal e realista como o são respectivamente, Francis Fukuyama e Samuel Huntington, autores aos quais diretamente Baverez se refere e que partem do pressuposto de que o mundo observa uma nova configuração, um novo arranjo internacional no fim da Guerra Fria e que por isso seria necessário explicar esse novo cenário que passaria de uma ordem internacional bipolar para um arranjo híbrido nos dias de hoje.

O que pretendemos então é falar do paradigma realista da análise das relações internacionais que surge em contraposição a outros paradigmas existentes como o paradigma globalista ou liberal (Fukuyama) ou mesmo em oposição a um paradigma marxista de análise de relações internacionais, que como já referimos para alguns autores nem sequer existe. Pretende-se igualmente levantar questões de foro mais específico no que tange à possibilidade real destes paradigmas de análise das relações internacionais serem capazes de explicar a existência de uma comunidade como a CPLP que é multilateral e que é incipiente num cenário pós–Guerra Fria como um novo ator a interagir no sistema internacional.

Posto isto, e uma vez que o nosso foco é a análise realista, mesmo que mais adiante apresentaremos uma concepção globalista/liberal, como a do Fukuyama, é importante referirmos a esta altura a distinção apresentada em Bobbio (Pistone, 1986) entre relações internas e relações internacionais. Esta distinção permite-nos caminhar conceitualmente para o cenário que serve de pano de fundo à teoria realista e que se fundamenta na idéia da existência de um sistema internacional anárquico, como já tivemos ocasião de referir. Ou seja, a visão hobbesiana que permeia toda a teoria realista se baseia no fato de que ao contrário daquilo que se observa no interior do Estado Nacional[37], isto é, a existência de um poder central composto de um mecanismo de coação automaticamente ativado quando da transgressão de uma regra ou lei, o sistema internacional é, na visão dos realistas, um "lugar" onde esse mecanismo coercitivo não existe centralizado e por isso tende à anarquia.

Nessa medida a distinção entre relações internas e relações internacionais deve ser feita tendo por base o modo como elas se regulam, e, portanto, ao contrário das relações internas, as relações internacionais, citando Raymon Aron, se dão "à sombra da guerra". Uma vez que a soberania é um conceito que no cenário internacional se refere à não existência de uma força

[37] Tomamos aqui por base a definição weberiana de Estado: "(...) devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de um determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física." (Weber, M. *Política como Vocação.* In *Ciência e Política: Duas vocações*. 12 edição. Editora Cultrix, São Paulo, 2004, p.56).

supra estatal, então o pressuposto é que isso tende à existência de uma situação anárquica. Se estamos perante um sistema internacional anárquico, que vive num estado latente de guerra, então como devemos construir a paz? De que forma se atinge o equilíbrio de poder? Na busca pelas respostas a estas questões encontramos o livro de Aron "Paz e Guerra entre as Nações" no qual ele discute claramente os limites conceituais de relações internacionais e acima de tudo demonstra a instabilidade das relações inter-estatais provocada, por exemplo, pelas diferentes políticas externas usadas por cada governo. Aron demonstra o quanto é importante o processo decisório para que se encontre um equilíbrio internacional entre os diversos estados nacionais, tendo em vista a existência de múltiplos objetivos. Ou seja, é uma característica das relações internacionais a pluralidade dos objetivos concretos das políticas externas dos Estados que compõem o sistema internacional. Mais ainda, Aron discute a questão da guerra e da paz, como nos diz Celso Lafer (2006, p.40-41)[38]:

> " (...)*como observador participante, conclui Paz e Guerra com uma praxeologia na qual estuda as antinomias com que lidam os responsáveis pela condução da política externa. Estes se confrontam com o que denomina o problema maquiavélico e o kantiano. O primeiro é o do realismo dos meios legítimos da condução da política externa, que, no limite, comporta o uso de força. O segundo é o da busca da "paz perpétua" e de um princípio regulador da humanidade que substitua a "moral do combate". Na interação dos dois, Aron desenvolve uma ética de prudência e de equilíbrio entre excessos".(Lafer, 2006)*

Hobbes dizia neste sentido que: "Assim como um tempo tempestuoso não significa chuva perpétua, um estado de guerra não significa guerra permanente." (Hobbes,1981). Ou seja, não haverá, na história, momentos de conflito absoluto ou de paz perfeita. Existirão sempre, mesmo durante guerras, momentos de cooperação. Dando o exemplo atual, mesmo não estando em guerra declarada, o mundo de hoje assiste a conflitos armados geograficamente separados, mas muitas vezes politicamente interligados- como é o caso da nova invasão de Israel à Faixa de Gaza, ou mesmo um conflito como aquele que está a surgir a cada dia com

[38] Lafer, C.. Aron e as Relações Internacionais. O Mundo em Português, v.62, p.40-41, 2006. In San Tiago Dantas (site), Artigos e Resenhas. <http://www.santiagodantas.com> acesso 10 de julho de 2006.

mais intensidade em Timor – Leste, ou o caso do Haiti, ou até mesmo a insegurança que traz ao cenário internacional a ameaça iraniana da continuidade do seu processo de enriquecimento de urânio, ou a guerra contra o terrorismo proclamada por uns EUA amedrontados e que tiveram como ponto de partida a invasão ao Iraque e a manutenção das tropas até hoje em território iraquiano, para não me estender em outros diversos exemplos.

Portanto, se seguirmos o pensamento realista verificamos que mesmo em um estado latente de guerra é possível acreditar num equilíbrio de forças que organize o sistema internacional e impeça a hegemonia de um país sobre todos os outros ou o caos que de certo surgiria se todos os países resolvessem todas as questões pela guerra.

O sistema internacional pode classificado em *Unipolar*, como foi, por exemplo, no caso do Império Romano, *Bipolar* como foi durante a Guerra Fria ou, como Huntington considera que é hoje, *Uni-multipolar* (uma vez que o que semanticamente é representado por "uni" é a existência de um estado nacional como os E.U.A quase que hegemônico economicamente e militarmente – e que em relação a alguns países têm inclusive o *Religio*[39]*).* A geopolítica sempre foi um elemento de análise fundamental para se compreenderem as posições e as diversas ações cometidas pelos atores internacionais. Assim, a busca pelo poder impugna automaticamente no controle de uma área geográfica cada vez maior e geopoliticamente estratégica. O mundo pós-Congresso de Viena era um mundo multipolar, no entanto, a partir de 1947, com o surgimento dos dois blocos que compuseram o estado de guerra fria, o soviético e o americano, o mundo tomou a cara e as feições de alinhamentos a estes dois

---

39 Existe na teoria política desde Aristóteles a qualificação de três formas de poder, quais sejam para este autor: o poder paterno, o despótico e o poder político. No entanto, ao longo dos tempos os critérios de distinção entre essas formas do poder foram variando, assim como suas designações. Nas teorias sociais contemporâneas continuam surgindo três tipos principais de poder social e neste contexto focamos a distinção que durante séculos se faz entre poder espiritual/ideológico (*religio*), o poder temporal que podemos chamar de econômico (*dominium*) e entre poder político (*imperium*). O país que tiver os três poderes completos em suas mãos poderá considerar-se e ser considerado uma potência hegemônica. Essa capacidade nos dias de hoje, de concentra-se nas mãos de um único país esses três poderes é algo quase que impossível, pois com a balança de poderes equilibrada no cenário mundial e com o processo de globalização são muitos os Estados nacionais que se sobressaem e que são detentores de *dominium*, ou de *imperium*, por exemplo, como é o caso do Japão e da China se pensarmos em *dominium*, ou se pensarmos na França no que respeita a um *imperium*.

modelos ideológicos. A maioria dos países do mundo se alinhou de acordo com os seus interesses e assim esse cenário de alinhados e não alinhados em relação aos dois blocos perdurou por quase 4 décadas, até 1991.

Como se desenha o mundo depois de ter sido derrubado o comunismo e a economia planificada (se quisermos usar os termos que fundamentam os argumentos de Fukuyama)? Fukuyama responde-nos que vivemos o *pós-história* e que se deu o triunfo do liberalismo, da democracia e da economia de mercado. Huntington, diz-nos que caminhamos para um mundo cada vez mais conflituoso e que se terminaram os conflitos ideológicos, começaram os conflitos civilizacionais.

Para Huntington a fonte fundamental de conflitos nesse novo mundo pós-Guerra Fria não é essencialmente econômica ou ideológica. Como resultado da Revolução Russa e da reação contra ela, o conflito entre nações deu lugar ao conflito entre ideologias – primeiro entre o comunismo, o nazi-facismo e a democracia liberal, e depois entre o comunismo e democracia liberal. Assim, como já referimos, a Guerra Fria foi um conflito entre duas superpotências. Para Huntington, uma vez terminado o conflito em 1991, o que iremos observar é um conflito entre civilizações, ou seja, “(...) no mundo do pós- Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas nem econômicas; são culturais(...). (Huntington, 2001)

A antiga distinção entre primeiro, segundo e terceiro mundos não é mais significante. Devemos pensar uma divisão entre países em função de sua cultura e civilização. E dessa forma Huntington (2001, s/p.) define: “Civilização é, portanto o mais amplo agrupamento cultural de pessoas e o mais abrangente nível de identidade cultural que se verifica entre os homens, executando-se aquele que distingue os seres humanos das demais espécies." (Huntingthon, 2001, s/p.).

Segundo o autor a identidade das civilizações será cada vez mais importante no futuro, e o mundo em grande medida, será moldado pelas interações entre sete ou oito grandes civilizações, quais sejam elas: ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, eslavo-ortodoxa, latino-americana e, possivelmente africana.

Os conflitos mais significativos do futuro vão ocorrer ao longo das linhas de cisão cultural que separam cada uma dessas civilizações. Isto irá se justificar uma vez que, para Huntington as diferenças não são apenas de foro real, mas antes de mais e acima de tudo para ele, são fundamentais. Um outro fator importante para justificar este choque é o aumento da interação entre as diferentes civilizações, pois isto gera uma intensificação da consciência destas últimas, e de suas respectivas diferenças. Portanto, os processos de modernização econômica e mudança social também de processam para a separação das pessoas, das identidades locais formadas há muito tempo. O renascimento da religião (a chamada des-secularização) fornece uma base para a identidade e compromisso que transcende as fronteiras nacionais e une as civilizações. As características e diferenças de natureza cultural são menos mutáveis e, portanto, mais difíceis de conciliar e resolver que as de natureza política e econômica.

Assim sendo o Ocidente, no auge de seu poder, confronta os não-ocidentais que cada vez mais têm o desejo, a determinação e os recursos para tentar moldar o mundo à sua maneira.

A cultura pode, contudo, separar ou unir diferentes países em blocos econômicos ou blocos culturais identificáveis.

Seguindo e assinando em baixo a crítica que Baverez faz à teoria do “choque de civilizações”, diremos que se trata de uma visão um tanto ou quanto preconceituosa, mais do que isso trata-se de uma visão xenófoba de quem não acredita na força da soma das diferenças, e sim defende a aculturação ou a exclusão de todos aqueles que não forem iguais a uns E.U.A. até hoje[40], “bushianos”, megalomaníacos por guerra e petróleo e detentores do síndrome da

[40] “Hoje” entra nesta farse como uma determinante exata de tempo, já que estamos em fevereiro de 2009 e Barack Obama é o novo presidente americano e promete grandes mudanças tanto na política interna

perseguição.

As decisões do Conselho de Segurança da ONU ou do FMI, que refletem interesses ocidentais, são apresentadas ao mundo como resultado das aspirações da comunidade mundial. Assim, tem-se a legitimidade global para ações que refletem interesses americanos e de outras potências ocidentais. O Ocidente promove seus interesses econômicos e impõem às outras nações as políticas econômicas que julga apropriadas. De certa forma, o ocidente usa as instituições internacionais, o poder militar e os recursos econômicos para dirigir o mundo a fim de preservar o seu domínio, proteger seus interesses e promover seus valores políticos e econômicos, que se dizem democráticos e defensores dos direitos humanos.

Uma outra teoria de foro totalmente oposto é a do Fukuyama. De base hegeliana[41], a teoria do "fim da história" é uma teoria positiva, mas pouco abrangente, a nosso ver, uma vez que se restringe à análise da esfera política-económica, quando diz que estamos no fim da história porque vivemos, a partir de 1991, o triunfo da democracia liberal, o triunfo do liberalismo sobre o comunismo, da economia de mercado sobre a economia planificada.

A vitória do liberalismo ocorreu, segundo este autor, basicamente no domínio das idéias ou da consciência e prossegue ainda incompleta no mundo real ou material.

Contudo, Fukuyama diz ter sido mal compreendido por aqueles que leram seus escritos e o criticaram. Então, decide escrever um novo artigo para esclarecer algumas questões que talvez não tenham ficado claras.

Segundo Fukuyama, era necessário entender qual seria exatamente a definição e o sentido dado à palavra *história*. Este termo significa (para Hegel) a história do pensamento sobre princípios primordiais, inclusive aqueles que governam a organização política e social. Deste

---

americana, como na política externa deste país e nas suas relações com os outros.

41 Georg W. F. Hegel nasceu em 1770 na cidade alemã de Estugarda e morreu em 1831. Hegel exerceu uma influência única na filosofia alemã do século XIX. Neste contexto específico ao qual apelamos a filosofia hegeliana podemos dizer que ele desenvolveu a tese de que a história pode ser vista como um progresso em direção à liberdade (o conceito de liberdade é central na filosofia de Hegel).Ver Blackburn, Simon. *Dicionário de Filosofia.* Editora Gradiva, 1a Edição, p. 199-201,1997.

ponto de vista, o *fim da história* significa não o fim dos acontecimentos mundiais, mas sim o fim da evolução do pensamento humano sobre tais princípios primordiais. Da perspectiva do idealismo hegeliano, o motor da história é a idéia, ou seja, a consciência humana que pensa sobre si mesma e finalmente se torna auto-consciente.

A situação dos dias de hoje leva ao questionamento que talvez deva considerar-se que Hegel está realmente certo quando afirma que o final da história ocorreu por ocasião da criação dos Estados democráticos liberais nas revoluções francesa e americana. No centro de sua argumentação está a observação de que existe um consenso extraordinário em todo o mundo atual quanto à legitimidade e à viabilidade da democracia liberal.

Para refutar a hipótese de Fukuyma, não é suficiente sugerir que o futuro ainda nos reserva grandes acontecimentos. Seria preciso demonstrar que estes foram impulsionados por uma idéia sistemática de justiça social e política que se pretendia superior ao liberalismo.

O segundo mal-entendido está ligado ao anterior e se refere ao ponto de vista do autor sobre a relação entre aquilo que se desenvolve no contexto das idéias e o que se desenvolve num contexto real.

No entanto, para Baverez a história está num processo de aceleração e a esfera política em vez de se dissolver na economia de mercado vai conservando a sua autonomia. (Baverez, 1998).

Ao ser substituído o conceito de "raça" pelo conceito de "cultura"[42], pelos primeiros antropólogos de cunho culturalista, tornamo-nos mais conscientes da pluralidade das culturas e do direito de toda cultura sobreviver. Este é exatamente o motivo pelo qual, hoje, mais que

[42] Neste ponto fica necessário esclarecer com que arcabouço conceitual estamos a trabalhar quando referimos a palavra cultura. Assim entendemos aqui que cultura pode ser entendida segundo duas acepções principais: ou ela designa os conhecimentos intelectuais que o homem pode adquirir e transmitir (neste sentido a "civilização" europeia, por exemplo, expandiu a maioria das suas técnicas e modos de vida nas partes do mundo que colonizou; ou cultura se refere a um patrimônio adquirido, que neste caso, é considerado como específico e peculiar de um determinado povo (compreendendo a partir daqui todos os costumes e singularidades inseparáveis dos seus sujeitos originais). (Weydert, Jean & Béroud, Sophie. *O Futuro da Europa. Que Futuro?*. Ambar, 2002, p.22)Ou seja, nossa concepção de cultura passa aqui pela necessidade de a vermos como uma construção dialéctica, uma vez que ao longo dos tempos o que vemos foi a interação entre as diferentes culturas no sentido de patrimônios singulares de cada povo.

no passado, é dever de uma sociedade avançada moralmente (no sentido mannheimiano[43]) utilizar todos os instrumentos que são fornecidos pelos novos meios de comunicação para difundir as idéias dos primeiros antropólogos culturais.

A CPLP surge em 1996 na seqüência de uma série de tentativas de unificar sobre a égide de uma organização multilateral os povos de língua oficial portuguesa, sob a justificativa da existência de vínculos históricos, da existência da mesma língua, da identidade cultural e da geopolítica, que desenha o triangulo formado pelos 8 países que a compõem. Trata-se de um número significativo de pessoas com uma diversidade cultural muito rica, se usarmos a terminologia weberiana de Huntington de civilizações, temos na CPLP 4 civilizações diferentes: a ocidental, representada por Portugal; a latino-americana, representada pelo Brasil; a africana representada pelos PALOPs; e por fim a civilização representada por Timor Leste que pode ser classificada como asiática, isto sem falarmos da participação especial de Macau.

Podemos considerar, é claro de uma forma muito geral, que a existência de uma comunidade como a CPLP, põe por terra o argumento do "choque de civilizações" e demonstra a possibilidade de diferentes culturas se unirem para objetivos comuns sem que sejam necessariamente de foro econômico e sem que se aculturem uns aos outros para a sua convivência.

Geopoliticamente é necessário referir-se que a CPLP tem grandes qualidades uma vez que Portugal está na União Européia e na sua ZEE transita grande parte do fluxo aéreo e marítimo intercontinental. Uma outra qualidade estratégica e geopolítica da CPLP é a posição do Brasil hoje, como uma potência média com grandes recursos e crescente influência no cone Sul e

---

[43] Tomamos aqui como referência a base teórica que está por detrás das considerações do sociólogo húngaro, Karl Mannheim (1893-1947) uma vez que este autor considerou no homem e na sociedade a possibilidade de transição por diversas fases da humanidade. Assim, para este autor, será certo o colapso de uma sociedade se esta não tiver no seu seio o desenvolvimento moral no mesmo patamar que o desenvolvimento tecnológico . Assim, consideramos avançada a sociedade que tem no mesmo nível tanto o estágio de desenvolvimento tecnológico, como também o estágio de desenvolvimento de sua moral colectiva.

nas relações internacionais como um todo. Um país rico em recursos naturais, hídricos, de grande extensão territorial e que representa uma porta de entrada para outros países no Mercosul. Já a presença dos PALOP's na CPLP permite a entrada em outras comunidades econômicas e de comércio existentes dentro da própria África (como é o caso da comunidade de países ex-colônias da França e o caso da comunidade que congrega as ex-colônias britânicas no continente africano), sem falarmos do acesso a economias em início de desenvolvimento que tendem a aumentar o fluxo de capital e o interesse estrangeiro em investimentos e o acesso a recursos energéticos como petróleo. Por fim, mas não menos importante a presença de Timor Loro Sae, ainda que esteja em crise social hoje, ou mesmo que seja ainda muito recente a sua independência é um ponto estratégico no Pacífico para a CPLP e seus membros, assim como Macau é para a representatividade da CPLP no mundo asiático, mundo este cada vez mais competitivo. Assim, ultrapassadas que sejam as naturais reservas dos desequilíbrios existentes em termos de desenvolvimento de alguns países envolvidos, ficam criadas as condições para o estabelecimento de um espaço lusófono cuja versatilidade (geográfica, étnica, cultural, social e econômica), e a versatilidade política (ponto de encontro entre espaços da UE, MERCOSUL, SADDC E CEEAC) permitem antecipar a materialização de sinergias que se advinham vantajosas para os países constituintes. Mas, mais adiante teremos oportunidade de nos aprofundarmos na questão do necessário desenvolvimento da cooperação econômica e política entre os membros da CPLP, com especial destaque para os dois eixos da comunidade, quais sejam, Portugal no hemisfério norte e Brasil no hemisfério sul.

O “fim da história” não se deu na sua totalidade, pelo menos não no que tange aos países da África portuguesa. Não há a nítida vitória do liberalismo na maioria dos PALOP's, muitos estão ainda a tentar se levantar de 30 anos de guerra colonial e mais uns 14 ou 15 anos de guerras civis, muitas delas mantidas pelas forças antagônicas da altura da Guerra Fria (como

foi o caso de Angola, Guiné, entre outros). O alinhamento era pela economia planificada e hoje a tentativa é pela passagem para uma economia de mercado que encontra barreiras nas tradições históricas e culturais de alguns desses países. Talvez fosse mais propício criarem-se especificidades de desenvolvimento econômico, tecnológico e comercial, de acordo com cada cultura e não globalizar e homogeneizar as economias independentemente das diferenças culturais. É claro que esse é o resultado da globalização econômica que assistimos de maneira mais acelerada a partir do início da década de 1990 e que levou uma cada vez maior interdependência dos mercados e das economias mundiais, que hoje, vemos em colapso pelo resultado dessa mesma interdependência e da especulação financeira própria do capitalismo.

Somos apologistas de que não nos tornamos iguais ao negarmos a existência de diversidade, ou seja, dizemos que igualdade significa que cada um tem o direito de ser diferente de todos os outros e ser tratado de forma igual, desde que seja levada em consideração a sua diferença. Sendo assim, não acreditamos na versão tão pessimista de Huntington, de que o único caminho do futuro da humanidade é o choque entre as diferentes culturas e civilizações, nem acreditamos que já vivemos o “fim da história” e que por isso estamos no pós-história. Acreditamos sim, que é possível a soma e o aprendizado entre as culturas, que é possível a relação pacífica entre os Estados, mesmo que possa existir entre alguns uma tendência hobbesiana a conflitos, mas que, na verdade, o caminho é para entendimentos políticos e diplomáticos visando a constante construção e reconstrução de identidades e de interesses em estruturas que pressupõem a co-constituição entre agente e essa estrutura. Acreditamos ser possível a análise do sistema de relações internacionais, tendo em consideração a relação entre os Estados, estes como principais atores sim, mas também a relação mercadológica no âmbito do processo de globalização entre estes mesmos Estados, a par das ações de uma sociedade civil cada vez mais atuante, para que assim surja uma análise capaz de tender para a universalidade dos fatores e fatos históricos. Nossa visão é de cooperação entre as nações,

na busca de atingir seus objetivos e fazer valer seus interesses, mas de uma maneira pacífica e abrangente.

A existência de uma comunidade como a CPLP, baseada na cooperação política e diplomática, na cooperação tecnológica, traz o alento da possibilidade da cooperação não só para a abertura e facilidade de circulação de mercadorias, (como era a argumento inicial dos primeiros blocos econômicos surgidos no pós Segunda Guerra Mundial), como também o alento da possibilidade da não existência de fronteiras entre os seres humanos, entre suas idéias e suas construções teóricas, já tão espalhadas pelo advento tecnológico, mas ainda longe de serem acessíveis a todos.

2.2 A Abordagem Construtivista: O caso da CPLP.

As análises da realidade passam obrigatoriamente pelo crivo do pesquisador, portanto a subjetividade humana é intrínseca a essas mesmas análises e por isso tornam-se passíveis de serem criticadas ou positivadas. Este é o caso do modelo de raciocínio construtivista que, ao contrário dos modelos de análise realista, ou idealista das relações internacionais, pretende salientar aspectos subjetivos das sociedades, tal como o são as dimensões culturais, intersubjetivas e identidades tão pouco ou nada focadas pelas análises tradicionais.

Ou seja, o construtivismo, enquanto modelo de raciocínio para análise de relações internacionais, lida com as subjetividades existentes no seio de sociedades e de estados e que por isso consegue, no nosso entender, captar peculiaridades e abarcar com maior amplitude situações e casos que pelas teorias clássicas de relações internacionais não conseguiríamos explicar.

Este ponto específico da tese tenta explanar sobre o dilema de segurança internacional e como este é analisado à luz do construtivismo, mas mais do que isso pretende justificar e analisar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como um verdadeiro exemplo de caso que só

pode ser teoricamente explicado se passarmos por abordagens construtivistas, holísticas, sistêmicas, que tenham na cultura e na construção de relações com base em identidades, o foco de suas concepções e conceitos:

> "Entre as perspectivas de globalização e de regionalização – mormente de natureza econômica-, surgem *perspectivas culturais* em que o uso da língua tem um papel fundamental, levando-se em conta, como um limite, a percepção catastrófica de Samuel Huntington de que o mundo de hoje, flutuante, tende, no futuro, para conflitos envolvendo civilizações, ao contrário do que pensa Francis Fukuyama ao anunciar o fim da história, reanunciando a paz kantiana." (Mourão, 1995: 163).

Antes de passarmos para a explanação daquilo que é definidor da abordagem construtivista torna-se fundamental explicarmos aqui como estas abordagens surgem na área das Relações Internacionais para que possamos entender a sua força teórica e sua função na interpretação das realidades surgidas no pós-Guerra Fria.

Existe, para nós, uma limitação epistemológica nas concepções teóricas tradicionais das relações internacionais, acima referidas, a concepção realista e a liberal, filhas do positivismo iniciado por Comte nas ciências humanas e essa limitação só poderá ser ultrapassada se recorrermos às concepções pós-positivistas surgidas nas décadas de 80 e 90 do século XX, como é o caso da abordagem construtivista.

Os autores pós-positivistas buscam na interdisciplinaridade as principais fontes para a produção do conhecimento na área das relações internacionais, assim como nos permitem, com isso, o acesso á produção de um conhecimento alternativo para a compreensão da ordem mundial. Assim,

> "O pós-positivismo tem como característica fundamental a crítica à utilização de um único método nas análises de um objeto de estudo complexo como as relações internacionais e destaca a ideia de construção social para o entendimento do comportamento dos atores no campo da política internacional. (...) Os pós-positivistas tendem, portanto a uma desconfiança perante modelos científicos universais que explicam a ordem mundial. Oferecem uma metodologia baseada na interpretação histórica e textual; insistem na importância da reflexão humana sobre a natureza das instituições e sobre o caráter da política mundial e consideram as Relações Internacionais como um conjunto de fenômenos socialmente construídos."

(Barros, 2006, p.14 e p.34)[44]

Portanto, com o intuito de melhor compreendermos o papel da CPLP nas relações internacionais e como esta comunidade pode ser estudada e fundamnetada teoricamente podemos recorrer às análises e propostas que surgiram, como já referimos, nos finais da década de 80 e inícios da década de 90, de âmbito sociológico e que colocaram em questão as abordagens tradicionais, exclusivamente positivistas, que até então davam o tônus à produção de conhecimento nas relações internacionais deixando de lado aspectos importantes como as relações entre agente-estrutura, a construção da identidade e as diversidades culturais dos diferentes atores que se relacionam na ordem mundial.

É com base nas produções dos autores Nicholas Onuf e Alexandre Wendt que apresentamos as principais características trazidas pelas abordagens construtivistas, que segundo Barros (Barros, 2006) são a referência do início daquilo que é denominado em teoria das Relações Internacionais por "virada sociológica". Desta forma, assinala Barros referindo Katzenstein, Keohane e Krasner:

> " A virada sociológica deve suas origens aos campos do saber que estão para além do estudo da Política Internacional. Filosofia, linguística estrutural, teoria crítica, geografia, estudos de ciência e tecnologia, teoria política pós-moderna, antropologia, estudos de mídia, crítica literária, entre outros; todos estiveram, a partir de diferentes linhas de pensamento, relacionados ao desencantamento com o projecto da modernidade do século XX . (Katzenstein et alii, 1999:35. In Barros, 2006, p. 46).[45]

Para nós, este gênero de abordagem é muito mais abrangente e por isso mais completa, capaz de captar a especificidade de complexos cenários, com diferentes atores, em diferentes estruturas e mais especificamente, a única capaz de nos satisfazer na análise de uma comunidade internacional, como a CPLP que se baseia em laços culturais e históricos e na construção de identidades que não seriam notadas se apenas ficássemos no âmbito das

---

[44] BARROS, Mariana de Oliveira. *Pós-positivismo em Relações Internacionais: contribuições em torno da problemática da identidade*. Dissertação de Mestrado para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais. - Programa San Thiago Dantas, PUC- São Paulo,2006.

[45] Traduzido por Mariana de Oliveira Barros, op.cit, p.46.

abordagens tradicionais.

Para a análise construtivista a realidade não é um dado, ela tem uma natureza muito específica e natureza essa de ordem social na qual existe uma interação entre agente e estrutura que se constituem mutuamente. O que devemos considerar de importante é que se trata da construção de uma realidade por meio das ações dos diversos atores e agentes e, portanto, resultado das percepções intersubjetivas desses mesmos atores.

Podemos apontar três aspectos definidores daquilo que é a base do argumento construtivista, quais sejam: "(1) a realidade é socialmente construída; (2) as estruturas são definidas por idéias compartilhadas, (3) as identidades e os interesses dos atores são construídos por essas idéias compartilhadas."(Wendt, 1999)[46]

O modelo de raciocínio construtivista, não se propõe a pensar o exercício da hegemonia, mas abre possibilidade de se compreender o conflito e a cooperação, uma vez que demonstra a complementação mútua que encontramos entre agentes e estrutura na qual estão inseridos e que por si constroem essa mesma estrutura diariamente, na verdade essa estrutura pode ser construída, desconstruída, reconstruída e modificada as vezes que se quiser, que os agentes quiserem de acordo com regras que definem essas estruturas.

Portanto, se considerarmos fundamentais as estruturas e aquilo que compõe essas mesmas estruturas tenderemos, assim, à busca de explicações de cunho construtivista que têm a valoração dos aspectos culturais e identitários dos agentes num cenário e num plano internacional.

Pretende-se então, neste ponto, explicar o surgimento da CPLP, em 1996, enquanto uma comunidade que só tem sentido à luz da análise construtivista, enquanto uma comunidade que surgiu não para cumprir e atingir objetivos econômicos e mercadológicos, e sim surgiu com o centro no princípio da cooperação entre os oito Estados-nacionais que a compõem.

---

[46] Wendt, Alexandre. *Social Theory of International Politics.* 1999.

2.2.1 Segurança Internacional – o Dilema de Segurança e a Perspectiva Construtivista

Para os autores construtivistas o processo que se refere ao dilema de segurança internacional, parece resolver-se de forma simples, uma vez que se colocarmos o problema de segurança internacional do ponto de vista histórico, por exemplo, no século XX, sempre vamos encontrar duas possibilidades de solução para a segurança: ou a balança de poder (mecanismo clássico de resolução do problema) ou um mecanismo de segurança coletiva. Tudo depende da construção de identidades que se realizaram ao longo de um tempo e num espaço. No caso específico da CPLP, se quisermos discutir como passam os oito Estados pela discussão da segurança, devemos acreditar que hoje buscam um mecanismo de segurança coletivo (já que a construção de identidades pretende agora se formar de maneira positiva).

Cabe esclarecer aqui com que conceito de identidade estamos a lidar e que ao defini-la levamos em consideração a existência intrínseca a este conceito de um conteúdo psicológico. Assim, nosso conceito de identidade refere-se à identidade colectiva:

> "(...)que pode englobar ao mesmo tempo, a imagem consciente que uma sociedade alimenta de si mesma e a imagem inconsciente que poderá ter idealizado ou recalcado; esta identidade resulta, por outro lado, de um processo de construção no seio do qual é possível discernir diversas etapas ligadas à emergência de contradições ou de fatores de mudança e que por isso se relaciona diretamente com o fenômeno da interação."(Weydert, J. & Béroud, S., 2002, p.23)[47]

Ou seja, a identidade coletiva na CPLP dependerá, tanto da forma como os seus membros se reconhecem a si próprios, quanto da maneira como são percebidos pelo olhar exterior e esta depende do contexto social, político, cultural e histórico.

Nas teorias construtivistas o autor que propõe uma nova abordagem do conceito identidade é

[47] Weydert, J. & Béroud, S.. Op. Cit, p. 23.

Alexandre Wendt e dessa maneira ele apresenta uma crítica às abordagens tradicionais[48], principalmente à realista, quando esta última defende que os Estados estão constantemente na busca pela defesa de seu interesse nacional que é definido pela conquista do poder.

Para os construtivistas a construção dos interesses do diversos Estados se dá essencialmente no momento da interação que se estabelece entre uns e outros. No sentido de uma definição de relação social nos âmbitos da teoria de Weber, Wendt defende que as reações e ações do Estado A dependem das ações do Estado B e vice-versa. A identidade e interesses entre esses dois agentes são construídos numa estrutura capaz de ser alterada sempre que for da vontade dos agentes da ação. Assim, as identidades podem ser conflituosas ou cooperantes, mas sempre existe a possibilidade de passarem de conflitantes a cooperantes, e o contrário verdadeiro, pois que se trata de um devir constante no qual interesses e identidades se formam pelas interações dos Estados.

É com base nestas premissas construtivistas, defendidas principalmente por Wendt, relativamente à construção de identidades e definição de interesses e a possibilidade de constante alteração desses elementos em estruturas e agentes que se co-constituem, que mais adiante apresentaremos um índice de identidade que criamos, por meio de um questionário, entre os povos que compõem a CPLP, para entendermos o surgimento desta instituição num novo contexto histórico, político e social que figurava com força quando do início dos processos de independência das ex-colônias portuguesas a partir de meados da década de 70 e que permitiu a reconstrução de novas identidades entre esses estados recém-independentes e a ex-metrópole. Essas novas identidades mútuas e a criação de aspectos mais democráticos internamente a estes Estados e no cenário internacional como um todo, possibilitaram no início da década de 1990 levar adiante a ideia de uma comunidade que congregasse os países de língua portuguesa a fim de que juntos pudessem ter na difusão da língua, na cooperação

[48] Wendt, A .. *Anarchy is What States Make of it: the social construtions of power politics.*International Organization 46, 2 , pp.391-426, 1992.

técnica, política e diplomática, a definição de seus principais interesses e assim poderem encontrar nessas novas identidades um eixo comum.[49]

Voltando, para as teorias clássicas das relações internacionais, o sistema internacional é caracterizado pela anarquia, o que a leva a defender que é esse estado de anarquia do sistema que provoca guerras e conflitos entre os países, já que estes têm, para estas teorias, apenas um objetivo - o da sobrevivência. No entanto, para o argumento construtivista, é possível que exista um sistema de anarquia positiva, sem que o caminho único seja, obrigatoriamente, o da guerra, um conflito constante.

Em termos de mercado, ou seja, nas questões econômicas e comerciais, podemos considerar o sistema internacional como um sistema homogêneo, arrisco-me a dizer que homogêneo/pasteurizado até de mais, mas politicamente ou seja, no que tange à esfera do poder, presenciamos um sistema internacional disforme no qual temos uma hiperpotência, como assim o são considerados, por muitos, os EUA[50], e várias outras que ou correm pela via financeira e crescem a taxas nunca antes vislumbradas como é, por exemplo, o caso da China, ou correm pela via militar, numa corrida armamentista que permite que uns tenham e outros não, armas nucleares. As demonstrações de forças são a cada dia mostradas em nossos jornais como troféus que cada um expõe, contando que assim o outro não vai querer concorrer novamente.

A situação mundial no que se refere à segurança internacional é bastante frágil. As mãos estão nas armas e guerras são mantidas pelos interesses de capitais e de produtores do mercado da guerra. Os realistas estão cheios de material para analisarem, mas e se realmente quisermos

---

[49] Neste sentido Wendt fala-nos no conceito de "altercasting" que resumidamente se refere a ações e táticas levadas a cabo por *ego* com o intuito de moldar os papéis de *alter* , ou seja, com o intuito de fazer *alter* modificar a sua identidade, tratando-o como se *alter* já tivesse aquela identidade. Para Wendt, esta lógica segue a teoria do espelho da formação de identidade já que, nas palavras do autor, "a identidade de *alter* é o reflexo das práticas de *ego*; mudando as práticas, *ego* começa a conseguir alterar a concepção que alter tem de si mesmo." (Wendt, 1992, p.421, citado por Barros, 2006, p. 68).

[50] "Hiperpotência americana"- como assim cunhou o chanceler francês Hubert Vérdine em 2005 num artigo publicado no jornal na coluna de Sérgio F. Danese intitulado " Os limites da Hiperpotência", no qual elencou os factores que impunham limites à hiperpotência americana perante o mundo, discutiu o aspecto da legitimidade e a importância da opinião pública quando se trata da política externa de um país.

acreditar que existem outras formas de relação que não aquelas que passam pelo “medo”? Assim chegamos aos construtivistas e às suas análises repletas de significados, de preferências e interesses que passam pelo imaginário de cada povo e de cada nação e de como, num processo histórico, esse imaginário se constrói levando àquilo que acreditam ser um mecanismo que equilibra forças diversas, com interesses e identidades comuns.

Para os construtivistas o dilema de segurança da ordem internacional existe, mas este não é apenas uma realidade material, é antes de mais uma realidade intersubjetiva que permite a desconstrução desse mesmo dilema sempre que os interesses dos Estados assim o quiserem. Ou seja, se a percepção for negativa, existe sempre a possibilidade de se criar e construir uma nova percepção que por si só já resolva o dilema de segurança. A causalidade forte deixa de ser a estrutura anárquica do sistema internacional, não que ela não exista, mas na verdade tudo depende e irá depender da percepção que os agentes tiverem dessa mesma estrutura. Para Wendt as variáveis dependentes devem ser as identidades e os interesses, ou seja o que devemos pensar nas relações internacionais e na definição das posições e interações entre os Estados é sim como a anarquia influencia a definição de identidades e de interesses (Wendt, 1992).

O dilema de segurança pode resolver-se, portanto, segundo o argumento construtivista, por meio de desconstruções de percepções negativas e por construções de novas percepções e confluência de interesses.

Assim, caso as estruturas fossem estáticas e não houvesse a mínima possibilidade de se alterarem as percepções que uns estados têm dos outros, nem a possibilidade de se criarem novas identidades baseadas em novos e comuns interesses, os PALOP’S poderiam não querer entrar numa comunidade na qual um dos países centrais é Portugal, já que têm experiências históricas suficientemente negativas para que tivessem construído percepções negativas dessa estrutura e que por isso não permitisse acreditar numa comunidade de cooperação e de ajuda

mútua, como é o caso da CPLP. Os Palop's, mais propriamente, os chefes de Governo e de Estado dos Palop's optaram antes por reconstruir em seu imaginário e na demonstração de seus interesses u conjunto de percepções positivas que permitissem um equilíbrio e uma união possível pelos laços históricos[51], pela "língua comum e por uma experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação"[52].

Voltando, a causalidade passa a depender então diretamente da percepção e não da estrutura anárquica própria do sistema internacional.

Segurança externa e interna, comunidade de segurança[53] (pluralista ou não) são conceitos que discutimos aqui. Entendendo que comunidade existe no nível internacional e que políticas internacionais são fortemente influenciadas pela percepção de comunidade internacional.

Para a teoria construtivista, comunidade de segurança é antes de tudo uma geografia cognitiva, cujo conteúdo são valores, identidades e percepções, embora esta percepção cognitiva e geográfica possa não ser em alguns casos algo institucionalizado.

O caso da CPLP está nesta noção de comunidade de segurança, se quisermos passar pela ponderação de um dilema de segurança entre os países da comunidade de língua portuguesa. Ou seja, a geografia cognitiva dos oito países que se encontram espalhados por 4 continentes (América, Europa, África e Ásia, desde 2001 com a entrada de Timor Leste) é que permitiu que se começasse a discutir a pertinência e a relevância da criação de uma comunidade internacional que fosse de foro consultivo e deliberativo e que tivesse no cenário mundial um papel fundamental no que tange a resoluções de conflitos e como um exemplo de união por laços históricos e identitários, contrariando o já tão cansado fluxo de surgimento de

---

51 Não quero aqui discutir a natureza desses laços, nem mesmo cabe essa discussão, pois temo pela honestidade expressa nessa análise – ou seria branda demais para com os da minha terra ou seria rigorosa demais para não deixar escapar da crítica nenhum erro absurdo que durante tantos anos foram cometidos contra as populações das ex-colónias portuguesas da África.

52 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, 17 de Junho de 1996. In : <www.cplp.org>

53 " Há 40 anos atrás Karl Deutsch falou de comunidade de segurança e de comunidade de segurança pluralista, que é quando Estados se tornam tão integrados que eles têm por si só um senso de comunidade, que por seu lado garante que eles certamente manterão as suas diferenças longe de guerra". Adler, Emanuel & Barnet, Michel (1998a.) " Security Communities in theorical perspective".

comunidades transnacionais de âmbito econômico, como é o caso da União Européia (que a todo custo, tenta agora uma união política) e como é o caso do Mercosul.

2.2.2 Estruturas, Identidades e a CPLP

Todo o processo histórico, pelo menos o mais recente, aquele que passa pelos finais dos anos 60 até aos nossos dias demonstra o quanto a CPLP é o resultado de construção de uma série de identidades e de projetos que buscam uma paz estável entre os Estados que a compõem e dentro desses mesmos Estados também através da criação de instituições democráticas capazes de garantirem esse equilíbrio.

A CPLP contou, desde a sua criação, com uma série de motivações políticas, históricas, lingüísticas e culturais que a caracterizam como um exemplo importante no cenário internacional de uma comunidade com outros fins que não só os comerciais e os econômicos, como é o caso de muitas outras surgidas no pós-guera Fria.

A triangulação Brasil, Portugal e África, não é nada recente e traz consigo diversas dificuldades de foro legítimo quando ainda hoje, após 12 anos da sua criação, muitos são aqueles que não sabem sequer da sua existência e qual sua funcionalidade.

O desenvolvimento econômico e material dos países que compõem a CPLP e sua estrutura de idéias podem ser vistos como um todo que se articula, uma estrutura na qual tanto os fatores materiais quanto os fatores ideais se complementam e sem os quais não nos é possível compreender os interesses por detrás dos estatutos constitutivos da CPLP. Ou seja, como diz Wendt[54]: “Sem idéias não se pode compreender os interesses; sem interesses não se pode atribuir um significado às forças materiais; e sem forças materiais não há realidade.”(In

[54] Wendt, A .. *Anarchy is What States Make of it: the social construtions of power politics.*International Organization 46, 2 , pp.391-426, 1992. In BARROS, Mariana de Oliveira. *Pós-positivismo em Relações Internacionais: contribuições em torno da problemática da identidade.* Dissertação de Mestrado para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais. - Programa San Thiago Dantas, PUC- São Paulo, 2006, p.113.

Barros, 2006, p.113).

No nosso contexto, o conceito central que permite relacionar a estrutura e os interesses é o conceito de identidade, que podemos definir como sendo o resultado das práticas constitutivas do Estados (ações) no âmbito doméstico e externo[55], já que este conceito permite sabermos quem são os atores e por isso quais são os grupos e conjuntos de interesses que estes têm. Desta maneira, é pela identidade que se constroem grupos e distinções, cada qual com suas preferências. A identidade é um conceito duplo, pois existe em dois sentidos, isto é, construímos nossa identidade sempre para alguém, sempre em relação ao "outro" (relação discutida por Norbert Elias em seu elucidante artigo sobre a balança "nós-eu"[56]). Nossa identidade vai muito além da visão que temos de nós, ela se completa socialmente de acordo com a visão que os outros têm de nós e nós dos outros. Se nos identificamos com algo ou com alguém é por termos os mesmos interesses ou pelo menos algo em comum. Isso acontece com a CPLP e com o que a justifica. Assim sendo, a vontade dos agentes e a estrutura da qual eles fazem parte foram as determinantes para o surgimento de uma comunidade como a CPLP que busca sua efetivação e institucionalização há pelo menos 12 anos, tal como reconhece Maria Regina Marchueta, "[e]m quase todos os setores de intervenção, mesmo no setor estratégico da língua portuguesa, a dinâmica interna da CPLP pode considerar-se ainda incipiente e dispersa, verificando-se algum desajustamento entre os objetivos enunciados e a realidade dos fatos."[57]

Seguindo a concepção de Wendt, acreditamos que qualquer que seja o tema e o objeto de estudo, nunca devemos ficar em apenas uma teoria e sim, devemos integrar e complementar as análises com as teorias existentes para abarcarmos em nossas interpretações a complexidade da realidade atual, mas devemos privilegiar as concepções construtivistas por

---

55 Hopf, Ted. *The Promise of Constructivism in International Relations Theory* .1998, p.193.

56 Norbert Elias, Parte III Mudanças na Balança Nós-Eu (1987) in " A Sociedade dos Indivíduos".

57 Marchueta, Maria Regina. A CPLP e seu Enquadramento, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Jeneiro de 2003. In Santos, Victor Marques dos. op.cit, p. 82.

sua capacidade em captar peculiaridades até então esquecidas nas análises das relações internacionais, como, por exemplo, esta questão da identidade cultural que está na base da fundação de uma comunidade internacional que pode ter seu papel cada dia mais ativo política e economicamente se assim o desejar de fato.

Assim, ao longo da história, os atores envolvidos no processo de criação de uma comunidade luso-falante foram baseando seus discursos em acontecimentos internos e externos que fazem parte da construção da imagem que uns têm sobre os outros.

Com o intuito de saber mais sobre essa identidade e sobre as noções que a sociedade civil tem relativamente à existência de uma comunidade que congrega todos os países que optaram pelo português como língua oficial, fizemos, a título de um estudo de caso, um questionário que colocamos na internet[58] durante um mês. A nossa amostra foi construída de forma totalmente aleatória e os resultados aos quais chegamos são apenas exploratórios, reconhecendo que haveria muito para testar e verificar de modo a fazer destes dados verdades abrangentes sobre a realidade que envolve a CPLP, o que ficará talvez para uma outra ocasião. Temos claro que destes resultados é possível partir-se para variados caminhos e conseguir saber, em termos quantitativos, muito mais sobre identidade na CPLP e sobre a imagem desta comunidade no cenário internacional, espelhada na opinião dos povos que dela diretamente fazem parte.

Assim, nossa amostra foi construída por duas vias, uma derivou de uma rede[59] do gênero das da concepção de "clusterização" de Duncan Watts e Steven Strogatz, concepção esta que pode

---

[58] O questionário foi colocado online por uma empresa portuguesa contratada para esse fim que tem o domínio: <http://www.questionform.com> e o questionário poderia ser acessado pelo link: <http://identidadenacplp.questionform.com/public/cplp.>
O banco de dados completo estará disponível para a consulta no CIS – Consórcio de Informações Sociais acessado pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx >.
A exportação do banco de dados do Excel para o Spss, assim como todo o tratamento estatístico dado ao "survey" foi efetuado pela socióloga e especialista em banco de dados Ester Ribeiro Pereira (USP).

[59] O conceito de rede (network) pode ser definido por: "um sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede." Em termos de rede social podemos definir rede como: "um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados." Marteleto, Regina Maria, Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência de informação. C. Inf. Brasília, v.30, n.1, Apr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652001000100009&Ing=en&nrm=iso>

ser definida como uma rede com várias ligações, laços estabelecidos entre pessoas próximas junto com os laços estabelecidos aleatoriamente que transformariam essa rede num mundo. Para a existência desse "mundo" bastam poucos pontos de ligação entre vários "clusters" (grupos de nós conectados), para se formar a "clusterização". Desta maneira e por meio da lista de emails pessoais foi inicialmente repassado o link do questionário a pessoas chave através das quais pudemos obter respostas de representantes de vários países membros da CPLP, como foi o caso de Portugal, Brasil, Angola e Moçambique. A rede/árvore construída para esse fim encontra-se em anexo e facilita a visualização dos "clusters" que resultaram em 1366[60] questionários respondidos. Além desta rede, a nossa amostra é também resultado de respostas conseguidas através dos acessos ao site AngolaDigital[61], que colocou em destaque a pesquisa e o link do questionário, como também enviou para seus assinantes um pedido especial de participação ao responderem ao questionário.[62] Pudemos contar também, com respostas dadas pelos assinantes de um grupo de debate, ligado à lusofonia, designado Observatório da Língua Portuguesa[63].

No geral as características socio-demográficas da nossa amostra apresentam respostas de quase 50 % de homens e 50% de mulheres, como podemos observar na Tabela 2, quando observamos os dados de brasileiros e portugueses e relativamente a cidadãos dos Palop's e de outras nacionalidades a maioria das respostas foram dadas por pessoas do sexo masculino[64]. A maioria dos portugueses que responderam está acima dos 46 anos de idade (34,4%), dos brasileiros e de africanos de língua portuguesa entre 26 e 35 anos (36,1%) (Tabela 2.3 e Gráfico 2.2). Uma característica importante para a nossa análise é a escolaridade dos respondentes, já que em princípio, esta seria uma variável explicativa em alguns testes

---

60 As frequências totais do valor de N podem ser observados na Tabela 1.

61 O site de informações sobre Angola pode ser acessado através do seguinte endereço: <http://www.angoladigital.net>.

62 A carta enviada por email aos assinantes do AngolaDigital pode ser lida em anexo.

63 O acesso a este site pode ser feito através do seguinte endereço eletrônico: <http://groups.google.com/group/observatorio-lp?hl+pt-PT>

64 Dados na Tabela 2 e Gráfico 1 em anexo.

estatísticos para que pudéssemos verificar em que medida, por exemplo, o nível de escolaridade influência no conhecimento da existência de uma comunidade internacional de países de língua portuguesa. Assim, nossa amostra apresenta um alto grau de escolaridade uma vez que na sua maioria os brasileiros que responderam têm pós-graduação completa (48,1%), os portugueses têm superior completo (37,5%) ou pós graduação completa (33,7%) e apenas nos Palop's o nível de escolaridade da maioria dos respondentes equivale ao ensino médio (47,5%) tal como podemos observar na tabela 2. 4 ou na representação do gráfico 2.3. No entanto, ao cruzarmos o grau de escolaridade e o conhecimento da existência de uma comunidade como a CPLP, pudemos ver que não existe significância no cruzamento, ou seja, não é porque a pessoa tem um nível alto de graduação que garante que ela tenha conhecimento da existência da CPLP e saiba informações sobre a sua atuação. Estatisticamente é infundado[65] afirmarmos que o fato da pessoa ter frequentado mais anos de escola garante o acesso efetivo à informação especificamente em relação às ações desenvolvidas por uma comunidade que congrega os países que têm o português como língua oficial. Ou seja, a CPLP parece não fazer circular as informações relacionadas às suas atividades.

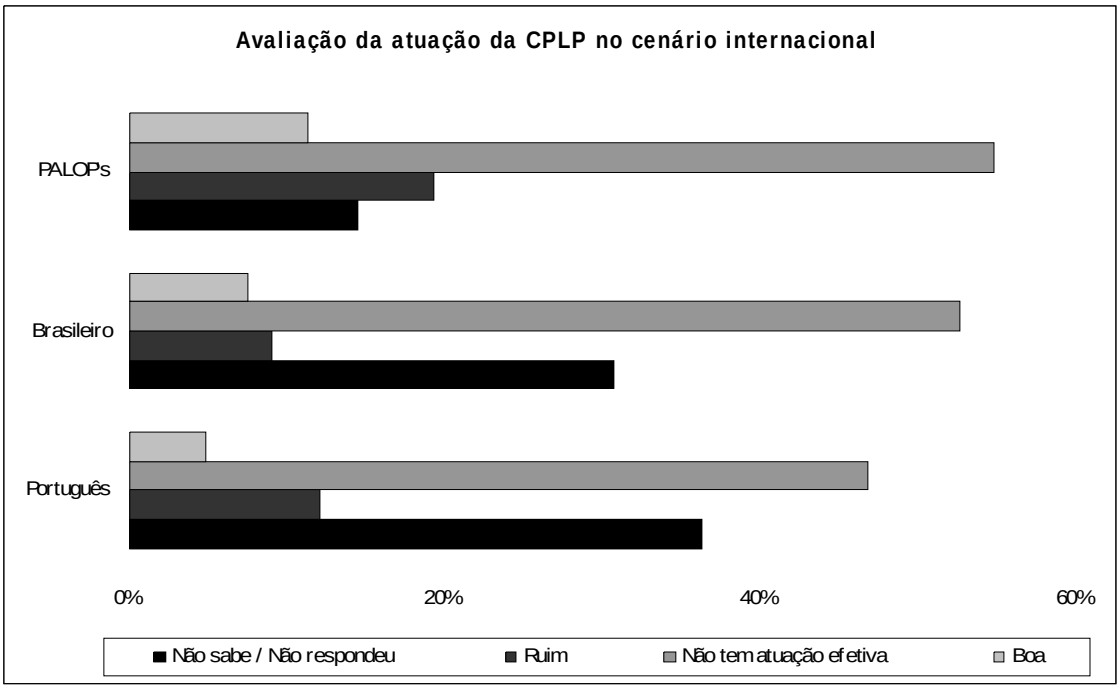
Nosso trabalho é apenas exploratório e não tem a abrangência de um estudo exaustivo com os povos de língua portuguesa. No entanto, foi por meio deste estudo de caso que pudemos verificar as hipóteses com as quais trabalhávamos inicialmente e que passamos a expor.

É fato que a CPLP tem ficado aquém das expectativas dos atores envolvidos, como já tivemos ocasião de mostrar. Os números mostram-nos que, relativamente à avaliação da atuação da CPLP no cenário internacional as pessoas responderam na sua maioria, que a CPLP não tem nenhuma atuação efetiva, o que corresponde a 52,5% do total da nossa amostra, sendo que

[65] A tabela 6, em anexo, mostra o cruzamento entre essas duas variáveis, sendo a variável independente (X) ou explicativa a escolaridade e a variável dependente (Y), ou explicável a avaliação da atuação da CPLP no cenário mundial. Nos testes de Chi-Square, que medem a validade estatística da correlação entre duas variáveis pudemos verificar que a significância dessa correlação ultrapassou os .000 e .005, o que significa que não temos sequer 95% de margem para afirmar que estas duas variáveis são dependentes mutuamente.

aqueles que têm uma visão mais crítica da atuação da CPLP são os Palop's, que somam um total de 54,8 % de respondentes que não vêem com credibilidade a atuação da CPLP no cenário mundial da, como podemos observar na tabela 2.5 em anexo e no gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4 – Avaliação da CPLP



Este dado é bastante condizente com a hipótese que levantamos inicialmente e que nos levou a fazer esta pesquisa. De fato os cidadãos dos Palop's são os mais críticos à atuação da CPLP até hoje, mas no geral as considerações dos cidadãos das nacionalidades integrantes da CPLP são as mesmas, de que esta Comunidade não tem tido uma atuação verdadeiramente significativa no cenário mundial. No caso específico dos países africanos de língua oficial portuguesa, a participação destes numa comunidade internacional que tem Portugal, membro da União Européia, e tem o Brasil, membro do Mercosul e potência em acelerada expansão no cone sul, poderia inserí-los no sistema internacional. Fazer parte da CPLP poderia permitir assim que suas economias e suas populações tivessem acesso a cenários mais promissores e de maior crescimento tanto econômico quanto político no sistema internacional. Mas esse não

é o papel que estes povos vêem a CPLP desempenhar, pelo menos não até hoje.

Os estatutos e a declaração constitutiva assinada em 1996 pelos membros da CPLP são claro relativamente à existência de uma identidade entre os povos que dela fazem parte, baseada em laços históricos e língua comum. No entanto, poderíamos supor que, o fato das relações históricas estabelecidas entre Portugal e suas ex-colônias terem sido marcadas por séculos de exploração, essa identidade fosse, na verdade, mais um discurso esvaziado de sentido e significado na realidade de cada país. Considerando esta afirmativa, necessitávamos saber até que ponto existe uma identidade entre os oito países da CPLP que permita um discurso comum entre os governantes de cada um desses países, capaz de mostrar e garantir uma coesão à posição da CPLP no cenário mundial. Assim colocamos algumas questões chave que pretendiam medir essa identidade naquilo que mais expressivamente baseia o discurso da CPLP, que é a difusão e defesa da língua portuguesa no mundo. Para a construção do nosso índice de identidade consideramos, além das questões relativas à língua portuguesa, o nível de conhecimento da existência de uma comunidade de países de língua portuguesa e os valores atribuídos pelos respondentes (entre 1 e 7, sendo 1 o mais primordial e sete o menos) a elementos considerados fundamentais nas relações entre países no cenário mundial entre as opções linguístico, cultural, político, tecnológico científico, econômico, comercial, defesa, entre outros. Foi construída uma análise fatorial que mostrou que nosso índice é apenas exploratório, pois trata-se de um índice pioneiro e por isso a fatorial revelou-se negativa. Todavia, consideramos fundamental colocar o índice em discussão para que mais tarde seja possível o desenvolvimento de análises mais aprofundadas sobre identidade e elementos culturais na base do surgimento de organizações internacionais e de como essas identidades podem definir que tipo de política externa cada país terá no âmbito das relações mundiais.

Assim, as questões escolhidas para a construção do índice foram:

a) Você gostaria que a língua portuguesa se tornasse uma língua oficial em alguns fóruns

internacionais? ;

b) Você tem conhecimento da existência de alguma instituição internacional que congrega todos os países de língua portuguesa? ;

c) Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: CPLP? ;

d) Qual a sua avaliação relativamente à atuação da CPLP no cenário internacional? ;

e) Aspetos relevantes para você na relação entre os países: linguístico;

f) Aspetos relevantes para você na relação entre os países: cultural;

Com estas questões partimos para a atribuição de valores capazes de nos fazer atingir números que pudessem avaliar o grau de identidade dos respondentes num eixo com variação entre identidade fraca e forte. Assim, cada resposta positiva ("sim") a cada questão acima valeria 1 ponto e cada resposta negativa ("não", "não tem conhecimento", "não gostaria que a língua portuguesa se tornasse oficial em fóruns internacionais", etc) valeria zero (0) pontos.

O resultado foi o que podemos observar nos gráficos seguintes:

Gráfico 2.5 – Índice de Identidade entre os povos da CPLP (por nacionalidade)

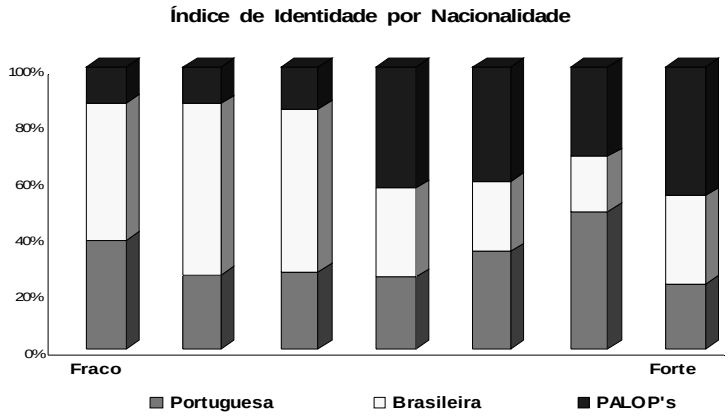
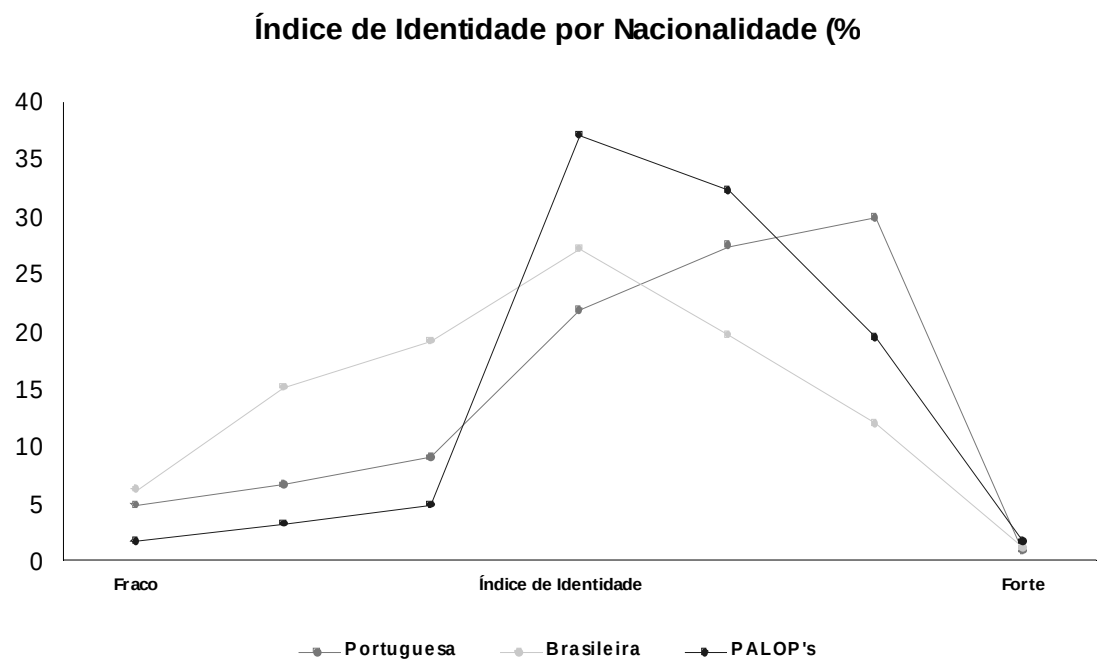


Gráfico 2.6 – Índice de Identidade entre os povos da CPLP (por nacionalidade)



Os gráficos 2.5 e 2.6 apresentam exatamente a mesma informação, mas para facilidade de visualização optamos por colocar os dois, já que, por exemplo, no gráfico de linhas é-nos mais fácil identificar os picos de respostas positivas e por isso o mais alto grau de identidade em relação a cada nacionalidade observada. Desta maneira podemos referir que, num todo, as posições entre as nacionalidade dos respondentes relativamente às questões que poderiam definir a identidade estão, na sua maioria, no meio do eixo, o que quer dizer que o grau de identidade entre portugueses, brasileiros e africanos de língua portuguesa é de nível médio. No entanto, as questões ligadas à lusofonia são mais significativas para portugueses, em seguida para africanos e por último para brasileiros.

A tabela 2.7 abaixo mostra os valores correspondentes a cada ponto do gráfico e informam assim, que os respondentes de nacionalidade portuguesa são os que mais se aproximam da forte identidade, ou seja, os que responderam mais positivamente a todas as questões colocadas (29,8%). Este valor reafirma e fundamenta, mais uma vez, a tese de que a CPLP é um resultado de um sonho muito mais presente no ideário português do que no ideário dos

restantes países membros, considerando que Portugal tem na língua portuguesa um fator de união e manutenção de seu papel de "império".

Tabela 2.7 – Índice de Identidade na CPLP por Nacionalidade

Índice de Identidade por Nacionalidade (%)

	Portuguesa	Brasileira	PALOP's
Fraco	4,8	6,1	1,6
	6,5	15,1	3,2
	8,9	19,1	4,8
	21,8	27,1	37,1
	27,4	19,6	32,3
	29,8	11,9	19,4
Forte	0,8	1,1	1,6

Significante a .000
Coeficiente de Contingência .215

Ao colocarmos a questão de se a pessoas gostariam que a língua portuguesa fosse transformada em língua oficial em alguns fóruns internacionais, nosso intuito era saber até que ponto há na língua um fator identitário para os cidadãos de Portugal, Brasil e dos países que compõem os Palop's, fator esse que pudesse ser usado como uma forma de poder, de união e coesão dos países que falam a língua de Portugal. A esmagadora maioria respondeu que sim, que gostaria que o português fosse uma língua oficial em reuniões de fóruns internacionais como podemos observar no gráfico 2.4 em anexo.

Assim, sendo a língua uma expressão de cultura, não há dúvida que a união de povos que falam o português e que somam mais de 200 milhões de habitantes no mundo é um fator que pode conferir um poder maior desses povos em relação a outras comunidades surgidas na base de uma língua comum e laços históricos comuns, como por exemplo, a comunidade que une países que falam o francês e a comunidade que une países que falam o inglês.

Porém, a questão que se coloca em termos de importância e relevância para o estudo político

dessas relações, é que os argumentos linguísticos e históricos parecem não conferir solidez à CPLP. Na verdade, as questões que poderiam definir a identidade entre os membros da CPLP (como língua, cultura, história comum, conhecimento da existência de um organismo que surgiu privilegiando esses aspectos, etc), e justificar assim a sua união, independem da formalização e concretude desta comunidade no cenário das relações internacionais, enquanto organismo capaz de defender e aproveitar oportunidades que surgem no âmbito mundial/global, tanto no que respeita a questões econômicas derivadas diretamente da globalização, como a questões ligadas ao comércio ou ainda à capacidade desta comunidade inserir seus membros de forma positiva e democrática nas relações internacionais do século XXI.

Ao que tudo indica a CPLP, apesar de também ter no elemento econômico um de seus focos de atuação, não tem, até hoje, atuado na promoção desse foco, nem tem atuado na difusão da informação sobre a sua existência, mesmo considerando que a maioria das pessoas que responderam ao questionário disse saber da existência da comunidade que congrega os países de língua portuguesa, e que conhecem alguma organização que se designa por CPLP (gráficos 2.5 e 2.6).

O conhecimento da existência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não garante que as pessoas saibam para o quê esta comunidade foi criada, com que intuito e qual é a sua atuação no cenário mundial de hoje. Ressaltamos o fato de que são os brasileiros que apresentam percentuais mais baixos tanto de conhecimento da existência da comunidade, como em relação à avaliação que fazem da atuação dela, como também, relativamente à importância da afirmação do português como língua oficial em outros organismos internacionais. Isto pode significar que de todos os países membros da CPLP, o Brasil é o que tem um menor grau de identidade no que tange aos valores escolhidos pela CPLP para serem seus pilares. Isso, porém, não quer dizer que apesar da circulação de informação sobre a

CPLP e sua atuação não ser a melhor no Brasil, não haja a possibilidade de se fazer chegar à sociedade civil maiores e mais detalhadas informações que façam com que esta sociedade se sinta parte de um todo mais abrangente que se coloca sob o manto do discurso de lusofonia e união de povos de língua portuguesa. Além disso, a política externa do Brasil ficou durante vários anos mais virada para o Mercosul e para as relações interamericanas. É desde a presidência do presidente Luís Inácio Lula da Silva que o diálogo com a África vem ficando mais frutífero e, por conseguinte, a relação com os Palop's vem-se estreitando cada vez mais, dando à CPLP uma nova luz e um novo ânimo.

As relações intra-CPLP são vistas com muita abstração, já que uma vez questionados sobre como avaliariam as relações que se estabelecem entre as ex-colônias entre si e Portugal e as ex-colônias as respostas mostram que as pessoas consideram essas relações nem boas nem más (tabela 2.7). Na verdade, é como se não houvesse muito a noção de como se dão essas relações, à luz de quê essas relações se estabelecem e isso, mais uma vez, demonstra que a CPLP não é vista como um palco onde as relações entre os seus membros são privilegiadas, nem prioritárias.

Uma outra questão que se nos mostrou importante foi saber em que aspetos os cidadãos dos países membros da CPLP consideram que se devem basear as relações entre os países nas relações internacionais. Dessa maneira, consideramos que, tomando como ponto de referência aquilo que levou os Chefes de Estado e de Governo dos inicialmente 7 países, a formarem uma comunidade como a CPLP, dentro do espectro da identidade entre os povos de língua portuguesa, seria relevante construirmos uma escala ideal com os aspectos prioritários dessas relações. Nossa questão pedia que o respondente apontasse numa escala de 1 a 7 quais os aspectos prioritários e relevantes nas relações entre os países dentre as opções linguístico, cultural, tecnológico-científico, político, comercial, econômico e, por fim, defesa.

O resultado foi a construção da seguinte escala ideal dos aspectos mais relevantes:

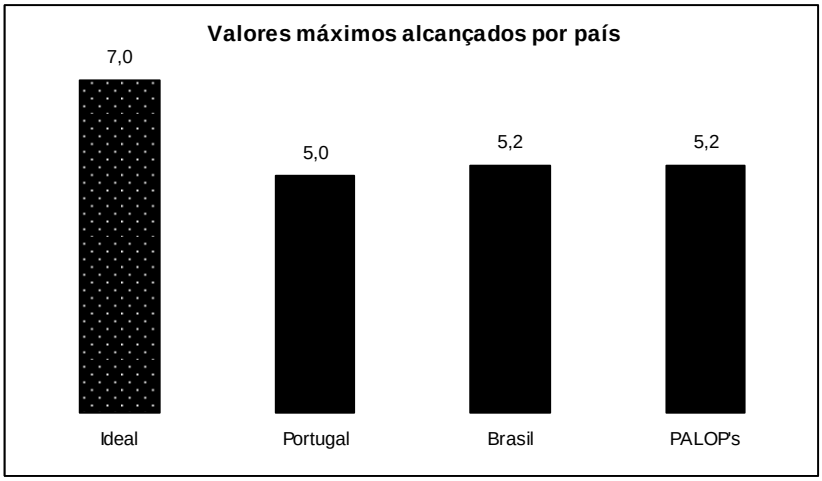
Tabela 2.8 - Tabela comparativa dos aspectos relevantes para as relações entre os países (por ordem de importância). Escala ideal para Portugal , Brasil e PALOP's (%)

Comparação dos aspectos relevantes para as relações entre os países (%)

	Ideal	Portugal	Brasil	PALOP's
Linguístico	1,0	1,0	0,9	1,0
Cultural	1,0	1,0	1,0	0,7
Tecnológico-Científico	1,0	0,7	0,7	0,8
Político	1,0	0,4	0,7	0,6
Comercial	1,0	0,6	0,6	0,8
Econômico	1,0	1,0	1,0	1,0
Defesa	1,0	0,3	0,3	0,3

Para que cada aspecto fosse respondido satisfatoriamente, deveríamos ter a maior parte das respostas na primeira ordem de importância, ou seja, no caso do aspecto linguístico, a maior parte das respostas deveria estar na posição 1. Isto é, em nossa escala ideal, os aspectos prioritários e ideais de resposta de quem faz parte de uma comunidade que se baseia na língua comum e em laços históricos seriam: 1°- linguístico; 2°- cultural; 3°- tecnológico-científico; 4°- político; 5°- comercial; 6°- econômico e 7°- defesa. Assim, o respondente que apontou o aspecto linguístico como o prioritário, ou seja, o primeiro, na relação entre os países na ordem mundial, recebeu 1 ponto, se esse aspecto estava na segunda posição, ou segunda opção recebeu 0,9 pontos e assim sucessivamente. Assim sendo, num cenário ideal, teríamos 7 pontos, sendo que cada um dos aspectos vale 1 ponto. Como são 7 aspectos, 7 pontos. O valor mínimo da escala seria zero pontos. Se a escala ideal alcança, no máximo 7 pontos, a dos países, individualmente, não, o que de certa maneira era esperado. O nosso objetivo, com a construção desta escala, era entender em que aspectos havia identidade entre as nacionalidades que compõem a CPLP e igualmente saber, quais são os aspectos que a sociedade anseia que sejam incrementados nas relações entre os seus respectivos países dentro da triangulação formada pela CPLP. Vejamos:

Gráfico 2.8 – Escala ideal / Valores totais de cada país.

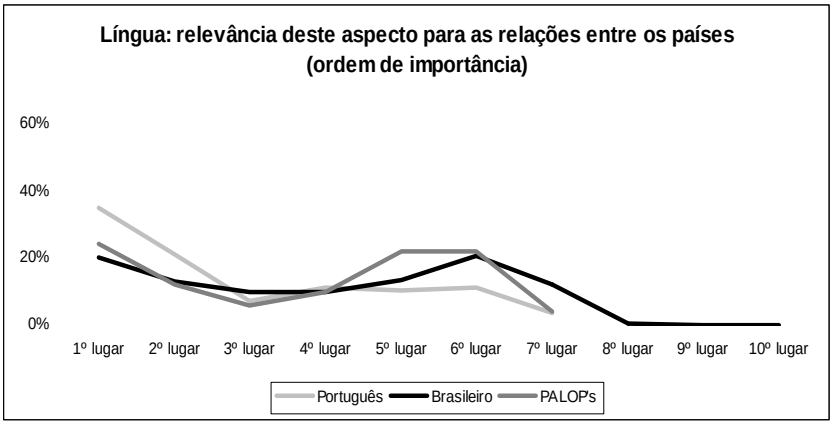


.

No total quanto mais perto do 7 forem os valores dos países, mais próximos eles estão de atingirem o ideal de resposta. No nosso gráfico o que podemos ver é que os brasileiros e os cidadãos dos Palop's que responderam ao questionário estão mais próximos de considerarem de uma forma adequada os aspectos colocados por nós na escala de valores. No entanto, se separarmos as informações podemos ver as informações mais precisas em relação aos aspectos escolhidos.

Neste âmbito, é possível afirmar que de fato, o aspecto linguístico é um aspecto importante (gráfico 2.9) para os respondentes entre os países nas relações internacionais, o que de certo modo vem de encontro com as ambições da CPLP em ter sob sua égide 8 países com variadíssimas realidades, mas que consideram que falar a mesma língua é importante quando se trata de estabelecer laços mais estreitos com outros países. Entre 20 e 40% dos respondentes apontaram a língua como aspecto prioritário entre as três primeiras posições, tal como podemos observar em seguida, no gráfico **2.10**.

Gráfico 2.10 – Escala ideal/Aspecto linguístico por Nacionalidade



Todavia quando passamos para outros aspectos devemos ressaltar que para as três nacionalidades, o aspecto econômico é um aspecto central na relação entre os países, o que demonstra uma clara vontade em que se desenvolvessem na CPLP ações no sentido de incrementar e melhorar as economias dos Estados-membros. Já o aspecto da defesa, ou seja, o desenvolvimento de forças conjuntas que busquem a defesa militar, estratégica e geopolítica dos membros de uma comunidade internacional aparece entre as últimas opções dos respondentes (0,3 pontos em cada uma das nacionalidades, como representa a tabela 2.8 acima). Estes dados que podemos observar nos gráficos 2.11 e 2.12 (gráfico de linhas deste aspecto em anexo) comparam o valor dos aspectos citados na escala ideal com o seu aparecimento entre as opções dos respondentes.

Gráfico 2.11. – Escala ideal/ Aspecto econômico por Nacionalidade

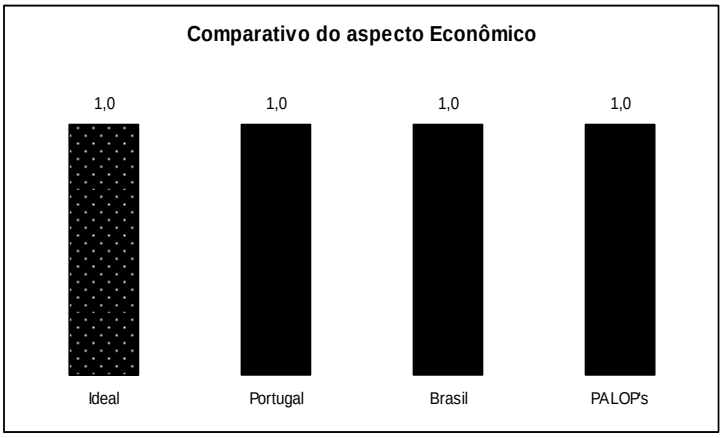
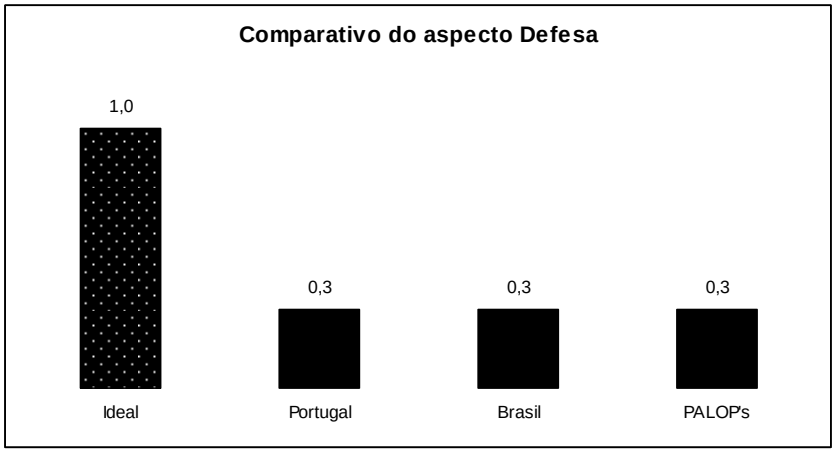


Gráfico 2.12. – Escala ideal / Aspecto Defesa por Nacionalidade



Relativamente aos restantes aspectos[66] é de ressaltar que as trocas tecnológico-científicas aparecem igualmente como um aspecto importante na relação entre os países, mas mais para cidadãos dos Palop's do que para portugueses e brasileiros. Isso se pode imputar ao fato de que há uma carência de mão de obra especializada e de formação acadêmica e técnica nos países da África que falam o português, carência essa decorrente de toda uma conjuntura social e política que se estendeu por mais de 30 anos de guerras civis vividas em alguns desses países. Ao lado disso, temos também o fato de que a África é considerada até hoje como um continente subdesenvolvido e o interesse em investimentos de capital não tem sido até então suficiente para acabar com essas carências sentidas pelas populações desses países.

Devemos apontar que, apesar da atuação da CPLP não ser significativa em termos econômicos, ela pelo menos o tenta ser no aspecto tecnológico-científico, na medida em que encontramos diversos acordos entre universidades e empresas dos países membros para o desenvolvimento de atividades que façam circular o conhecimento e a tecnologia produzida dentro da Comunidade.

Cabe ressaltar ainda a referência a outros aspectos tidos pelos respondentes como fundamentais e prioritários nas relações com os países referindo que para os brasileiros há um

[66] As representações gráficas destas informações encontram-se em anexo.

maior leque de opções entre elementos relevantes para o estabelecimento de relações privilegiadas no cenário internacional, entre esses elementos foram referidos por mais pessoas os aspectos ambiental, o social e o educacional (como podemos ver no gráfico 2.19 em anexo), já para os portugueses o ensino da língua portuguesa, a criação de um banco da CPLP, a saúde, estão entre os aspectos referidos. Para os respondentes dos Palop's a defesa da diáspora lusófona no mundo, a livre circulação das pessoas no espaço da CPLP e a fraternidade foram os aspectos apontados como importantes.

Assim, a CPLP encontra eco entre a sociedade civil quando pensamos na importância que a língua portuguesa tem para se estabelecerem laços estreitos entre os povos que a falam. Isso vem de encontro com a identidade que se baseia numa língua comum e que serviu de alicerce, junto com os laços históricos, para o surgimento de uma organização internacional, como a CPLP. Porém, este aspecto linguístico é, politicamente, fraco já que no cenário mundial as necessidades de inserção e afirmação dos países e de seus interesses estão muito além da defesa de uma língua. As exigências do mundo globalizado passam pela necessidade de existência de economias competitivas, globalizadas, de políticas domésticas com alto grau de instituições democráticas capazes de representarem os desejos e a diversidade de cada um dos cidadãos. As exigências passam igualmente pela necessidade do equilíbrio de forças internacionais capazes da manutenção da paz mundial, o que implica no encontro dos interesses nacionais num plano global.

No entanto, até hoje, a CPLP não responde a todos os anseios da sociedade civil que a compõe já que aspectos relevantes como, por exemplo, o econômico, estão aquém das expectativas e das necessidades dos povos diretamente ligados à criação dessa Comunidade.

Assim, vejamos em seguida que considerações podemos fazer relativamente aos aspectos comerciais e econômicos intra-CPLP, e de que maneira esta Comunidade pode se afirmar na economia mundial e ao mesmo tempo participar para a diminuição de assimetrias existentes

entre os seus membros, não esquecendo para isso o papel central do qual estão incumbidos os dois países centrais desta comunidade, quais sejam: Brasil e Portugal.

CAPÍTULO 3. O Processo de Globalização e o Papel da CPLP

3.1. CPLP: Como lidar com as assimetrias?

Neste capítulo pretende-se verificar qual é o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no que tange à diminuição das assimetrias existentes entre os oito países membros e no que tange à integração regional. Como uma instituição internacional será, neste trabalho, analisada à luz da teoria que usa o modelo de sistema "Hub-and-Spoke", ou "eixo-rádios", que antecede o caminho para se estabelecer uma Área de Livre Comércio (ALC). A questão é: será que a CPLP caminha para uma ALC? Seria esse o objetivo?

Podemos responder que o objetivo inicial não era unicamente estabelecer relações comerciais (que inclusive já existiam devido às relações "metrópole-colônia" que se verificou em todo o período histórico precedente), entre os sete países fundadores da CPLP. Tratava-se, sim de pensar em termos de construção de identidades e interesses comuns. Assim, seguimos a idéia de que "(...) as instituições internacionais são importantes para a formulação de ações conjuntas na área de segurança internacional [e cooperação internacional], na formação de interesses, por representarem um instrumento que permite a construção de identidades coletivas e supranacionais." (Messari, 2003, p.172).

Começamos pela contextualização teórica do conceito de instituição internacional à luz das concepções construtivistas, não esquecendo, porém da importância dos Estados enquanto atores fundamentais no processo de integração regional e de cooperação vivida intensamente nos anos que se seguiram ao final da Guerra Fria, mas clarificando que estes, os Estados, não são os atores centrais, como aparecem sê-lo nas teorias realistas, neo-realistas, liberais ou neo-liberais. Os Estados aparecem aqui como mais um dos diversos agentes de uma estrutura, na qual podemos verificar a formação dessas identidades coletivas.

No continente americano pudemos ver que a formação de acordos de comércio passa na fase

inicial por um sistema de "eixo-rádio" (hub-and-spoke), como é descrito pelos autores Ronald Wonnacott e Paul Wonnacott em um artigo publicado em 1995[67]. É com base nessa estrutura de relação "eixo-rádio" que pretendemos explicar a CPLP enquanto uma instituição que não é nem uma área de livre comércio, nem uma união aduaneira, nem é em si mesma um tratado de livre comércio. No entanto, estas considerações não impedem que possamos pensar na possibilidade do aumento do comércio entre os países membros e que estes possam aproveitar um desenho institucional que foi criado para um gênero específico de cooperação. Dessa maneira, a CPLP poderá transformar-se, se assim for melhor para os seus membros, num espaço de livre circulação de mercadorias (e pessoas é claro), com redução total das tarifas para importações e exportações entre os seus membros e facilidade de entrada em outros mercados, para gerenciar e paulatinamente diminuir as assimetrias econômicas existentes entre Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor-Leste. É claro que nesta questão não podemos esquecer que alguns estados membros da CPLP já fazem parte de arranjos internacionais que se expressam em acordos comerciais e em áreas de livre comércio como é o caso de Portugal desde 1986, data em que entrou para a então designada Comunidade Econômica Europeia, ou o caso do Brasil e de sua posição no MERCOSUL, mesmo este tratado ainda não ter chegado aos patamares de ALC, isto para não não referir o acordos bilaterais com áreas comerciais e econômicas de tarifas zero existentes entre determinados países da África. Esses acordos que já existem e a posição que cada um dos Estados tem perante esses mesmo acordos podem ser um empecilho ao desenvolvimento e incremento das relações comerciais e econômicas intra-CPLP, mas podem ao mesmo tempo ser aproveitadas na busca de defesa de interesses de uns em relação a assuntos específicos. Neste contexto, por exemplo, em declaração proferida pelo então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso quando de uma visita do então Primeiro

[67] Wonnacott, R.J. E Wonnacott, P. *El TLCAN, los acuerdos comerciales en las Americas*. Instituto Fraser, 1995.

Ministro português António Guterres, ao ser perguntado sobre qual teria sido a combinação entre Brasil e Portugal quanto à posição de Portugal na rodada da OMC relativamente à defesa dos interesses do Brasil nas questões dos subsídios agrícolas e do protecionismo tido pela U.E. e pelos E.U.A., respondeu que o máximo que poderia ser feito era a criação de um grupo contínuo de avaliação e de trabalho entre brasileiros e portugueses que permitisse lidar com as assimetrias existentes no mundo globalizado na tentativa de reduzi-las ao máximo. Todavia, e completando a fala do presidente brasileiro, o Primeiro Ministro português quis frisar que nesse contexto da OMC há diferenças entre as possibilidades dos dois países, já que o Brasil "participa diretamente nas negociações comerciais e Portugal é representado pela União Europeia" [68]. Essa limitação de ação por parte do Portugal, que acontece no âmbito da defesa de interesses de membros da CPLP na OMC, por exemplo, deixa claro que é necessário que esta comunidade estabeleça regras e crie institutos que visem a igualdade dos membros tanto nas resoluções intra-comunitárias, quanto nas relações e posições destes membros extra-CPLP.

Faremos mais adiante a análise de alguns dados econômicos que nos demonstram a evolução das relações comerciais entre Portugal e os outros sete países, para assim podermos entender que as assimetrias entre os membros da CPLP são de diferentes aspectos, tais como PIB, população e dados sobre balanças comerciais. São esses dados[69] que nos permitirão definir os países "eixos", "hub" e os países periféricos, "radiais", portanto, "spokes" dentro da arquitetura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

---

[68] Declaração do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e do primeiro Ministro de Portugal, António Guterres – Palácio do Planalto (05/09/2001).
In: http://www.radiobras.gov.br/integras/01/integra_0509_1.htm.

[69] A tabela com os valores do PIB, população de cada país da CPLP encontra-se em anexo.

3.2. Instituições: a CPLP e a cooperação regional

Segundo North[70] (North, 1990), as instituições devem ser entendidas como sendo as regras do jogo, ou seja, são as restrições criadas pela sociedade e que constituem a forma através da qual ocorre a interação de seus membros. Sua função é reduzir a incerteza, ao proporcionar uma estrutura à vida cotidiana, definindo e limitando o conjunto de escolhas dos indivíduos. Assim, a eficiência dos mercados depende das instituições de suporte capazes de definir e fornecer regras formais e informais de jogo para o funcionamento da economia de mercado

Considerando a perspectiva institucional que percorre parte da teoria das RI, os acordos de integração regional de maior alcance dão origem a organizações internacionais destinadas a implementar a cooperação econômica, comercial e política, consideradas como objetivo principal do acordo. Segundo Krasner[71] (Krasner, 1985), as instituições são ainda "better offers" tanto para os países "pequenos' quanto para as grandes potências, uma vez que é nas instituições, ou por meio delas, segundo este autor, que os atores/agentes conhecem e sabem as regras do jogo, com um corpo burocrático reconhecido e acordado entre todos os seus membros.

Cabe aqui reforçar a definição de instituições, no sentido de a completarmos, apresentada não apenas por autores das relações internacionais, mas já definida anteriormente, por autores de outras áreas das ciências humanas como, por exemplo, Perter Berger e Brigitte Berger, já que é central este conceito em nossa análise para entendermos a importância da institucionalização de regras reconhecidas por vários no estabelecimento de relações, principalmente no palco das relações internacionais. Neste sentido, mais do que

---

[70] Nortnh, D. C.. *Institutions, institutional change and economic development.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

[71] Krasner, S.D.. *Strutural conflit. The Third World against Global Liberalism*. Berkeley, Los Angeles, Londos: University of California Press: 3-32, 1985.

identificarmos instituição como uma organização que abrange pessoas, designação de cunho extremamente abrangente, sociologicamente o conceito, segundo Berger e Berger[72](Berger & Berger, 1977), que eles apresentam por meio do exemplo da linguagem como sendo a instituição que supera todas as outras, tem 5 características fundamentais, quais sejam elas:a exterioridade, a objetividade, coercitividade, autoridade/autonomia moral e historicidade.

Assim eles apontam:

> " As instituições são experimentadas como algo dotado de *realidade exterior*: é alguma coisa situada fora do indivíduo, alguma coisa que de certa maneira (...) difere da realidade formada pelos pensamentos, sentimentos e fantasias do indivíduo.(...)As instituições são experimentadas como possuidoras de *objetividade*. (...) Alguma coisa é objetivamente real quando todos (ou quase todos) admitem que de fato a mesma existe, e que existe duma maneira determinada. (...) São dotadas de *força coercitiva*, (...) têm *autoridade moral*. Não se mantêm apenas através da coercitividade. Invocam um direito à legitimidade, em outras palavras, reservam-se o direito de não só ferirem o indivíduo que as viola, mas ainda o de reprendê-lo no terrena da moral. (...) As instituições têm a qualidade da *historicidade*. Não são apenas fatos, mas fatos históricos (...) As ideias corporificadas na instituição foram acumuladas durante um longo período de tempo, através de inúmeros indivíduos cujos nomes e rostos pertencem irremediavelmente ao passado." (Berger, P. & Berger, B. 1977, *passim.)*

As características apontadas pelos autores podem, na sua maioria, ser facilmente identificadas na CPLP, enquanto uma instituição dotada de exterioridade desde 1996, objetividade já que os números que correspondem ao conhecimento ou desconhecimento da existência de uma comunidade que congrega os países que têm a língua portuguesa são números que denotam que a sociedade civil conhece a existência de uma comunidade internacional dessa natureza. A única característica que não podemos apontar existir na CPLP, mas que consideramos que não impede que a coloquemos dentro do parâmetro daquilo que foi definido por instituição, é a coercitividade, na medida em que não existe, nos Estatutos da CPLP, nem em alguma declaração, nada que indique algum tipo de ação de coerção para com aquele que não reconhecer ou que violar a autoridade conferida pela legitimidade da criação dessa comunidade. No entanto, a autonomia moral existe, mas consideramos que no caso específico

---

[72] Berger, Peter L., Bergrer, Brigitte. *O que é uma instituição?* In: Foracchi, M. M., Martins, J.S. (Orgs.). Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 193-9.

se deve à historicidade dos fatos que permitiram se chegar à institucionalização de vontades e motivações de ordem subjetiva daqueles que durante anos foram navegando pelas águas do rio (para recorrermos ao exemplo dado pelos autores) e que de alguma maneira foram sedimentando as suas passagens até ao resultado que se vê hoje de atuação e legitimação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Dessa maneira, segundo Messari[73] (Messari, 2003), é por meio das instituições que os Estados, enquanto entidades isoladas e exclusivas, podem identificar-se entre si, dentro de marcos macro-identitários. (Messari, 2003, p.173).

Se, é pela construção de identidades que as relações intra-estatais se dão no cenário macro, então, são as definições de interesses e de preferências que são a base dessas identidades. Neste contexto, a CPLP é um foro no qual se refletem as identidades de oito países que por laços históricos e língua comum fazem em conjunto uma organização diversa de qualquer outra comunidade existente entre outros países.

Antes de 1996 as discussões em torno da formação de uma comunidade de países que falavam a língua portuguesa eram permeadas por especulações que previam já as relações triangulares que surgiriam na assinatura de um acordo geral entre os países luso-falantes, também estes integrantes de outros espaços globais. Ou seja, a CPLP surge como um mecanismo de cooperação envolvendo os países luso-falantes do Sul, em suas variantes, e Portugal, que por sua posição geográfica situa-se no norte e por opção no espaço da União Européia (UE). (Mourão, 1995, p.166).

Podemos então, considerar que a CPLP surge como um espaço de inter-relacionamento de vários espaços regionais. Mesmo que o ponto central da CPLP seja a língua portuguesa, não podemos de forma alguma esquecer os novos cenários que se vão desenhando na atualidade nos quais surgem processos de regionalização e de globalização e do quanto uma política

---

[73] Messari, N.. *Segurança no Pós-Guerra Fria: o papel das instituições.* In: Instituições internacionais: comércio, segurança e integração. Paulo Luiz Esteves (org.). Belo Horizonte, Editora PUC – Minas, 2003.

econômica externa é fundamental que assegure a complementaridade entre essa globalização e essa regionalização. Assim, o desafio da CPLP passa pela necessidade de trazer as melhorias das condições de vida das sociedades e dos Estados membros no sistema internacional. Na III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, foi assinada a Declaração que ratifica essa posição uma vez que se intitulou " Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização". Ou seja, a CPLP está em consonância, pelo menos nos objetivos, com a necessidade de se aproveitarem as oportunidades que poderão surgir para as suas populações num cenário global, fomentando a equidade e as melhorias nas condições internas das sociedades e no melhor posicionamento dos Estados membros no sistema internacional.

Se existe um triângulo geopolítico, diplomático desenhado pela CPLP, é necessário que este triângulo facilite as relações e os diálogos Norte-Sul e Sul-Sul, principalmente este último, que poderá ter mais espaço na agenda preferencial da globalização, como já começa a ter, por exemplo, com o G3, ou IBSA.

No entanto, e colocando o lócus, momentaneamente não apenas nas negociações comerciais existentes em potencial entre os oito países, podemos considerar e devemos, que os diálogos triangulares que visam estreitar as relações comerciais, passam igualmente, no caso da CPLP, por uma necessidade à tolerância e ao respeito pela diversidade que vivemos no mundo de hoje. Para que Huntington não tenha razão quanto ao futuro da humanidade estar no choque civilizacional, a CPLP emerge como “uma entidade não excludente, universalista, com vocação à tolerância e como instrumento de Paz." (Mourão, 1995 :167).

No sentido de vermos o quanto a dimensão econômica esteve fora da agenda dos principais assuntos discutidos pelos membros da CPLP, podemos salientar o que é ressaltado por Macedo[74] (Macedo, 2004) ao referir que fundada em 1996, “ só na Cimeira de Maputo, em

[74] Macedo, Jorge Braga de. *Globalização e Desenvolvimento Lusófono*. Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Texto escrito para o Fórum da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações

2000 [a CPLP] elencou a dimensão econômica ao lado da político-diplomática e sociocultural. Em junho de 2002, a Elo[75] realizou em Lisboa o I Fórum empresarial da CPLP no espírito da diplomacia econômica." Essas iniciativas em especial a criação pela Elo do Conselho Empresarial da CPLP (CE-CPLP), em 2004, demonstram um novo rumo da comunidade em busca de uma maior integração no cenário mundial e refletem a ampliação do relacionamento econômico-comercial dentro da CPLP, assim como o incremento do comércio e o fluxo de investimento intra-comunitários. O aumento da relação econômico-comercial poderá ser uma ferramenta fundamental que confira à CPLP um envergadura e um protagonismo desejado por esta comunidade. No entanto, como refere Ana Neto (Neto, 2006) "(...) à data dos 10 anos, há que reconhecê-lo, a cooperação econômica e empresarial na CPLP é ainda incipiente e incerta (...)."[76]. Para fomentar e incrementar a cooperação econômica e empresarial Neto refere ainda que:

> " (...) caberia ao CE-CPLP a responsabilidade de definir prioridades consentâneas com os interesses da classe e com os setores que mais e melhor se adequam aos países do espaço CPLP . (...) [O CE-CPLP] tem o potencial de operar como uma grande Câmara de Comércio e Indústria que uniria os empresários dos oito países da Comunidade e seria capaz de dinamizar quer o relacionamento entre os empresários deste espaço, quer o seu acesso aos mecanismos de cooperação empresarial e econômica dos blocos onde estão inseridos – União Europeia, Mercosul, União Econômica e Monetária dos Estados da África ocidental (UEMOA) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)." (Neto, 2006, p.15).

---

dos Países e territórios de Língua Oficial Portuguesa (AICEP) " Comunicações e Desenvolvimento". Viseu, 16 de Junho de 2004.

75 Elo: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Econômico e a Cooperação e é uma Associação Empresarial sem fins lucrativos. Tem como principais objetivos a pormoção e o desenvolvimento do intercâmbio econômico, social, científico e cultural entre Portugal e os países em vias de desenvolvimento. Pretende reforçar os laços econômicos-empresariais, em particular com os Estados membros da CPLP, quer no contexto bilateral, quer no quadro de organizações multilaterais. Relativamente à CPLP a Elo foi responsável pela criação e constituição do Conselho Empresarial da CPLP, institucionalmente surgido em 4 de junho de 2004. Ver em : <http://www.elo-online.org>, último acesso janeiro de 2009.

76 Neto, Ana. *A Cooperação Econômica*. In: CPLP – Dez Anos, Balanço e Desafios. A CPLP: O que é e o que representa para o mundo. Publicação por ocasião do aniversário de 10 anos da CPLP p.14-16, 2006. Disponível online em: < http://www.cplp.org>.

3.2.1. Assimetrias na CPLP: “hub and spoke system” ou caminha para uma área de livre comércio(ALC)?

De acordo com a teoria de análise de assimetrias regionais no mundo, é possível lidar com elas de três formas diferentes: a) por resistência; b)por gerenciamento (limitando, compensando e controlando essas assimetrias) e c)instrumentalização das assimetrias. Em conjunto, além destas três diferentes formas, existem ainda atitudes formais que permitem encarar e lidar com as assimetrias. Estas duas atitudes formais se mesclam e são representadas pelas alianças políticas formais ou não e pela criação de instituições que possam em alguma medida lidar e gerir as assimetrias.

A verdade é que se a CPLP tenta gerenciar as assimetrias existentes entre os seus membros, então consideramos ser verdade que esta instituição é uma mescla entre as alianças formais ou informais e a criação de uma instituição que desse suporte a essa identidade "descoberta" num novo cenário global.

Ninguém nega a importância do comércio entre as nações para o crescimento mundial e para o desenvolvimento das economias mundiais que em conseqüência, deveriam trazer melhorias para as populações do mundo. Acontece que o que podemos observar nesse novo cenário mundial é uma tendência à globalização dos mercados, mas ao mesmo tempo, uma tendência à regionalização das economias mundiais.

Essa nova ordem vem ocorrendo pela inserção dos países no mercado mundial através de acordos comerciais, criação de blocos econômicos, áreas de livre comércio e acordos de preferências tarifárias. Este processo é conseqüência do surgimento de um mercado integrado, com eliminação progressiva de barreiras ao comércio e ao movimento de fatores de produção, e com a criação de instituições que permitam a coordenação ou unificação de políticas

econômicas em uma determinada região. (Baumann, 1998)

Está claro para nós, que a CPLP não surgiu com o intuito de se tornar uma área de livre comércio regional, ou hemisférica[77], mas não podemos negar a importância geopolítica e econômica (regional) quando consideramos onde os seus Estados membros se localizam e quais as relações que estes estabelecem com outros Estados ou organizações multilaterais, ou por acordos de preferências tarifárias ou ainda por acordos bilaterais, ou multilaterais, como é o caso de alguns PALOP' s no espaço africano.

O que defendemos aqui é um desenho institucional que nos permite dizer que no âmbito da CPLP as trocas comerciais se dão num "hub-and-spoke system", com dois eixos e vários rádios.

Os acordos comerciais são os caminhos para uma integração econômica e, historicamente, ocorrem em 4 fases distintas, não necessariamente nesta ordem, nem sequer tendo exatamente que passar pelas quatro, quais sejam: as áreas de livre comércio, a união aduaneira, mercado comum, e a união econômica.

A CPLP não é nenhuma destas formas, mas poderá ser qualquer uma delas se assim for da vontade dos oito. A verdade é que existem acordos bilaterais entre os países da comunidade, e por isso possamos considerar alguns dados e justificar o porquê de definirmos a CPLP como uma área de comércio com desenho "eixo-rádio".

Existem dois "eixos" principais: no hemisfério norte, Portugal. Eixo na CPLP (fronteira linguístico-cultural), mas rádio na União Européia (uma fronteira econômico-social), rádio na OTAN (fronteira de segurança).

---

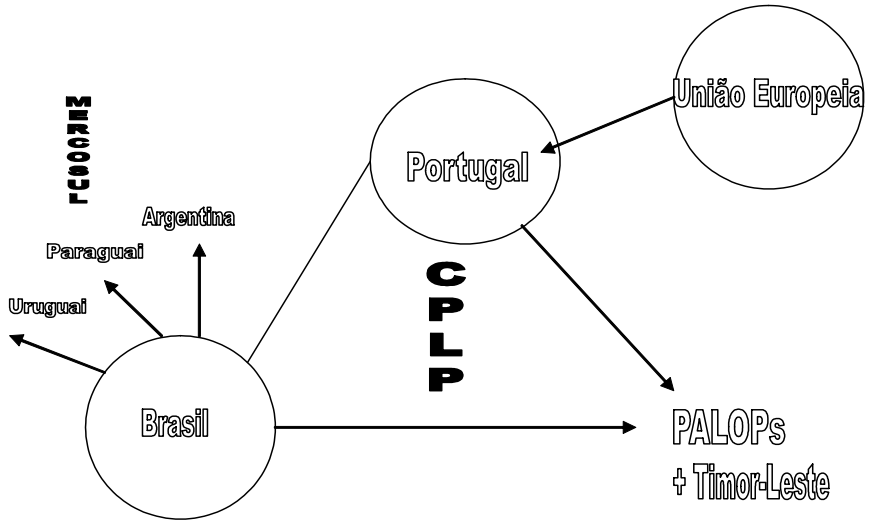
[77] Neste sentido, o Embaixador Tadeu Soares, em 2006, Secretário Executivo Adjunto da CPLP afirmava: " A CPLP não ambiciona, por certo, ser uma área de comércio livre – mas as potencialidades neste domínio estão longe de serem exploradas. Um trabalho profundo sobre a forma de intensificar as trocas comerciais e os investimentos entre os oito, deve ser levado a cabo sem demora." In: *CPLP - Dez Anos. Balanço e Desafios*. "CPLP. Pensar, comunicar , atuar em língua portuguesa". Disponível através do site: <http://www.cplp.org>.

No hemisfério sul, o eixo é o Brasil, que além de eixo na CPLP o é também no MERCOSUL. E do outro lado do Atlântico sul temos os PALOPs e no Pacífico, Timor -Leste, todos estes rádios, países periféricos de outras comunidades internacionais. De acordo com a literatura sobre livre comércio e formação de estruturas de áreas livres ou sistemas "eixo-rádios", podemos ler que esta estrutura última é resultado de vários acordos bilaterais. Em um dos textos de Wonnacott e Wonnacott (1995), encontramos a descrição de como se chegou a uma estrutura "hub-and-spoke" no continente norte-americano, no qual o eixo são os Estado Unidos da América e os rádios são Canadá, México até se chegar ao Tratado de Livre comércio da América do Norte (TLCAN).Os autores defendem a idéia de que embora o sistema de eixo-rádio trouxesse ganhos substanciais para o país que abre a sua economia para os E.U.A, haveria igualmente uma perda substancial pelo fato de essa abertura não se dar entre esse rádio e os outros rádios da relação desse eixo.

No caso da CPLP, o que temos a nível comercial é a soma de diversos acordos bilaterais, entre os eixos (Brasil e Portugal), entre estes e os periféricos, e ainda entre os próprios periféricos.

Para Wonnacott & Wonnacott, os sistemas "hub-and-spoke", são sistemas menos eficientes, do que áreas de livre comércio. No caso da CPLP, observamos que com este desenho em que Brasil e Portugal são dois eixos, os PALOPs só ganham se a CPLP se tornar uma área de livre comércio, na medida em que se assim não acontecer, o comércio entre eles não deixa de ser bilateral pela entrada em outros mercados, como no Mercosul ou mesmo na União Européia, ou seja, o comércio com outros mercados continuará limitado.

Figura 1 – Sistema de dois eixos da CPLP



Legenda:
EIXOS - CPLP: Portugal e Brasil
RÁDIOS - CPLP: PALOPs e Timor-Leste
RÁDIO - UE: Portugal
EIXO - MERCOSUL: Brasil
RÁDIOS - MERCOSUL: Argentina, Paraguai e Uruguai

Os autores, Deltas, Desmet e Facchini, em 2005, apresentaram um estudo no qual analisaram os efeitos diversos de um sistema "hub-and-spoke", num acordo bilateral em uma perspectiva de Welfare e concluíram que quando se dá a passagem de um sistema de "hub-and-spoke" para um livre acordo global, os ganhos de bem estar social aumentam entre os países que eram "spokes".

No entanto, até para os dois países "eixo" (Brasil e Portugal) é necessário saber quais os ganhos reais na abertura de uma área de livre comércio entre os membros da CPLP.

O conceito de GSP (sistema geral de preferências) é um fator importante no caso da comunidade lusófona, uma vez que, por exemplo, para Portugal, os acordos comerciais que este estabelece com Angola permite que os empresários lusos invistam dinheiro no país africano com a certeza de retornos especiais por serem irmãos de língua e de história. Ou seja, é claro que há certa tendência à preferência de negociação entre os países membros da CPLP, mas essa preferência não se pode dar exclusivamente pelo fato de terem em comum a língua e

uma série de signos comuns, históricos ou não. É necessário que haja a contrapartida econômica, que estamos certos de existir, caso os países da CPLP resolvam colocar esta instituição como um foro privilegiado de negociações multilaterais entre os oito, com ênfase para o incremento comercial e aumento do fluxo financeiro entre todos. No entanto, devemos considerar os aspectos geográficos da CPLP já que se trata de uma comunidade geograficamente descontínua e pela distância existente entre os países que a compõem. Essa distância poderá, na visão de alguns, limitar os fluxos comerciais entre os membros da CPLP pelo elevado custo que isso acarreta. É claro que um acordo multilateral entre os países traria em si a diminuição total das tarifas de entrada e saída de produtos desses países, e assim diminuiria os custos das operações entre 4 continentes (Europa, América do Sul, África e Ásia).

3.2.2. Análise de indicadores econômicos

A parceria econômica e comercial entre Portugal e Brasil tem vindo a apresentar, nos últimos 15 anos uma série de dados que se tornam indispensáveis se queremos analisar as relações entre esses dois países no mercado mundial e as tendências mais fortes ou não para a formação de uma área de livre comércio entre os países membros da CPLP. A análise do comércio Portugal / Brasil, ao longo do período de 1990 a 2004, revela, em termos genéricos, uma continuada tendência de crescimento nas duas direções, com algumas interrupções dignas de registro, nomeadamente em 1999, por parte do Brasil, devido à crise financeira que se verificou na Argentina, no início desse ano, e, por parte de Portugal, a partir de 2002, traduzindo as dificuldades econômicas que o país tem sentido e que se têm agravado nos últimos anos.

Na **Tabela 3.1**(em anexo) podemos observar os valores que correspondem ao comércio real e

potencial entre o MERCOSUL e Portugal, sendo o ano base o de 2005. Assim podemos ver que entre 2001 e 2005 houve um crescimento de 17% das exportações desse bloco com Portugal. Trata-se de um dado importante, uma vez que no cenário mundial, no qual a tendência à globalização e à integração competitiva ou à cooperação é uma constante, é importante verificarmos que as relações comerciais tornam-se mais estreitas entre os dois hemisférios, norte, representado por Portugal e o sul aqui representado pelo Mercosul.

A oitava economia do mundo é o Brasil, como podemos ver na **Tabela 3.4**, com um PIB equivalente a 1.067,600 bilhões de dólares e por isso é a grande potência da América do Sul e por conseqüência do Mercosul. Assim, na **Tabela 3.2** podemos observar os valores correspondentes aos investimentos diretos do Brasil em Portugal, entre os anos de 1996 e 2005. Vemos que entre 1996 e 2003 há um aumento do IDB em Portugal, sendo o ano de 2002 aquele que podemos apontar como o de maior investimento, gerando uma liquidez positiva de 131.56 milhões de euros. Este número pode ser explicado, segundo alguns economistas, por um crescimento da economia nacional e por uma maior estruturação e equilíbrio na política doméstica brasileira.

É ainda na **Tabela 3.2** que podemos analisar o ano de maior investimento líquido do Brasil em Portugal, que representou 1,8 % do total de investimentos diretos do Brasil no estrangeiro, data na qual Portugal passou a estar na 11ª posição relativamente à origem dos IDE ilíquido, segundo dados do Banco de Portugal.

O Professor Tito Ferreira de Carvalho (economista português), publicou recentemente um livro intitulado “O investimento português no Brasil e os desafios do Futuro”, e num “case study” resultado desse livro apresentado em edições do portal de informações PortugalDigital, fala-nos dos dados das relações entre Brasil e Portugal e explica: “[C]omo fornecedor português, o Brasil tem oscilado entre o 10º lugar, em 1997, atrás de um conjunto de sete países da União Europeia (Espanha, Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Holanda,

Bélgica/Luxemburgo), dos Estados Unidos e do Japão, e o 13º lugar, em 2000. Mais recentemente, o Brasil ocupou a 11ª posição no ranking dos principais países fornecedores de Portugal, em 2003, e a 9ª posição, em 2004 (dados do GEE do Ministério da Economia)(Carvalho, 2007).

Já na **Tabela 3.3** encontramos os dados referentes à evolução do investimento de Portugal no Brasil, entre os anos de 1996-2005, dados nos quais podemos apontar o ano de 1998 como aquele que apresentou maior investimento (4.325.069 milhões de euros), representando 45,7% do total de investimentos portugueses no estrangeiro, naquele ano, colocando o Brasil na 1ª posição do ranking de países de destino de investimento português. Nessa posição o Brasil se mantinha desde 1996, passando para a segunda posição em 1999.

A partir de 2001, quando o Brasil já se encontrava na 3ª posição no ranking de países de destino de investimento direto português, desceu mais e ficou em 2005 na 5ª posição.

Entre 1998 e 2001, o IDPE (Investimento Direto de Portugal no Estrangeiro) ficou alto, mas tendendo à diminuição.

O ano em que Portugal menos investiu foi em 2003, onde apontamos apenas 194.119 milhões de euros. Este dado pode ser explicado por uma crise interna vivida pelo país após um ano de entrada do euro como moeda única na Europa. Portugal estava com as taxas de juros mais altas da comunidade européia e de certo iria beneficiar-se com taxas exigidas pelo Banco Central Europeu. No entanto o que aconteceu foi um congelamento das atitudes de investimento extra-Europa, uma vez que não se sabia até que ponto a economia iria crescer com os novos índices colocados na mesa após a entrada do euro. Além da "certa instabilidade econômica", podemos destacar no ano anterior, portanto em 2002, uma instabilidade política, vivida no seio da sociedade portuguesa com o pedido de demissão do então primeiro ministro socialista António Guterres, após as eleições autárquicas de 2001 e da perda significativa do PS (Partido Socialista) na representação política do país. A tomada de posse do Primeiro

Ministro social democrata, Durão Barroso trouxe igualmente instabilidade ao país que até hoje, mesmo após este último ter saído para se tornar presidente da Comissão Européia, vive momentos difíceis que se refletem tanto na economia do país quanto na situação social, cada dia mais marcada, pela distinção abrupta da existência de classes sociais até então mescladas.

Os dados de investimentos diretos de Portugal no Brasil são apresentados também no **Gráfico 3.1**, no qual as colunas verdes representam o investimento, este superior entre os anos de 1998 e 2001, descendo sempre, apresentando um saldo negativo líquido em 2002, equivalente a um valor negativo menor a 2 milhões de euros, nesse mesmo ano.

Podemos observar que as prioridades de IDEP mudaram, e em 2005 a Espanha era o país com maior IDEP, com o equivalente a 400 milhões de euros e um saldo positivo de 66.399 milhões de euros. Isso justifica uma postura de Portugal mais virada para a Europa por reflexo de uma preocupação em cumprir os valores estipulados de crescimento para os países que fazem parte da união Européia. Ou seja, o peso do Brasil no comércio externo português vem revelando uma tendência para o crescimento, que é tanto mais importante quanto temos presente que entre 75% a 80% dos fluxos de comércio português com o exterior se concentram na União Europeia (UE) e que essa tendência de aumento, por parte do Brasil, contrasta com a diminuição relativa das trocas de Portugal com os demais parceiros comerciais extra-comunitários. (Carvalho, 2007).

É possível verificar, então, no **Gráfico 3.2** que o Brasil apresentou, no ano de 2005, o valor de desinvestimento negativo de Portugal naquele país, equivalente a 311.987 milhões de euros. O que mais uma vez fundamenta a fraqueza das relações comerciais entre os dois países irmãos nos últimos anos.

Dos **Gráficos 3.3 a 3.9,** observamos as relações comerciais e suas evoluções, entre os anos de 1990 e 2005, entre Portugal e os outros países da CPLP.

Assim, podemos verificar que a balança comercial (diferenças entre exportações e

importações) tem sido sempre desfavorável a Portugal, com as importações apresentando sempre valores mais elevados do que as exportações, como podemos ver no **Gráfico 3.4** em anexo. Ao analisarmos este gráfico podemos apontar os anos de 1996 e 1997 como os anos nos quais Portugal exportou mais para o Brasil. Os nossos dados são baseados em números cedidos pelo Ministério da Economia de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria de Lisboa, Banco de Portugal e Brazil Trade Net.

O conjunto das exportações portuguesas para o Brasil tem conhecido alguma diversificação ao longo dos anos, ainda que o azeite continue a ser o produto mais importante, contribuindo com cerca de 18,5%, em 1997, e de 16,3%, em 1998. Vinhos (10,5%, em 1997, e 5,6%, em 1998), moldes para metais e outras matérias (15,7%, em 1997, e 9,7%, em 1998), aparelhos elétricos para motores de ignição (8,9%, em 1997) e minérios de cobre e seus concentrados (3,3%, em 1998) são os restantes produtos que se encontram entre os mais exportados para o Brasil.(Carvalho,2007).

No **Gráfico 3.3** podemos observar as relações comerciais entre Portugal e Angola e vemos que o saldo da balança comercial entre esses dois países foi sempre positivo, entre 1990 e 2005. No entanto, devemos considerar que Portugal sempre exportou mais do que importou os produtos angolanos e assim acontece com as outras ex-colônias da África.

Os dois países que mais exportam para Portugal são Brasil e Moçambique (como podemos observar os gráficos 3.4 e 3.7), considerando as colunas de cor azul, ou seja, as que representam as importações portuguesas daqueles países.

Assim, a balança comercial entre Portugal e os PALOPs, representada no **Gráfico 3.10**, apenas reforça a idéia de que Portugal exporta bastante para os países africanos de língua oficial portuguesa e de que esses mercados têm uma relação quase de dependência dos produtos importados de Portugal, ou seja, do mercado português. Isso justifica o porquê de considerarmos "radiais" e periféricos na CPLP os países da África que falam português. Além

disso, e como demonstra a tabela da lista de países segundo o PIB, que fizemos em relação à CPLP, os países da África, à exceção de Angola, têm PIBs muito pequenos, e são pouco populosos. Isso só reforça a idéia de estarmos perante economias em desenvolvimento, típicas de países do hemisfério sul que começam a abrir suas economias, na tentativa de melhorar as suas condições de vida e diminuir a distância destes com os países mais ricos, que sem ser por exceção se situam no hemisfério norte.

O último gráfico que apresentamos expressa os valores da balança comercial entre Portugal e o Mercosul. Ao o analisarmos podemos dizer que Portugal importou mais do Mercosul, do que exportou para este bloco, o que demonstra que para o Mercosul, entre 1990 e 2005 Portugal não era um mercado procurado para estabelecer relações comerciais importantes.

Esta situação poderia ser diferente se os acordos oportunamente celebrados entre a União Européia e o Mercosul estivessem em pleno funcionamento, o que só não acontece essencialmente pela intransigência da União Européia, que está na origem da atual situação de impasse que vem provocando prejuízos de várias ordens, não só aos países do Mercosul como igualmente aos países da União Européia (como é o caso do impasse vivido na Rodada Doha, por exemplo).

Além dos acordos que poderiam estar em funcionamento entre o Mercosul e a União Européia, também poderiam estar funcionando acordos entre a CPLP, a União Européia e o Mercosul. Esta talvez fosse a tendência no ano em que Portugal está na Presidência da União Européia e pretendia agilizar e viabilizar as relações já existentes politicamente entre ele, o Brasil e os restantes países da CPLP.

3.3 Considerações finais sobre as assimetrias

Num mundo no qual a tendência é a globalização dos mercados e a tendência ao regionalismo

é marcante em alguns casos, a CPLP surge como uma instituição dotada de autonomia para desenvolver uma série de medidas que promovam a cooperação internacional entre os seus membros e os restantes países do sistema internacional. Essas medidas passam pela convergência de ações que visam a diminuição das assimetrias existentes no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. As relações mais estreitas entre as economias dos oito países da CPLP seriam o passo fundamental para cumprir parte da Carta do Milênio no que tange à luta pela diminuição da pobreza no mundo, além de representar, no âmbito econômico, um acesso diferenciado dos países da CPLP a mercados até hoje fechados devido à não existência de acordos comerciais. Neste contexto Torres e Ferreira (2001, p.105) afirmam:

> "Pelo facto de a CPLP não ser uma zona de comércio livre, nem tão pouco dispor de uma "identidade" jurídica ou econômica que lhe permita estabelecer qualquer acordo preferencial aceite como "cláusula de exceção" pela OMC, o espaço desta Comunidade continuará aberto às diversas influências da economia mundial. Tudo leva a crer que, com o tempo, assistiremos a uma concorrência e competitividade acrescidas em qualquer um dos mercados dos países membros da CPLP. O desafio estará em saber – supondo que tal será interesse das partes- como acautelar formas de articulação entre os países lusófonos cujo passado histórico e cultural tem vertentes comuns que podem ser aproveitadas positivamente, numa visão de progresso que volte resolutamente as costas ao passado (...)." (Torres e Ferreira, 2001, p.105).[78]

Pudemos ver que além da definição das identidades, que estão na base da criação de uma comunidade como a CPLP, esta poderá tornar-se, a longo prazo, um mercado comum, no qual os países membros façam trocas comerciais entre si, sem prejuízo de acordos bilaterais já existentes em áreas regionais às quais já fazem parte, e possam, dessa forma, também melhorar as suas economias e torná-las mais competitivas e atraentes para outros investidores. Devemos referir aqui um dado recente e que refere a vontade da Guiné-Equatorial em entrar

[78] TORRES, Adelino e FERREIRA, Manuel Ennes. *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: Problemas e Perspectivas.* In: Comunidade *dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação*. Adriano Moreira (coordenador). Instituto Português da Conjuntura Estratégica, livraria Almedina, Coimbra, 2001.

para a CPLP e da China também entrar nesta comunidade pelo território de Macau.No que respeita á China, César Lambert de Azevedo[79] refere que:

> "A região administrativa especial de Macau já é uma porta de ligação da CPLP com a República Popular da China (RPC). Observo, contudo, que poderá haver assimetrias nos interesses da dupla Brasil-Portugal em relação aos demais membros da Comunidade. Afinal, a RPC envida esforços para aproximar-se dos países da África que podem suprir-lhe os insumos necessários, como minérios e petróleo. Significa, pois, que haveria uma concorrência do atingimento dos interesses portugueses e brasileiros em relação aos dos chineses naquele continente. Construção de ferrovias, implantação de infra-estrutura de transportes, apoio técnico na agricultura e na pesca são alguns dos pontos focados pelos chineses em Moçambique, em Angola e em outros países africanos. (...) Haveria, na leitura de alguns observadores, um movimento neocolonialista chinês no continente africano. (Azevedo, 2009).

Estes atos e vontades correspondem à noção cada vez mais clara de que com o tempo a CPLP se tornará um foro privilegiado de relações, tanto políticas, diplomáticas como econômicas de quem dela fizer parte.

Assim, pudemos ver que as relações comerciais entre os países têm-se mantido na última década, mesmo com oscilações e com saldos positivos para o eixo português e brasileiro. No entanto, devemos considerar que o crescimento de Angola é muito superior ao dos outros países da África portuguesa e que este país, além do petróleo tem uma tendência a se tornar um ator fundamental no hemisfério sul, junto com países como a África do Sul, com a qual, inclusive já mantém relações estreitas. Ou seja, ao caminhar de um sistema de "eixos-rádios" para uma área de livre comércio, a CPLP se tornaria num mercado competitivo, com economias em crescimento e com possibilidades de tornar cada dia mais permanente o diálogo entre norte-sul, sul e sul, colocando na pauta uma outra opção ao IBSA e permitindo que outros países, sem ser a Índia, a África do Sul e o Brasil possam também desenhar no cenário internacional novos rumos e metas, na busca da equidade econômica e social, num mundo a cada dia mais globalizado.

[79] Email em anexo.

CAPÍTULO 4 – Balanço de 12 anos da CPLP

4.1. Doze anos de vida: O que foi feito até hoje? Qual a possível atuação no futuro?

A CPLP, desde a sua criação em 1996, não tem sido de fato utilizada pelos seus países membros como uma área geopoliticamente estratégica de afirmação e aumento do poder material destes países no cenário mundial.

Apesar de oscilações nas prioridades das políticas externas dos membros da CPLP, determinadas pelas alterações dos diversos governos nestes doze anos, apesar de Portugal ter como um dos pilares de sua política externa o espaço da "lusofonia" e do Brasil durante os dois mandatos do Presidente Lula ter incrementado mais a sua ação no Atlântico Sul e ser o único país que até então nomeou um embaixador junto à CPLP, isto não indica que a esta Comunidade possa ser já hoje referida como uma organização ativa e forte nas relações internacionais tais como se desenham na atualidade.

A CPLP, tal como ela se apresenta não é capaz de dialogar de igual para igual com instituições internacionais como o FMI, ou BM, não é uma organização que possa, de acordo com seus mecanismos e institutos, lutar pelos interesses dos seus membros no que tange a resoluções votadas na OMC sobre a liberalização do comércio mundial, entre outras questões fundamentais das relações internacionais.

As ações determinantes da CPLP têm sido no âmbito da defesa e da difusão da língua portuguesa, como é o exemplo recente da aprovação e ratificação do novo Acordo Ortográfico por alguns países que falam o português, e têm sido desenvolvidas por institutos criados para esse fim, como é o caso do Instituto Camões, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, ou ainda a Fundação Calouste Gulbenkian. A par destas organizações, outras vão surgindo e formadas por vontades e interesses comuns de elementos da sociedade civil que também apenas atuam relativamente aos debates sobre uma ideia de lusofonia, como é o caso do

Círculo Lusófono, por exemplo, e não atuam necessariamente em relação a um aumento do diálogo Norte-Sul e Sul-Sul, nem relativamente a uma maior importância da participação dos 8 países da CPLP em debates centrais da agenda mundial.

Nestes primeiros 12 anos a avaliação da atuação da CPLP, mesmo tendo ficado aquém das expectativas, é para alguns uma avaliação positiva. Assim refere o secretário executivo adjunto da CPLP, o embaixador José Tadeu da Costa Sousa Soares:

> "Estamos longe de ter atingido um estágio ideal, mas o balanço é francamente positivo. Quanto (...) à cooperação para o desenvolvimento em todos os domínios (...) com poucos recursos e competindo com Agências há muito estabelecidas, a CPLP ficou [também] claramente aquém das expectativas. Falta-lhe, pois, convencer os Estados-membros que a organização, sem ser uma Agência de Cooperação, pode ter um valor acrescentado neste domínio." (Soares, 2006, s/p.)[80]

Os desafios que a CPLP enfrenta agora requerem uma certa atenção por parte dos atores envolvidos, para que a história do desenvolvimento desta Comunidade não seja nos próximos anos tão incipiente quanto o foi nestes primeiros 12 anos de vida. É fundamental que se dê um passo rumo a algo mais concreto que saia da célebre frase de que a CPLP surgiu como resposta a um sentimento. Esse sentimento de pertença, de amizade, de solidariedade deve ser materializado em ações efetivas na promoção, além da língua, da realidade cultural, econômica e social dos países membros no cenário mundial.

Coexistindo com a CPLP apontamos um "ponto nevrálgico [nesta comunidade] (...): uma certa ausência de conteúdo político e econômico nas formulações e práticas da instituição" (Saraiva, s/d, p.4)[81]

Se somarmos os espaços respectivos a cada país-membro da CPLP temos uma quantidade

---

[80] Soares, José Tadeu da Costa e Sousa. CPLP – Dez Anos. Balanço e Desafios. In: Pensar, comunicar , actuar em língua portuguesa. 10 anos da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).Disponível paar download em http://www.cplp.org. Último acesso em : Agosto de 2008.

[81] Saraiva, José Flávio Sombra. *As relações do Brasil com os países de Língua Portuguesa:: Oportunidades, Esquecimentos e Relançamentos*. Instituto de pesquisa de Relações Internacionais, s/d. Disponível no site: < http://www.casadasafricas.org.br/site/index.php?id=banco_de_textos&sub=01&id_texto=172>, último acesso em Fevereiro de 2009.

vastíssima equivalente a 10 742 000 Km2 de terras, que se espalham por quatro continentes: Europa, América, África e Ásia, com um total populacional aproximadamente de 239 milhões de pessoas. Estes dados, por si só já representam uma informação clara dos potenciais desta Comunidade.

Como uma comunidade geográfica a CPLP pode ser analisada levando em consideração a sua descontinuidade, que poderia ser vista como um fator negativo para a sua concretização e afirmação no mundo, mas que deve ser usada a favor de uma vasta área de influência geopolítica.

Neste doze anos de existência, as ações levadas a cabo no âmbito da CPLP resumem-se essencialmente a uma centena de reuniões e de Cimeiras que pelo menos mantêm acesa a chama da esperança em que algum dia a CPLP se transforme numa organização que vá além da concertação político-diplomática, algo que pode se feito entre um grupo qualquer de países com interesses comuns, sem que estes necessariamente tenham que fazer parte de uma organização institucionalizada.

"A CPLP, para seus críticos, não disse ainda para o que veio não indicou seu sentido de ação no plano da política internacional", afirma Sombra Saraiva (2001, p.55) e continua,

"Insistindo em não ser uma espécie de Organização dos Estados Americanos (OEA), ela parece estar-se contentando em ser um laboratório de análise da situação catastrófica de alguns países africanos ou uma mera caixa de ressonância de problemas insolúveis." Numa visão menos crítica das ações da CPLP, Saraiva também refere aqueles que acreditam que a CPLP tem levado um caminho cauteloso e seguro na construção de novas identidades entre ex-metrópole e ex-colônias e neste sentido Saraiva ressalta a palavras do embaixador José Pimentel que afirma:

> "A CPLP não é remédio para todos os males. Trata-se de um instrumento político-diplomático, destinado a promover a aproximação entre seus membros e forjar parcerias. Não substitui, mas sim complementa e fortalece a ação bilateral. Seus objetivos são de longo prazo, suas regras são democráticas, seu espaço aberto à

colaboração de outros parceiros, públicos, privados, intra e extrazona."[82]

Assim, haverá sempre dois lados na avaliação da atuação da CPLP, no entanto não podemos negar, pois que os dados numéricos também o afirmam, que há a necessidade de uma ação mais concreta da Comunidade tanto para promover suas atividades, como também para divulgar a sua ação com o intuito de envolver mais a cada dia a sociedade civil, que até então tem estado à parte das ações gerais levadas a cabo no âmbito da CPLP.

Parece-nos importante citar alguns encontros e reuniões que ocorreram nos últimos 10 anos, para que tenhamos uma visão de quais têm sido as prioridades desta Comunidade. É neste sentido que haverá a possibilidade de se tecerem determinadas críticas e se encontrarem alguns caminhos alternativos na busca de um maior protagonismo da CPLP no cenário mundial.

Não há dados reunidos sobre os últimos dois anos de atividade da CPLP, mas na edição comemorativa dos 10 anos da organização é possível encontramos, além da lista de centenas de encontros promovidos pela Comunidade, uma série de balanços e opiniões de atores que diretamente estão envolvidos na CPLP, dados e indicadores econômicos dos 8 Estados-membros e contatos de universidades, centros de conhecimento espalhados pelo mundo nos países que falam português.

Posto isto, passemos à lista dos encontros mais relevantes[83]:

- VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (17 de Julho de 2006. Reunião comemorativa dos 10 anos da Comunidade);

- VII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP (VII Encontro ocorrido em Lisboa, 24 e 25 de Julho de 2008): Neste encontro foi eleito o novo Secretário Executivo (o

[82] Embaixador José Vicente Pimentel: *As relações entre Brasil e a África subsaárica*. Revista Brasileira de Política Internacional. 43 (1), p.5-23, 2000. Citado por Saraiva. José Flávio Sombra. *CPLP: Plataforma para uma furtífera concertação político-diplomática*, p. 54. In: CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Solidasriedade e Ação política; José Flávio Sombra Saraiva (organizador). Brasília: IBRI, 2001.

[83] A lista completa encontra-se no livro de edição comemorativa dos 10 anos da CPLP. *Pensar, comunicar, actuar em língua portuguesa*. 10 anos da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Protuguesa). Disponível no site da organização: < http://www.cplp.org >.

Eng.º. Domingos Simões Pereira, da República da Guiné-Bissau) e deram início ao biênio da presidência Portuguesa que vai terminará no verão 2010.

- XI Reunião do Conselho de Ministros da CPLP (julho de 2006);

- XII Reunião do Conselho de Ministros da CPLP (Novembro 2007): Realizada na Guiné Bissau com a apresentação do Relatório[84] do Conselho de Concertação Permanente da CPLP do período compreendido entre julho de 2006 e novembro de 2007.

Aqui é fundamental que citemos algumas das questões apresentadas no relatório, pois que estas definem as atividades às quais a CPLP se dedicou recentemente. Assim o CCP (Conselho de Concertação Permanente) dedicou-se essencialmente às Missões de Observações Eleitorais em São Tomé e Príncipe e em Timor Leste; promoveu e participou da reunião do Conselho de Segurança sobre Timor Leste; participou da reunião realizada em Genebra para o Desenvolvimento da Guiné (Conferência de Parceiros para o Desenvolvimento da Guiné Bissau).

O CCP dedicou-se ainda à reestruturação do Secretariado Executivo da CPLP, como já referimos anteriormente, e que elegeu na última Conferência de Chefes de Estado e de Governo o novo secretário executivo, o Eng° Domingos Simões Pereira da Guiné-Bissau.

O relatório das últimas atividades às quais se dedicou o CCP, órgão central da CPLP, refere ainda as diversas reuniões realizadas no âmbito das discussões sobre Cidadania e Livre Circulação de Pessoas no espaço da CPLP; além de encontros que visaram a discussão da cooperação intra-CPLP, com a análise e aprovação do Ante- projeto do programa Indicativo de Cooperação; Foi discutido igualmente o projeto de Acordo de Cooperação consular relativo a vistos de estudantes nos Estados-membros; foram vistas questões relativas às finanças da organização e do Instituto Internacional de Língua Portuguesa; além da importância dada às candidaturas de alguns países e instituições ao status de Observadores

[84] O relatório completo pode ser acessado através do link: <http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2Fcplp%2FCMNE%2FXII_CMNE%2FRelCoordCCP.pdf. >

Consultivos e Associados da CPLP.

Por fim, mas não menos importante, o CCP dialogou sobre a possibilidade de uma mais intensa relação e cooperação entre a CPLP e outras organizações similares alicerçadas na língua, como a Francofonia, a Commonwealth e a União Latina, com organizações regionais e sub-regionais como a União Africana, a União Europeia, com a CEDEAO e a SADC, e com Agências especializadas das Nações Unidas.

As reuniões do CCP acontecem mensalmente e desde a sua criação foram bem mais de 100 reuniões ocorridas contando com as extraordinárias solicitadas em várias ocasiões. O fato é que se inicialmente as questões abordadas nestas reuniões eram relativas á institucionalização da organização e à atuação desta naquilo que de mais urgente se colocava, como era o caso de situações instáveis no seio das sociedades de alguns países membros da CPLP, hoje parece que as preocupações vão além da cooperação político-diplomática, que é claro se mantém fundamental.

A CPLP colocou em pauta a necessidade de aumentar sua participação no cenário mundial ao promover e incrementar a sua relação com outras organizações, fazendo dela um ator com quem se deve dialogar na representação dos interesses diversos dos oito Estados –membros que ela reúne.

Neste sentido aponta o Embaixador Assunção dos Anjos (Embaixador de Angola em Portugal):

> "Num olhar retrospectivo pode dizer-se que o balanço das atividades realizadas pela CPLP ao longo dos 10 anos é positivo destacando-se as regulares conferências de Chefes de Estado e de Governo, as reuniões ordinárias de Ministros e as respectivas Resoluções e Declarações, que cobriram os mais diversos temas, tais como cidadania e circulação de pessoas, política do gênero, Instituto Internacional de Língua Portuguesa, entre outros." (Assunção dos Anjos, Embaixador de Angola em Portugal, 2006, p.56)[85].

[85] Participação escrita do Embaixador Assunção dos Anjos no livro da edição comemorativa dos 10 anos da CPLP. Op.Cite, 2006. p.56.

No entanto, é necessário mais uma vez frisarmos que devemos reconhecer as limitações das atuações da CPLP e que por isso, vários dos objetivos propostos pela CPLP quando da sua formação encontram-se ainda por concretizar, seja por insuficiência de recursos, seja por não ter conseguido encontrar consensos entre os vários membros quanto á maneira de tornar reais esses objetivos. Relativamente ao encontro desses consensos, o Embaixador Luís Matos Monteiro da Fonseca, Secretario Executivo da CPLP até 2006 (2006, s/p.), reconhece que os Estados envolvidos e ligados pela CPLP têm cada um suas agendas de prioridades variáveis de acordo com as situações internas e internacionais e isso influencia diretamente o sucesso da organização. Nesse sentido ele afirma:

> "Decerto, o estádio de desenvolvimento dos países membros reflecte-se na eficácia da Organização e na rapidez com que se realizam os seus objectivos. Como é sabido, dos oito países que integram a Comunidade, seis são estados em vias de desenvolvimento, necessitando por isso, em grande medida, do apoio da cooperação internacional. Essa dependência da ajuda externa – a que Portugal e o Brasil procuram responder de maneira altamente significativa – limita a sua capacidade de iniciativa nas organizações de que esses países fazem parte, designadamente a CPLP." E continua afirmando: "(...) os estrangulamentos resultam das dificuldades que alguns Estados experimentam em conciliar certos objectivos da CPLP com outros compromissos internacionais que subscreveram. Encontram-se nesse caso os obstáculos que se colocam a uma maior facilidade de movimentação, ao alargamento de direitos específicos dos cidadãos dos países membros no espaço da Comunidade assim como a uma mais livre circulação de bens culturais entre esses países. O prosseguimento das medidas visando facilitar a circulação, promover a integração dos residentes originários de outros Estados da Comunidade e o reconhecimento recíproco de direitos políticos, econômicos, sociais e culturais merece figurar nas agendas dos governos de forma destacada." (Embaixador Luís de Matos, 2006, op.cit., s/p.)

Ou seja, a atuação da CPLP, limitada que é pelas conjunturas diversas que configuram a realidade de cada Estado-membro, deve agora nos próximos anos se concentrar na diminuição das diferenças dessas conjunturas, cabendo a Portugal e ao Brasil, por todas as suas capacidades, a tarefa mais árdua e dedicada. Para isso é necessário que os mecanismos e institutos criados pela CPLP atuem de forma mais afirmativa na cooperação e na realização das discussões vividas em reuniões ministeriais e reuniões do CCP, para que além do "diálogo de possibilidades" possamos ler, nos próximos relatórios a expressão "realização das

resoluções" e que assim as decisões adoptadas sejam concretizadas para o bom desenvolvimento da Comunidade.

No sentido de se indicarem os próximos passos a serem dados pela CPLP para a sua concretude e afirmação no cenário mundial, passamos a referir algumas medidas que ao longo da bibliografia consultada, foram surgindo como sugestões por parte dos autores que estudam o fenômeno CPLP em diferentes ângulos.

Assim e mais uma vez recorrendo ao que foi escrito pelo ex-Secretário Executivo da CPLP, Luís de Matos da Fonseca (2006, s/p), um passo importante para a CPLP seria a criação de uma Assembléia Parlamentar, a exemplo da que existe na União Europeia, estância por meio da qual, os parlamentares eleitos pelos cidadãos nos respectivos países pudessem acompanhar e aconselhar os órgãos da CPLP responsáveis pela realização dos objetivos propostos por esta Comunidade quando da sua formação em 1996. Para o embaixador é ainda fundamental que a CPLP continue promovendo a integração da sociedade civil estimulando a sua participação, uma vez que para o sucesso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é fundamental que os cidadãos se sintam parte e beneficiados pelo processo de institucionalização e afirmação da CPLP no espaço internacional (Embaixador Luís de Matos, 2006, op.cit., s/p.). Para que essa aproximação da sociedade civil ocorra são necessários esforços para uma maior divulgação das ações da CPLP, além da fundamental necessidade da promoção da educação dos mais de 230 milhões de cidadãos da CPLP, tanto nas escolas, como através dos meios de comunicação (livros, televisão, revistas e inclusão digital), assim como a promoção de intercâmbio cultural, resultante de uma cada vez maior abertura do espaço da CPLP e de uma mais intensa circulação de pessoas dentro desse espaço.

Sabendo identificar as causas que até hoje conferiram uma certa lentidão ao desenvolvimento da organização, é possível afirmarmos que as prioridades da CPLP devem passar igualmente pela necessidade desta Comunidade se projetar na cena internacional e essa projeção deve ser

relativa a aspectos como a defesa e segurança e a promoção da paz no mundo, não apenas intra- comunidade, mas também nas regiões onde seus estados-Membros estão localizados. Neste sentido, é fundamental que a CPLP também tenha uma ação efetiva na promoção dos valores democráticos e de eleições livres nos países-membros para que desta forma se criem instituições sólidas democráticas que permitam a construção de uma realidade social, política e econômica sólida capaz de enfrentar os desafios do mundo globalizado e garantir cada vez mais a diminuição das assimetrias entre os diferentes países.

Neste contexto afirma o Embaixador de Timor Leste em Portugal, Manuel Soares Abrantes (2006, p.76):

> "A importância deste bloco [CPLP] reside na concertação dos seus esforços para a prossecução dos seus objetivos estatuídos, de modo a enfrentar os desafios globais, e consolidação democrática dos seus Estados membros, para que mutuamente se apóiem e através da gestão de interesses nacionais se possa proporcionar o proveito singular e coletivo." (Embaixador Manuel Soares Abrantes,edição comemorativa dos 10 anos da CPLP, 2006, p. 76)

Além destes aspectos referidos acima, parece fundamental que sejam reforçados a cada dia os laços econômicos entre os países da CPLP, por se tratarem de condicionantes que internos, prejudicam o desenvolvimento dos países membros, mas ao mesmo tempo, se o são internos são também globais uma vez que as conjunturas vividas no interior das sociedades dos diferentes países são hoje indissociáveis da conjuntura externa. Por isso o processo da CPLP não pode ser estranho nem pode esquecer os condicionalismos mundiais próprios de um mundo globalizado á escala daquele que vivemos hoje.

Assim Torres e Ferreira (2001, p. 108) afirmam:

> "(...) deve reconhecer-se que o entendimento quanto ao papel econômico da CPLP não tem necessariamente que ser o mesmo para todos os países. Mais cooperação empresarial, mais investimentos, mais ajuda pública ao desenvolvimento, mais neste sector e menos naquele, mais prioridade à integração regional, etc, devem obviamente, ser reconhecidos como legítimas pretensões de cada um dos países."

No entanto, cabe, de acordo com as condições que sabemos terem, a Portugal e ao Brasil a tomada de posição na frente de iniciativas que aumentem fluxos de investimento e de capitais nas economias dos países em desenvolvimento como os Palop's no âmbito da CPLP, ou seja, cabe a Portugal e ao Brasil colocarem o espaço da CPLP como um espaço prioritário nas suas políticas externas. Não devemos esquecer o quanto o desenvolvimento do aspecto político na Comunidade influência diretamente e favorece "convergências econômicas possíveis". Ou seja, um dos maiores desafios da CPLP será colocar a esfera política como uma esfera prioritária em suas resoluções a fim de com esta poder solucionar questões que coloquem um impasse entre países e assim prejudiquem relações econômicas e comerciais existentes ou futuras.

No sentido de uma maior cooperação econômica no espaço da CPLP os mesmos autores terminam dizendo:

> "(...) parece-nos que o pior inimigo da CPLP é ela própria, isto é, pensar, por um lado, que este espaço pode ser "reservado", ao "abrigo" do resto do mundo e , por outro, ambicionar alcançar metas inatingíveis no domínio econômico. Trabalhar para a promoção do desenvolvimento de cada um dos países membros, admitindo e respeitando igualmente as opções de alianças e de estratégias de cada uma das partes, é o que se pode desejar e esperar da CPLP." (Torres e Ferreira, 2001, p.110)

Por fim, parece-nos fundamental que rapidamente a CPLP crie um Fundo Monetário capaz de suprir as necessidades para e execução de projetos que visam tanto à diminuição da pobreza nos países que a compõem, como ao aumento das relações comerciais e econômicas, como ao desenvolvimento de ações educativas e transferências de "savoir faire" que podem ser passadas de uns para os outros, mas que na verdade têm um vetor claro de sentido, entre Brasil e Portugal de um lado e os Palop's do outro. Neste sentido ainda, encontramos uma outra crítica ao trabalho da CPLP expressa pelo diplomata e sociólogo Paulo Roberto de

Almeida, quando ele afirma em entrevista concedida[86] que “mais do que um mecanismo de cooperação sul-sul, considero a CPLP um mecanismo tradicional Norte-Sul, colocando-se o Brasil ao lado de Portugal como prestador de cooperação técnica tradicional.”. Porém e apesar de reconhecermos que isso tem um certo tom crítico, consideramos que de alguma forma essa posição dos dois países, Portugal e Brasil, é a única a se esperar, pois que têm em suas histórias as conjunturas que tornaram possíveis a suas atuais situações econômicas, políticas e sociais. Mais do que um espaço de valorização da língua portuguesa a CPLP deve passar para consideração de que os seus membros têm posições diversas no cenário mundial e que, ainda que não seja possível acabar totalmente com essas diferenças, deverá ser fundamental fazê-las ficar mais tênues e assim possibilitar a atuação de novos atores nas relações internacionais dando vida às noções de universalidade e diversidade fulcrais no século XXI.

[86] Entrevista na integra em anexo.

CONCLUSÕES

Nesta dissertação procuramos apresentar e discutir o fenômeno CPLP, sua gênese, seus mecanismos e instituições, suas ações durante estes doze anos de vida e seus possíveis caminhos, destacando o papel central, nesta Comunidade, desempenhado por Brasil e Portugal. Procuramos mostrar que podemos analisar a CPLP à luz da abordagem construtivista surgida na década de 90 na disciplina de Relações Internacionais, como uma alternativa teórica mais abrangente capaz de abarcar a complexidade dos cenários surgidos nas relações entre os países no pós-Guerra Fria.

Discutimos a noção de identidade que permeia o discurso da existência de um espaço lusófono, materializado em 1996 quando da criação e institucionalização da CPLP, através da assinatura da Declaração Constitutiva e dos seus Estatutos. A construção e reconstrução de novas identidades surgem como uma possibilidade de redesenhar as relações entre diferentes atores, que no caso da CPLP, apesar das ligações históricas de séculos e da língua comum, necessitaria de passar pelo denominado “processo de esquecimento” para tornar possível e concreto um projeto que já havia sido ambicionado por D. João VI, para a formação de uma organização triangular que reunisse Portugal, Brasil e as, na altura, colônias africanas.

Nossas questões centrais se basearam numa primeira hipótese que vê no cenário da CPLP um foro privilegiado para a promoção das relações entre Brasil e Portugal e entre os Palop’s e que, até então, não tem sido utilizado, nem maximizado como poderia ser, num contexto mundial da globalização, tanto econômica quanto cultural. A CPLP poderia, portanto, ser um importante mecanismo de atuação da inserção de países do cone Sul nas agendas das discussões e preocupações mundiais, assim como uma importante instituição de fortalecimento de um diálogo cada vez mais necessário e pouco existente, que é o diálogo Sul-Sul.

Neste sentido, apresentamos inicialmente os antecedentes à criação da CPLP, as raízes históricas, os fundamentos que os Chefes de Estado apresentaram para justificar a importância da criação de uma comunidade que unisse os países que falam a língua portuguesa, e ainda apresentamos quais as instituições e organismos que até então foram criados pela CPLP, para darem sustentabilidade às ações da Comunidade.

Pudemos ver que as condições políticas e as oscilações entre as relações vividas por Portugal e pelo Brasil desde a década de 50 foram fundamentais para o atraso na institucionalização da CPLP. Assim, o fato de em Portugal se viver uma ditadura desde a década de 30, de manter a sua política colonialista até meados da década de 70, acompanhado por momentos de ditadura vividos no Brasil, e pela falta de soberania experimentada pelos países-colônias de Portugal em África, foram os fatores determinantes para que depois de ter sido assinado em 1953 o Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, esse tratado perdesse sua força e só na década de 90 o Embaixador José Aparecido do Oliveira tenha conseguido retomar essa ideia dando assim início à sua formação. Ou seja, a falta de instituições democráticas internas e externas aos membros da CPLP foi fundamental para que esta Comunidade só se institucionalizasse na década de 1990.

Vimos que a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa foi o primeiro passo dado no sentido da criação de uma comunidade lusófona e que tem sido até hoje o mecanismo fundamental de preservação e difusão da língua portuguesa no mundo. Mostramos, no entanto, que a língua portuguesa usada como o argumento central de uma Comunidade com as potencialidades da CPLP é um argumento fraco e que por si só não define, nem ajuda na definição do papel que a CPLP pode ter na ordem mundial, e no papel que ela pode permitir que seus membros tenham tanto na democratização do espaço internacional como na democratização do espaço interno à Comunidade.

Discutimos á luz da abordagem construtivista o surgimento da CPLP, uma vez que foi na base

dos laços históricos e da língua comum que esta Comunidade surgiu. Desta maneira, nem a perspectiva realista, nem a liberal das relações internacionais são capazes de explicar o nascimento da CPLP, já que, apesar doa atores centrais serem os Estados, tal qual são vistos pelos realistas, as suas ações no âmbito da Comunidade lusófona não passam pela busca única e exclusiva da sobrevivência, nem mesmo são explicadas pela visão anárquica do sistema internacional que tenderia obrigatoriamente, segundo a visão de Huntingthon, ao conflito civilizacional nos próximos séculos. Ao mesmo tempo, a vitória dos princípios liberais, tal qual é defendida por Fukuyama, não se deu no mundo todo, pois se assim fosse não teríamos numa mesma Comunidade as disparidades econômicas, sociais que encontramos entre os 8 membros da CPLP. Por isso, a nossa análise buscou no argumento construtivista da análise das relações internacionais o embasamento teórico que fosse capaz de explicar um organismo internacional que se baseia na construção de identidades, até então, impossíveis de existirem por todo um contexto histórico de exploração.

É através do argumento construtivista que podemos explicar que tenha havido uma reconstrução das visões “nós-eu”, “alter-ego” que possibilitou a união de países, que se tinham relacionado hierarquicamente, numa estrutura nova na qual, as relações se dão fundamentalmente de maneira democrática, de igual para igual. O fato dos construtivistas considerarem que o sistema internacional está em constante devir permite que as relações entre os atores se alterem quantas vezes for da vontade destes, na busca de equilíbrios e de estruturas que facilitem a realização dos interesses de cada um.

Só a possibilidade de se alterarem as estruturas e consequentemente as identidades anteriormente vividas entre Portugal e suas ex-colônias, é que permitem que hoje estes países se encontrem num cenário mundial, unidos numa mesma organização que estipulou objetivos comuns e na qual será, se assim for rapidamente visto por quem precisa, mais fácil ter acesso ao mercado mundial, e às relações internacionais como um todo.

Na linha deste raciocínio pudemos verificar o grau de identidade que experimentam os povos de língua portuguesa. Para isso construímos um questionário que resultou num banco de dados através do qual pudemos igualmente realizar testes estatísticos capazes de nos dar uma visão, ainda que ampla, sobre o que a sociedade civil pensa da CPLP, da sua atuação e das relações entre os oito Estados-membros. Desta forma verificamos que de fato é entre os portugueses que a ideia de lusofonia, ou seja, a união de povos pela língua portuguesa comum é mais agradável e identitária, tal como defende Adriano de Freixo. Isto é, a ideia da existência de uma comunidade lusófona parece fazer mais sentido para portugueses do que para as outras nacionalidades que fazem parte da CPLP, já que é entre os portugueses que nosso índice de identidade atingiu um grau mais elevado. Pudemos verificar também que os brasileiros são os que menos têm identidade com as questões ligadas à lusofonia, apesar de entre as três nacionalidades colocadas (portugueses, brasileiros e Palop's – esta última foi agregada, unindo num dado só as 5 nacionalidades que fazem parte dos Palop's) o nível de identidade não ser fraco e encontrar-se sempre a níveis médios. Isto corrobora as bases sobre as quais se ergueu a CPLP e mostra que de fato foi possível construir novas identidades que desenham hoje as relações entre os 8 países. No entanto, quando perguntamos sobre a atuação da CPLP a esmagadora maioria diz que a CPLP não tem tido uma atuação efetiva na realização dos propósitos para os quais foi criada. Este dado também vai de encontro com nossa hipótese inicial que trabalhava com a consideração de que a CPLP estava aquém das expectativas que lhe tinham sido imputadas desde a sua criação. A falta de circulação de informação da Organização e a consequente fraca participação da sociedade civil nas resoluções e projetos da Comunidade são fatores decisivos para essa visão de falta atitude por parte da CPLP.

Os dados estatísticos puderam mostrar-nos também que os fatores linguísticos, culturais e tecnológico-científicos estão entre os elementos tidos como prioritários pelos participantes do

questionário na relação que os países devem estabelecer entre si, o que demonstra que as questões, como defesa e segurança, não mais são vistas como as únicas esferas nas quais se inscrevem as importantes relações na ordem mundial (tal como defendem os realistas). Ao mesmo tempo, a escolha de aspectos linguísticos e culturais demonstra igualmente que a CPLP encontra um eco nos anseios da sociedade civil que dela faz parte, mas que não tem sabido utilizar esse apoio como forma de aumentar seu protagonismo no cenário mundial, deixando com que suas atividades se enfraqueçam, por se basearem até então apenas na promoção e difusão da língua portuguesa e na cooperação e concertação diplomática (ações para as quais não haveria, por si só, a necessidade da criação e institucionalização de uma organização internacional) .

O mundo de hoje não mais observa apenas o surgimento de blocos econômicos, como aconteceu na década de 90 com o fim da Guerra Fria e a aceleração do processo de globalização. Hoje, os países se unem em blocos baseados em outros pilares que não os de segurança, economia ou comércio. A CPLP é um exemplo da união da diversidade baseada na língua, a exemplo de outras surgidas com o mesmo sentido (Francofonia e Commonwealth), mas que se distingue destas, primeiro pela livre escolha de seus membros, ou seja, pela paridade existente entre seus membros quando da assinatura da sua Declaração Constitutiva (já que todos tinham soberania para o fazerem) e segundo por se tratar de uma Comunidade com potencias de todos os membros, tanto nas posições geopolíticas de cada um, quanto em relação a potenciais ambientais, quanto relativamente ao papel que cada membro, em especial Portugal e Brasil, pode ter no cenário mundial se passarem a usar o espaço lusófono como um espaço de projeção e de resolução nos diálogos Norte-Sul e Sul-Sul, como alternativas a outras uniões já existentes, como, por exemplo, o IBSA.

No sentido de verificarmos de que maneira esse papel da CPLP pode ser incrementado a fim de se atingir dentro dela um maior protagonismo, analisamos as relações econômicas e

comerciais que se dão neste espaço e as avaliamos de acordo com um sistema de eixos-rádios, no qual os eixos são Portugal e Brasil e os rádios são os Palop's e Timor Leste. Com isto pudemos ver que o comércio intra-CPLP depende muito mais das importações que Portugal e Brasil possam fazer dos Palop's do que do aumento de importações dos Palop's de produtos dos dois eixos. Cabe a Portugal e ao Brasil fomentar o fluxo de capital e de investimentos nos países da África portuguesa e em Timor para que seja possível a diminuição das assimetrias regionais que coexistem na Comunidade. Se a CPLP não surgiu com o intuito de se transformar numa área de livre comércio, ela pode, no entanto, fazer abrir fronteiras e privilegiar o espaço dela para aumentar as relações comerciais e econômicas entre os seus membros e assim cumprir mais uma das suas metas estipuladas quando da sua criação que se relaciona diretamente com a cooperação econômica.

Por fim, vimos e analisamos diferentes críticas apresentadas à CPLP e à sua atuação nestes doze anos e verificamos que mesmo não podendo dizer que a atuação desta Comunidade tenha sido 100% satisfatória, e que tenha por isso ficado aquém dos anseios nela colocados, ela pode tomar outros rumos a partir de agora e valorizar mais as questões políticas e econômicas , saindo um pouco do argumento da língua comum e justificar as ações conjuntas na busca de uma maior inserção de seus membros no cenário mundial para uma maior democratização das relações que se estabelecem neste contexto. Cabe a Portugal e ao Brasil, de acordo e em consonância com suas políticas internas e externas, um papel mais ativo e a colocação das questões discutidas nas Cimeiras e Encontros da CPLP, como prioridades da agenda de política externa de cada país, sem prejudicar resoluções já aprovadas em espaços aos quais fazem parte, como também terem a sabedoria de verem quais as condições dos Palop's e de Timor em colocarem nas suas agendas de política externa as questões da CPLP, para que esta Comunidade não tenha sido um "exercício irrelevante" (usando os termos de Paulo Roberto de Almeida) e que ultrapasse o discurso de Chefes de Estado e de Governo e

passe a ser uma realidade na vida de todos aqueles, mais de 230 milhões que compõem esta diversidade desenhada na triangulação vivida pela CPLP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA Júnior, Benjamin (2003). *Incertas Relações – Brasil Portugal no século XX*, São Paulo, Ed. Senac;

AMORIM, Embaixador Celso (1995). *A palavra do Brasil nas Nações Unidas.1946-1995*. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília;

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Editora UNB, Brasília, 1982.

_____ *Que é uma teoria das relações internacionais?*, in Estudos Políticos, Editora UNB, 2a Edição, 1985.

BAUMANN, R., et al.. *A nova economia Internacional.* Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BAVEREZ, Nicolas. *Pensar o pós-Guerra Fria*. Revista Comentaire, Jornal da Tarde, Caderno de Sábado, 11/04/1998.

BENEDICTIS, Luca De, et al (2005), *Hub-and-spoke or else? Free Trade agreements in the "enlarge" European Union*. The European Journal of Comparative Economics. Vol.2, n.2, pp.245-260.University of Macerata - Institute for Studies and Economic Analyses, Rome.

BÉROUD, Sophie & WEYDERT, Jean. *O Futuro da Europa. Que Futuro?* Porto, Editora Âmbar, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, 12ª edição, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FREIXO, Adriano de. *Minha Pátria é a Língua Portuguesa: A construção da Ideia de Lusofonia em Portugal.* Tese de Doutorado em História Social. UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

CERVO, Amado. *A política exterior: de Cardoso a Lula*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v.46, n°1, p.5-11, 2003.

_____. *Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: enfoque paradigmático*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 46, n°2, p.5-26, 2003.

_____. *As relações entre Portugal e o Brasil:o peso da História*. Lusíada, Revista de Relações Internacionais, Porto, v.3, p.47-60, 2002.

_____. As relações internacionais do Brasil da Independência aos nossos dias. In: ARRUDA, J.J. E FONSECA, L. A. (Org.). Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio. 1 ed., São Paulo, p.129-132, 2001.

CPLP. *Pensar, comunicar, atuar em língua portuguesa*. 10 anos da CPLP. Edição Comemorativa, Ano do X Aniversário. www.cplp.org. 2006;

FEIJÓ SOBRINHO, Pedro da Silva. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Institucionalização e Relações Culturais, Político-diplomáticas e Econômicas*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1997.

GONÇALVES, Williams. *Convergências, Cooperação e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. XII Conferência Internacional de Lisboa – Democracia e Integração no Espaço de Língua Portuguesa: 1974-1994, Lisboa, 12 a 14 de Dezembro de 2004, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI),1994.

KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua e outros opúsculos*. Lisboa, Edições 70, 1998.

KRASNER, Stephen D. . *Structural Conflit. The Third World Against Global Liberalism* (Berkeley, Los Angeles, Londos: University of California Press):3-32, 1985.

LAFER, Celso. *Aron e as relações internacionais*. O Mundo em Português, p.40-41

LAMPREIA, Luiz Filipe. *Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões,* Rio de Janeiro, Lacerda Editora, 1999.

LOPES, Luís Ferreira & SANTOS, Octávio dos,. *Os novos Descobrimentos. Do Império à CPLP: Ensaios sobre História, Política, Economia e Cultura Lusófonas.* Coimbra, Editora Almedina, 2006.

MESSARI, Nizar. Segurança no pós-Guerra Fria: o papel das instituições. In: Instituições internacionais:comércio, segurança e integração. Paulo Luiz Esteves (Org.). Belo Horizonte, Editora PUCMinas, 2003.

MOREIRA, Adriano. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Cooperação*. Adriano Moreira (coordenador). Instituto português da Conjuntura Estratégica. Editora Almedina, 2001.

MOURÃO, Fernando Albuquerque. *A CPLP e os seus modelos: Que Comunidade?*. In Colóquio de Direito Internacional: Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Coimbra, Editora Almedina, 2003.

_____. *Avaliação Crítica da CPLP – o projeto, seus mecanismos e viabilidade política* .

_____. *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: a base lingüística e material*. São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação SEADE. Volume 9/N°1/Jan-Mar, 1995.

_____. *A CPLP num mundo globalizado.* Jornal de Letras, nº 628, 9 a 22 de Novembro; XI. Lisboa, 1995.

NORTH, D.C.. *Institutions, institutional change and economic development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *Brasil, África, Portugal: da política externa independente à CPLP*. In Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política – N.1, P. 99-117, DCP –USP, 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O diálogo Sul-Sul e a CPLP: globalização e desigualdade no mundo pós-11 de setembro (oito pontos para reflexão).* Texto apresentado no Seminário: A comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP: Oportunidades e Perspectivas, Brasília, Itamaraty, 28-29 de maio de 2002.

_____ . *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*, Brasília: IBRI, 2001.

_____ . *As relações do Brasil com os Países de Língua oficial Portuguesa: Oportunidades, Esquecimentos e Relançamentos*. Universidade de Brasília, UNB, s/d.

SERRANO, Carlos. *O processo de constituição dos Estados Nacionais e as questões culturais.* In. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – reflexões sobre a história desenvolvimento e administração, São Paulo, P. 85-102, FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1992.

WEBER, M. *Política como vocação.* In *Ciência e Política: Duas vocações.* Editora Cultrix, 12a Edição, p.54-124, 2004.

WONNACOTT, Ronald J. and WONNACOTT, P.. *El TLCAN y los Acuerdos Comerciales en las Américas*. Instituto Fraser, 1995.

TRATADOS E ACORDOS:

- **Tratado da União Européia - Tratado de Maastricht -** Entrou em vigor em 1° de Novembro de 1993
- **Tratado de Assunção -** Assinado em 26 de Março de 1991
- **Declaração de Buçaco-** Assinada em Abril de 2002 (Buçaco-Portugal)
- **Declaração de Gramado-** Assinada em Novembro de 2001 (Gramado-Rs-Brasil)
- **Declaração Constitutiva e Estatutos da Comunidade dos países de língua Portuguesa (CPLP) -** Publicada em Diário Oficial em Março de 1997. In <http://www.cplp.org.br>, último acesso Janeiro de 2009.

ANEXOS

GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 2.1 - Nacionalidade dos respondentes e N total da Amostra

	Frequência	%
Português(a)	124	9,1
Brasileiro(a)	1145	
Angolano(a)	48	3,5
Cabo-verdeano(a)	5	,4
Guineense	6	,4
Outras	32	2,3
Moçambicano(a)	3	,2
Total	1363	100,0
Não respondeu	3	
Total	1366	

Tabela 2.2 –Distribuição da amostra por sexo (%)

Sexo (%)

	Português	Brasileiro	PALOP's	Outros	Total
Feminino	40,8	44,7	23,3	32,0	43,2
Masculino	59,2	55,3	76,7	68,0	56,8

Significante a .006 e Contingente de Coeficiência .095

Tabela 2.3 – Distribuição por idade (%)

Faixa Etária (%)

	Português	Brasileiro	PALOP's	Outros	Total
16 - 25 anos	7,4	30,9	16,4	11,5	27,7
26 - 35 anos	27,9	36,1	36,1	23,1	35,1
36 - 45 anos	19,7	16,8	19,7	15,4	17,1
46 - 59 anos	34,4	12,2	24,6	30,8	15,1
60 anos ou mais	10,7	4,1	3,3	19,2	5,0

Significante a .000 e Contingente de Coeficiência .258

Tabela 2.4 – Escolaridade (%) por Nacionalidade

Escolaridade (%) por Nacionalidade

	Português	Brasileiro	PALOP's	Outros	Total
Analfabeto - Ensino Fundamental Incompleto	1,0	0,1	.	.	0,2
Ensino Fundamental Completo - Ensino Médio Incompleto	10,6	0,1	8,2	4,5	1,5
Ensino Médio Completo – Ensino Superior Incompleto	17,3	20,4	47,5	18,2	21,4
Ensino Superior Completo – Pós-Graduação Incompleta	37,5	31,4	29,5	31,8	31,8
Pós-Graduação Completa	33,7	48,1	14,8	45,5	45,1

Significante a .000 e Coeficiente de Contingência .317

Tabela 2.5 - Cruzamento entre a nacionalidade do respondente e a avaliação da atuação da CPLP no cenário mundial

		Qual a sua avaliação da atuação da CPLP no cenário internacional?			
		Atuação efetiva	**Não tem atuação efetiva**	**Não sabe / Não responde**	**Total**
Nacionalidade do respondente (agregada)	Português	28	71	25	124
		22,6%	57,3%	20,2%	100,0%
	Brasileiro	418	357	368	1143
		36,6%	31,2%	32,2%	100,0%
	Palop’s	18	41	3	62
		29,0%	66,1%	4,8%	100,0%
	Outras	9	7	16	32
		28,1%	21,9%	50,0%	100,0%
	Total	473	476	412	1361
		34,8%	35,0%	30,3%	100,0%

Significante a .000 e Coeficiente de Contingência: .223

Tabela 2.6 - Cruzamento entre a Avaliação da atuação da CPLP no cenário internacional (agregada) e a Escolaridade dos respondentes

		Escolaridade					
		Analfabeto - Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo - Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo - Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo - Pós-Graduação Incompleta	Pós-Graduação Completa	Total
Avaliação da atuação da CPLP no cenário internacional (agregada)	Boa	0	2	24	21	41	88
		,0%	11,1%	9,3%	5,5%	7,5%	7,3%
	Não tem nenhuma atuação efetiva	0	7	133	206	291	637
		,0%	38,9%	51,6%	53,8%	53,3%	52,8%
	Ruim	0	4	28	35	55	122
		,0%	22,2%	10,9%	9,1%	10,1%	10,1%
	Não sabe / Não responde	2	5	73	121	159	360
		100,0%	27,8%	28,3%	31,6%	29,1%	29,8%
	Total	2	18	258	383	546	1207
		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Significante a.0375 e Coeficiente de Contingência .103

Gráfico 2.1 – Sexo por Nacionalidade

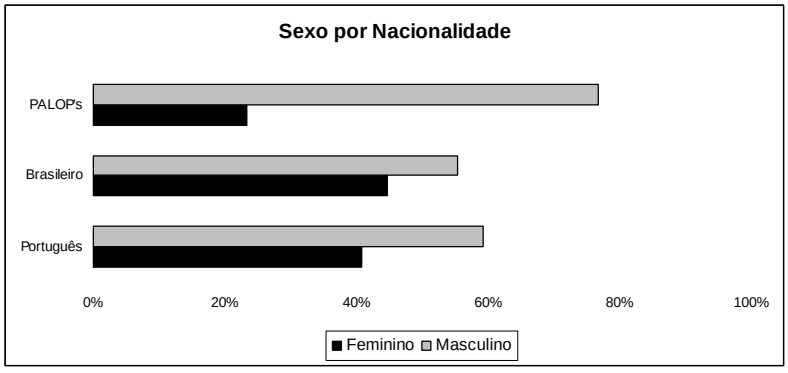


Gráfico 2.2 – Idade por nacionalidade dos respondentes

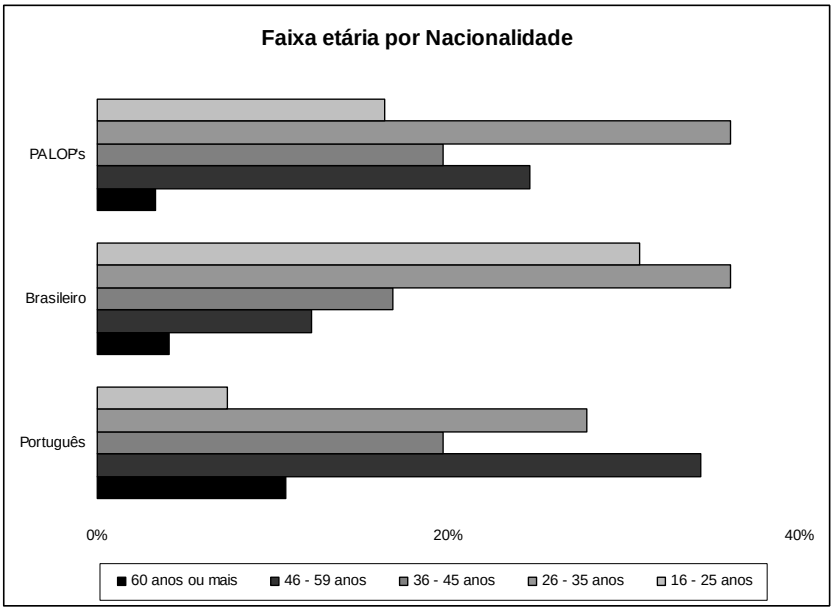


Gráfico 2.3 – Escolaridade por Nacionalidade

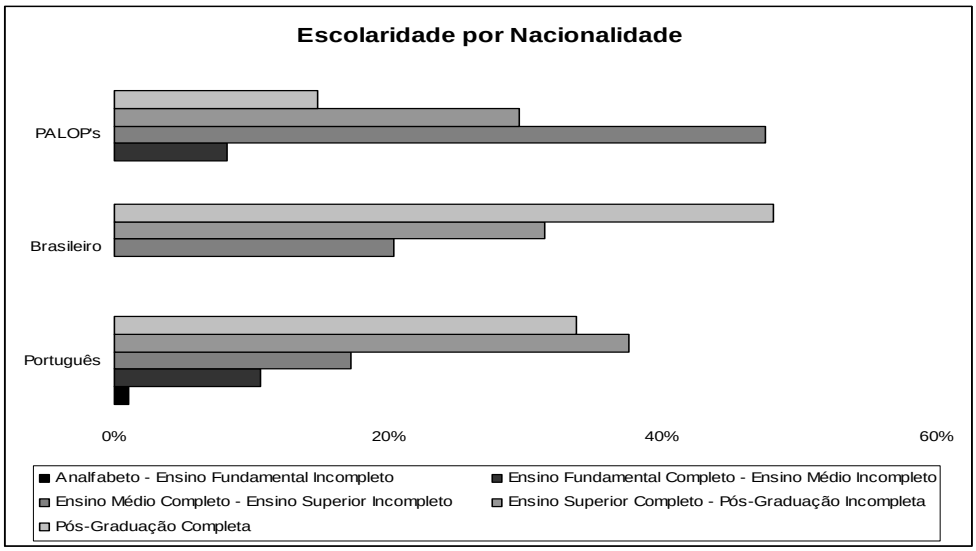


Gráfico 2.4. – Língua portuguesa como língua oficial em fóruns internacionais por Nacionalidade

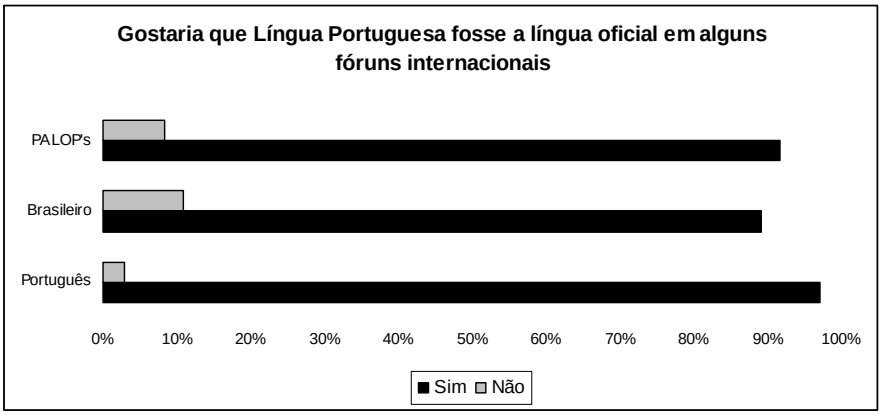


Tabela 2.7. – Língua portuguesa como língua oficial em fóruns internacionais

Você gostaria que a língua portuguesa se tornasse a língua oficial em alguns fóruns internacionais?			
	Frequências	Percentuais	Percentuais válidos
Sim	1075	78,7	90
Não	119	8,7	10
Total	1194	87,4	100
Não sabe/Não responde	172	12,6	
Total	1366	100	

Gráfico 2.5. – Sabe da existência de uma instituição que congrega todos os países de língua oficial portuguesa por Nacionalidade

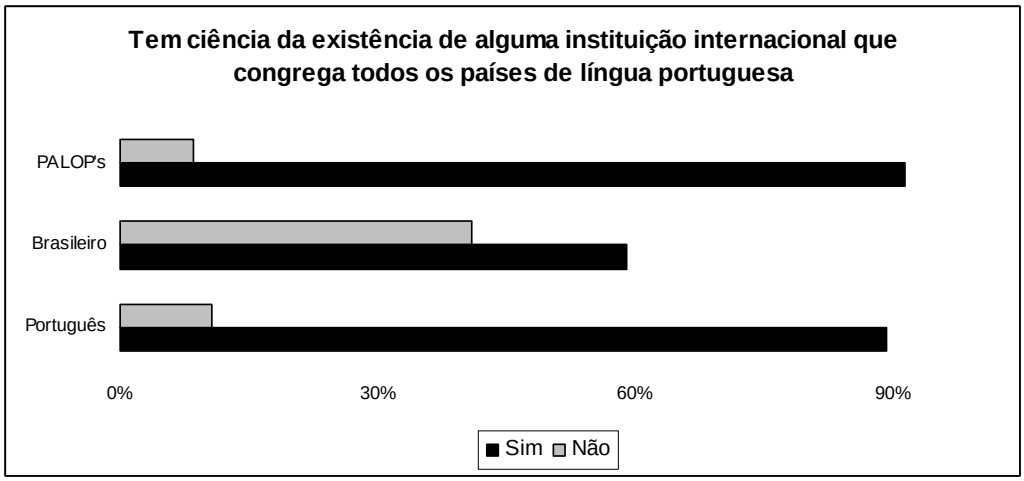


Gráfico 2.6. – Conhece ou já ouviu falar de uma comunidade internacional que se designa CPLP por Nacionalidade

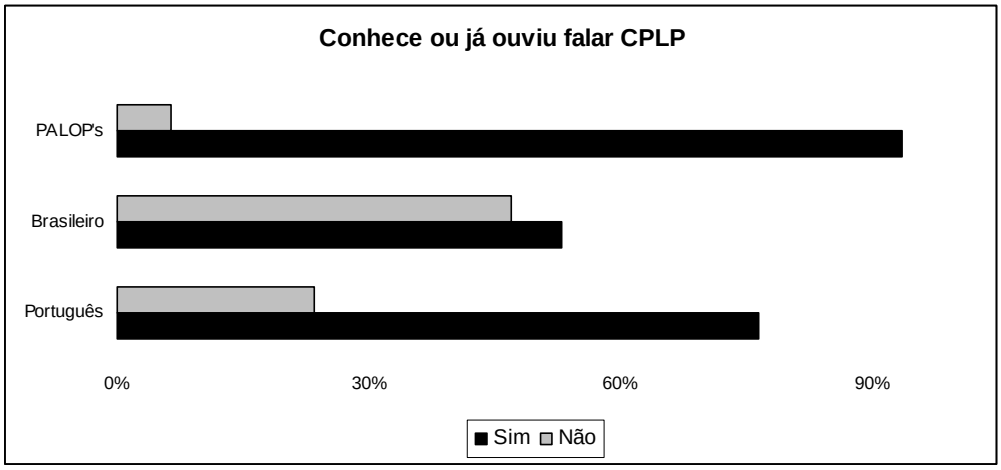


Gráfico 2.7. – Avaliação das relações Intra-CPLP (Portugal com ex-colônias e ex-colônias entre si)

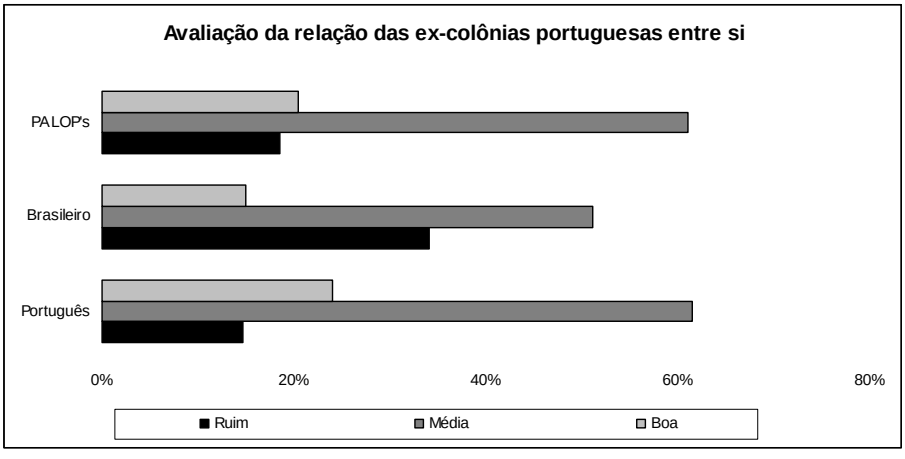


Gráfico 2.9 – Escala ideal/ Aspecto Linguístico por Nacionalidade

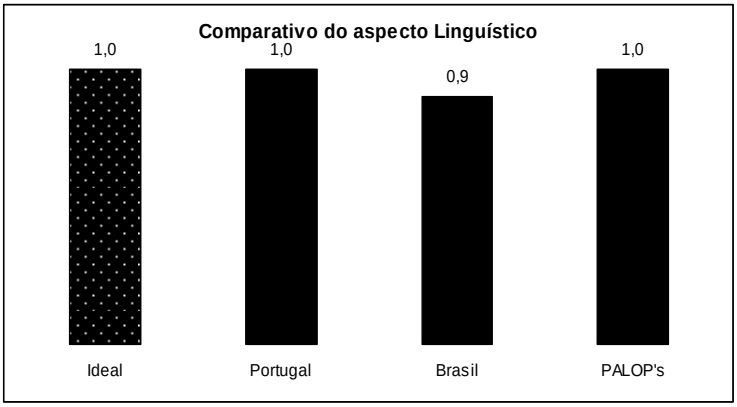


Gráfico 2.13 - Escala ideal/ Aspecto Cultural por Nacionalidade

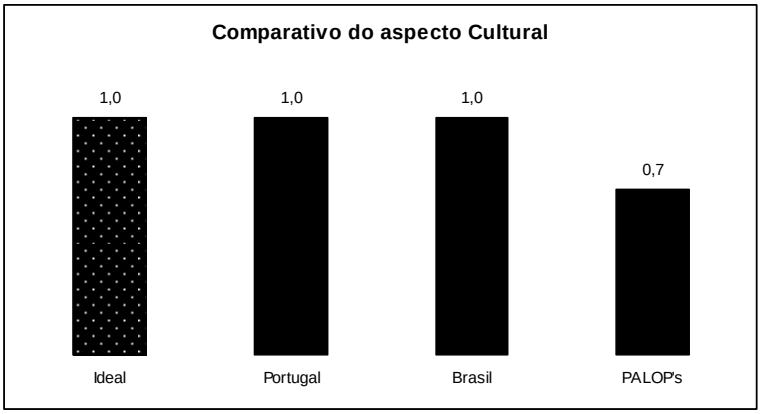


Gráfico 2.14 - Escala ideal/ Aspecto Tecnológico-Científico por Nacionalidade

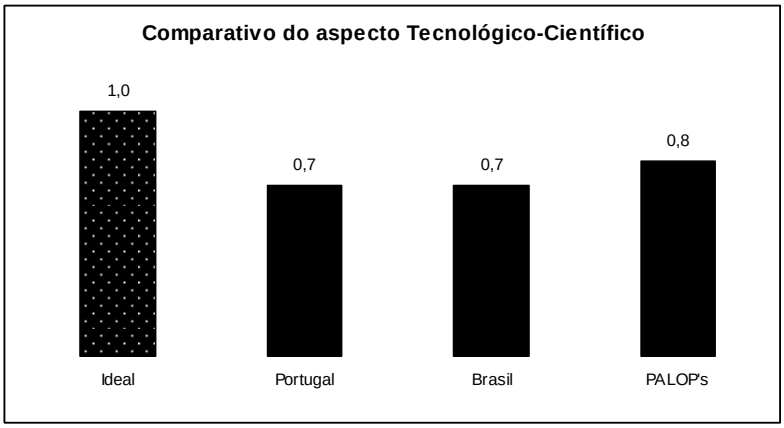


Gráfico 2.15 - Escala ideal/ Aspecto Político por Nacionalidade

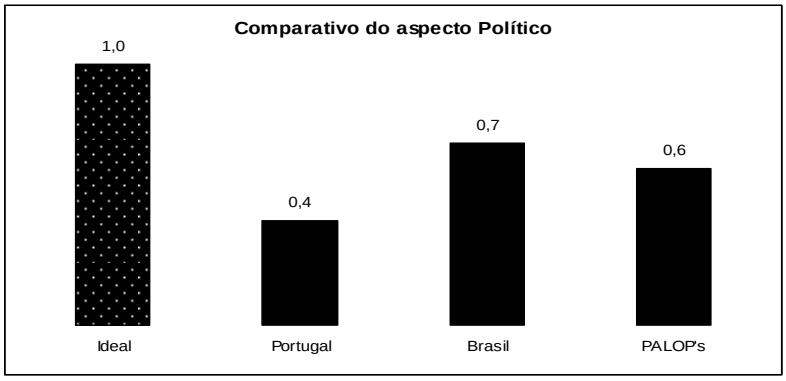


Gráfico 2.16 - Escala ideal/ Aspecto Comercial por Nacionalidade

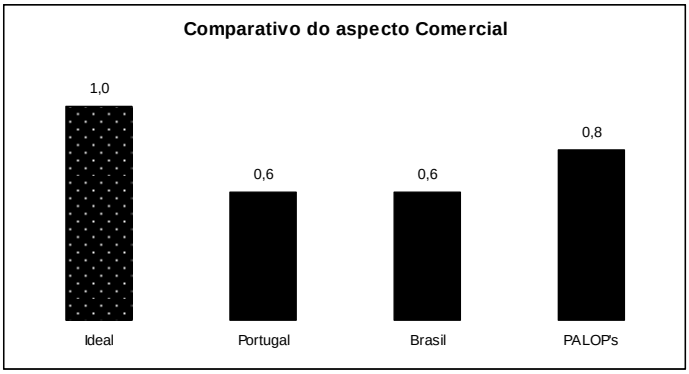


Gráfico 2.17 - Escala ideal/ Aspecto Defesa por Nacionalidade

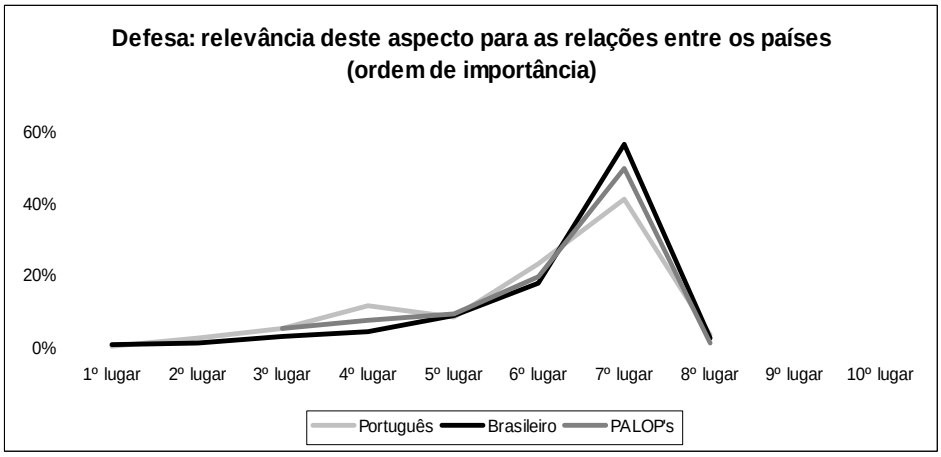


Gráfico 2.18 – Outros aspectos importantes para os portugueses nas relações entre os países

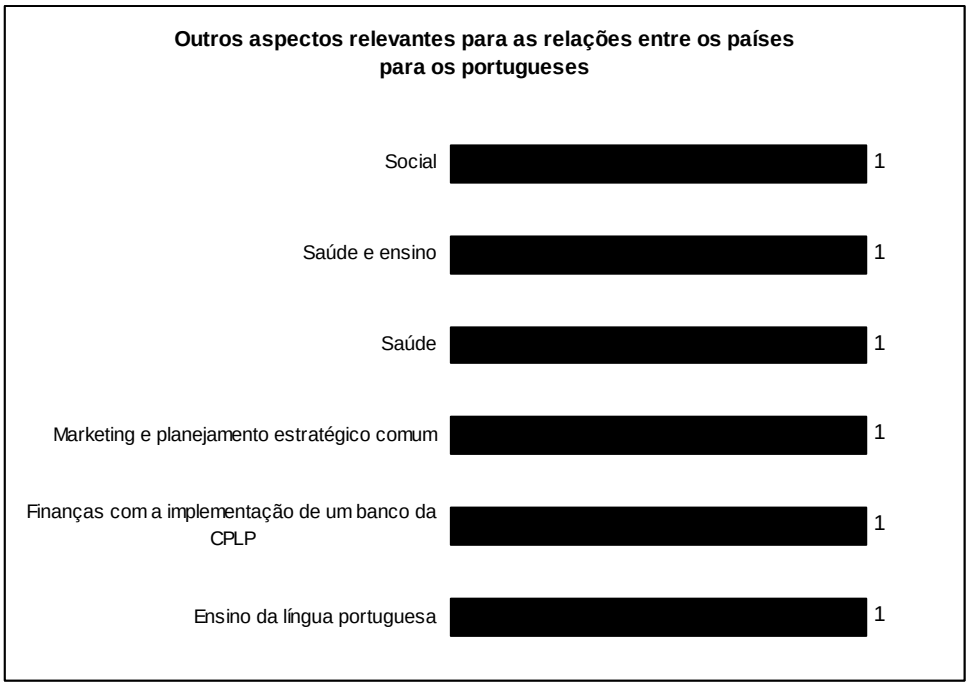


Gráfico 2.19 – Outros aspectos importantes para brasileiros na relação entre os países

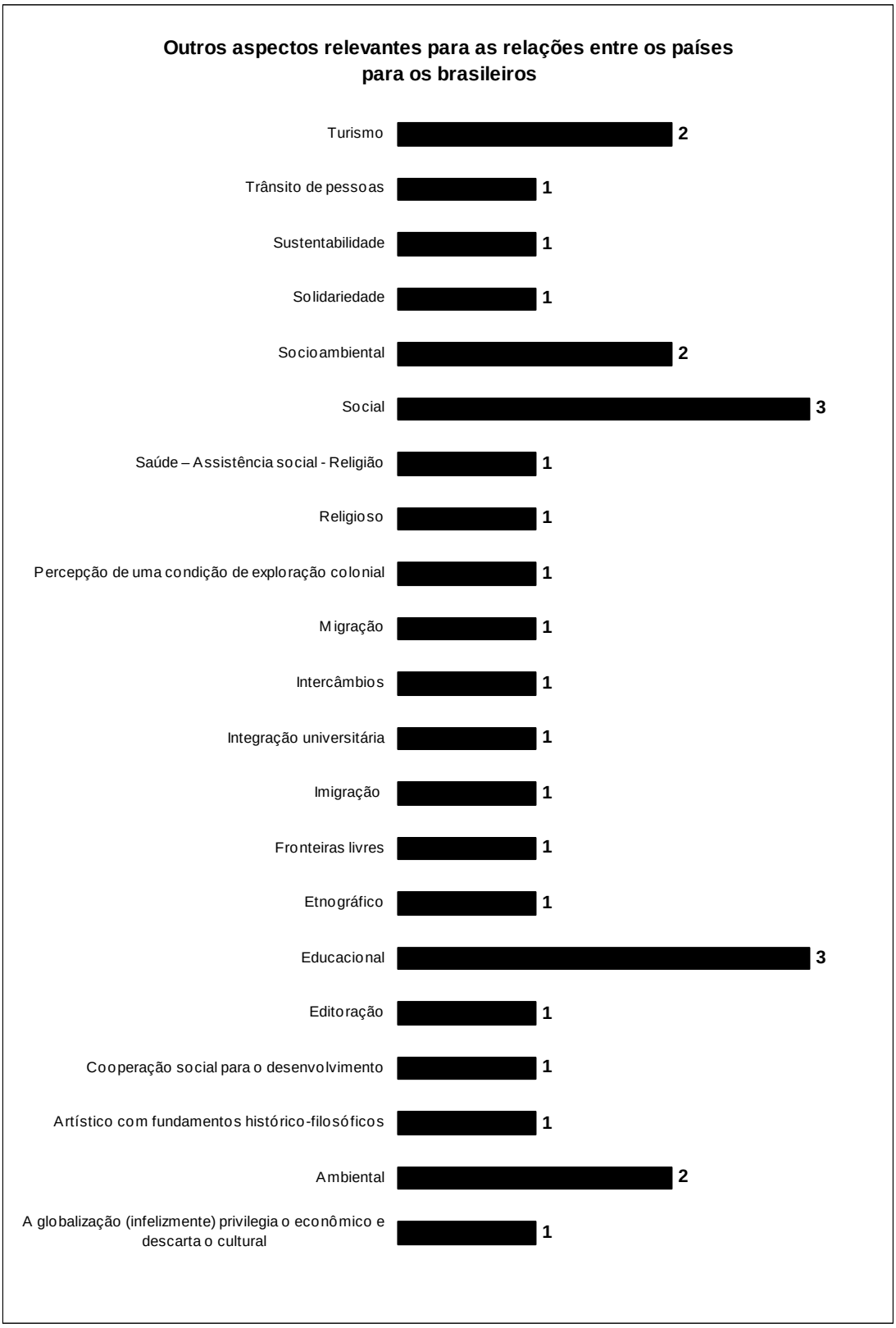
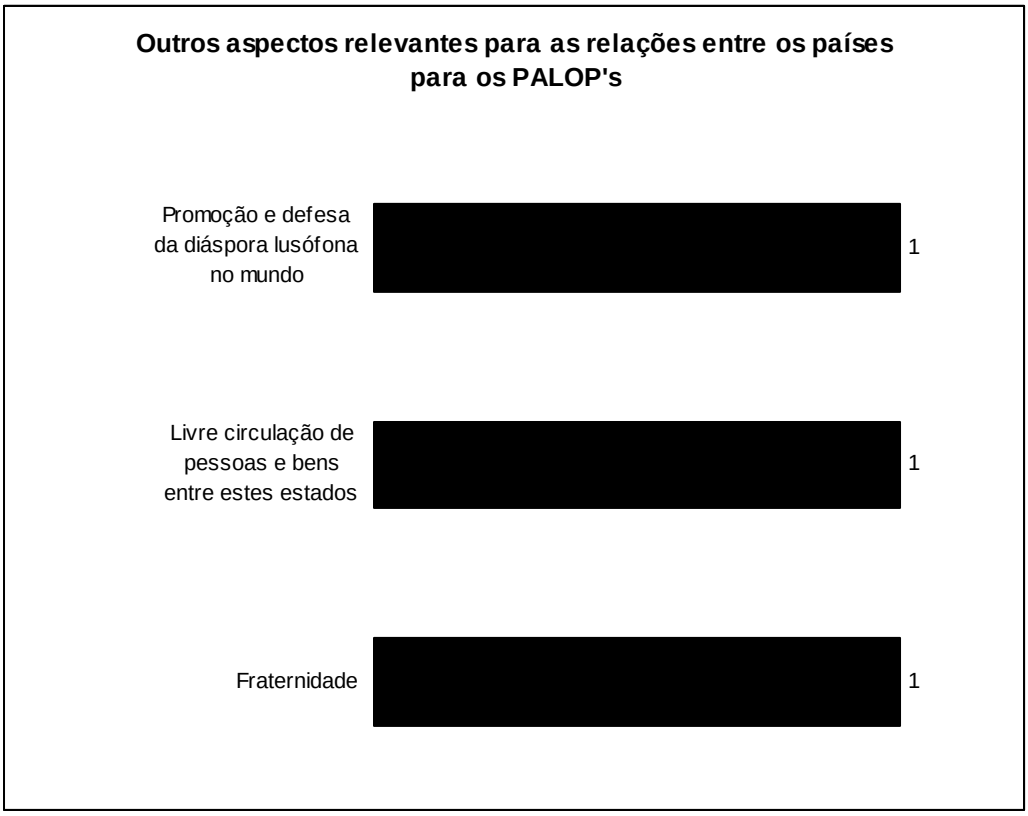


Gráfico 2.20 – Outros aspectos importantes para os Palop's na relação entre os países


Outros aspectos relevantes para as relações entre os países para os PALOP's
Promoção e defesa da diáspora lusófona no mundo
1
Livre circulação de pessoas e bens entre estes estados
1
Fraternidade
1

LISTA DE PAÍSES DA CPLP POR PIB – SEGUNDO DADOS DO FMI PARA O ANO BASE DE 2006

POSIÇÕES NO RANKING MUNDIAL	PAÍSES MEMBROS DA CPLP	PIB Milhares de milhões de Dólares 2006*	POPULAÇÃO estimativa em 2007[1]
8°	Brasil	1 067,6	188.181.069
40°	Portugal	194,929	11.456.212
77°	Angola	43,795	15.941.000
100°	Moçambique	7,296	19.104.696[2]
109°	Guiné-Bissau	0,305	1.345.479[3]
157°	Cabo Verde	1,150	420.224
165°	Timor Leste	(?)	924.000
179°	São Tomé e Príncipe	0,079	193.410

* Dados do relatório FMI citados no livro *CPLP-Dez anos. Balanço e Desafios.*

[1] Dados da lista de países fornecida pela Wikipédia.

Tabela 3.1- Comércio real e potencial entre Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Portugal in 2005

Produto	Mercado Comum do Sul (MERCOSUL): exportações para Portugal		Portugal: importações do mundo			Mercado Comum do Sul (MERCOSUL): exportações para o mundo		
	2005: Valor em milhares de $	Crescimento anual de valor entre 2001-2005, %	2005: Valor em milhares de $	Crescimento anual em valor entre 2001-2005, %	Participação no mercado mundial importações %	2005: Valor em milhares de $	Crescimento anual de valor entre 2001-2005, %	Participação no mercado mundial exportações %
Todos os produtos	1,146,568	17	61,167,068	13	0.6	161,433,360	18	2.0

TABELA 3.2 - Evolução do Investimento directo do Brasil em Portugal

	Investimento	% Total	Desinvestimento	Líquido	Posição[a]
1996	24.346	0,5	11.785	12.561	13
1997	165.940	2,1	21.348	144.592	13
1998	86.237	0,8	18.108	68.129	13
1999	264.131	1,9	404.736	-140.605	12
2000	144.452	0,5	6.982	137.470	15
2001	265.803	1,0	808.863	-543.060	13
2002	397.193	1,8	265.607	131.586	11
2003	254.345	0,8	259.985	-5.640	13
2004	28.246	0,1	30.112	-1.866	21
2005	15.535	0,1	5.101	10.434	24

Fonte: Banco de Portugal

Unidade: Milhares de Euros

Notas:

(a) Posição do país enquanto origem do IDE ilíquido

Informação disponibilizada pelo Banco de Portugal em Fevereiro de 2006

Tabela 3. 3 - Evolução do Investimento directo de Portugal no Brasil

	Investimento	% Total	Desinvestimento	Líquido	Posição[a]
1996	290.925	30,4	2.315	288.610	1
1997	619.647	27,6	45.300	574.347	1
1998	4.325.069	45,7	243.139	4.081.930	1
1999	3.416.420	33,5	1.915.281	1.501.139	2
2000	3.842.643	27,4	916.257	2.926.386	1
2001	2.279.264	17,0	1.157.117	1.122.147	3
2002	1.091.302	9,4	3.416.629	-2.325.327	3
2003	194.119	1,7	216.258	-22.139	6
2004	509.848	4,1	217.751	292.097	4
2005	195.750	3,8	1.183.062	-987.312	5

Fonte: Banco de Portugal

Unidade: Milhares de Euros

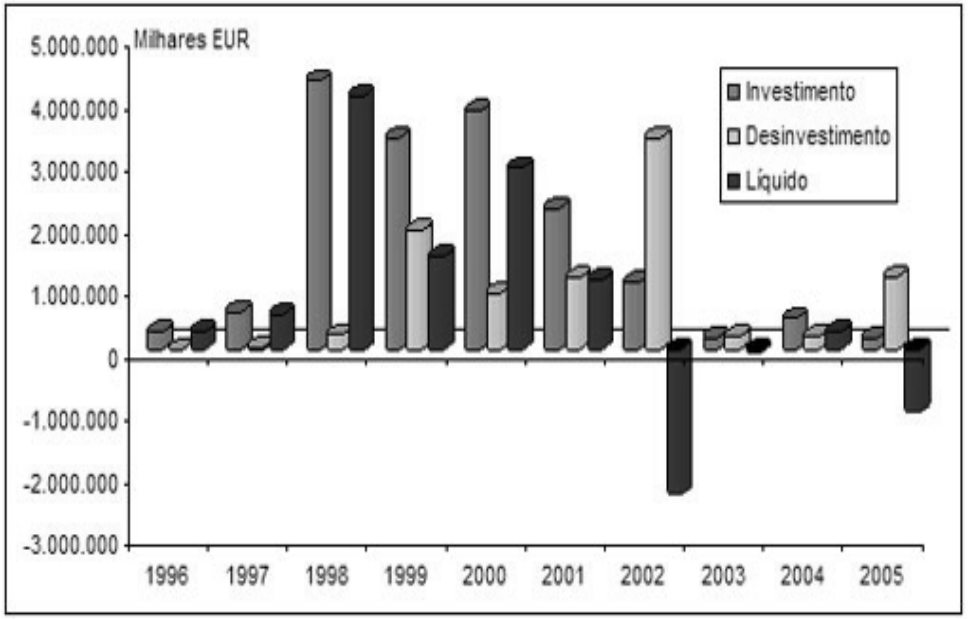
Notas:

(a) Posição do país enquanto destino do IDPE ilíquido

Informação disponibilizada pelo Banco de Portugal em Fevereiro de 2006

GRÁFICO 1

Evolução do Investimento directo de Portugal no Brasil

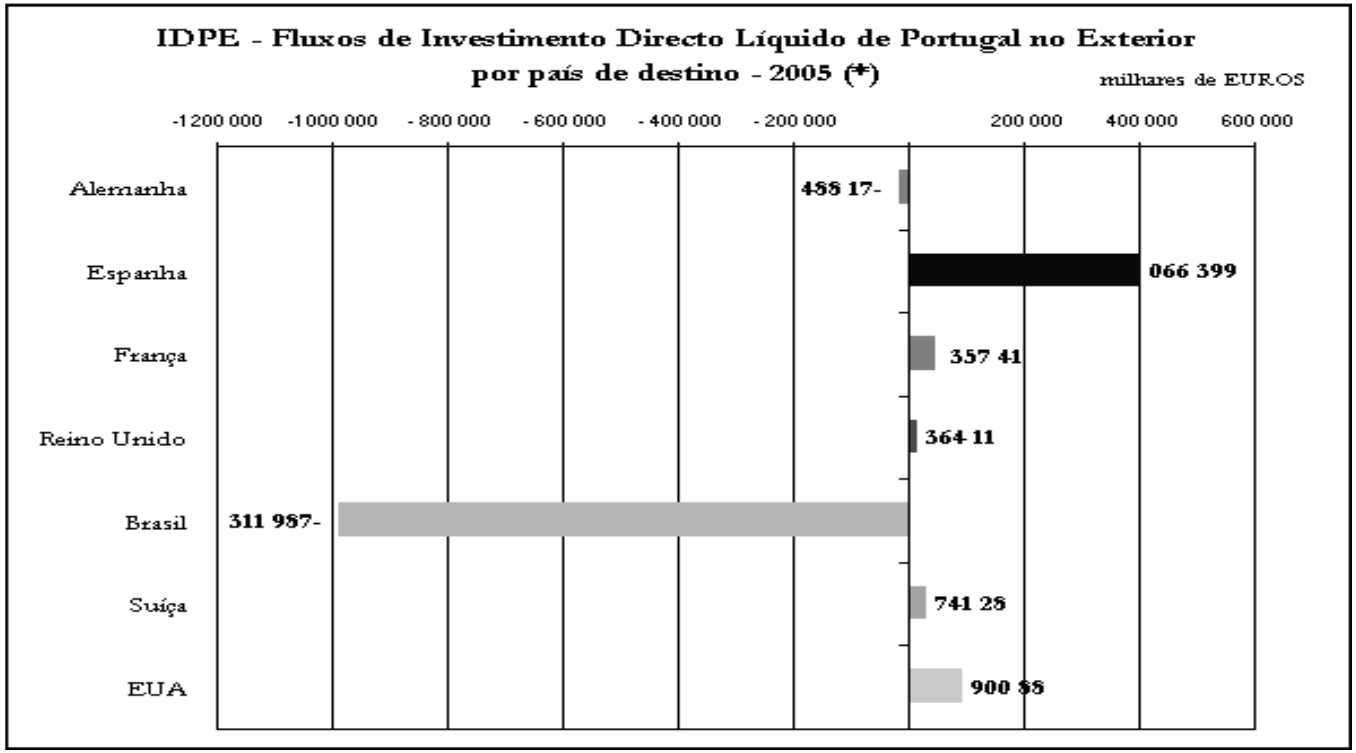


Dados da Câmara de Comércio e Indústria de Lisboa

GRÁFICO 2

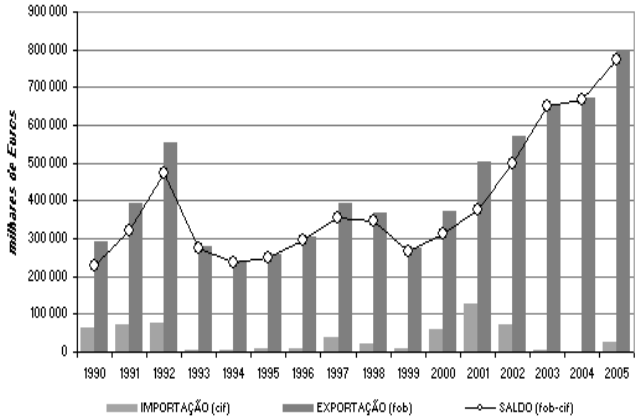
INVESTIMENTO DIRECTO DE PORTUGAL NO EXTERIOR - PAÍSES DE DESTINO

*) Valores Líquidos - corresponde aos saldos incluídos na balança financeira, com sinal contrário no caso do IDPE. Fonte: GEE com base no Banco de Portugal (Fevereiro de 2006)

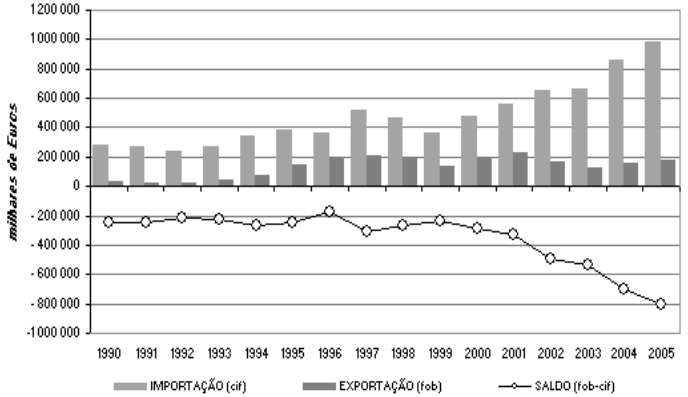


GRÁFICOS PARA OS ANOS DE 1990 A 2005

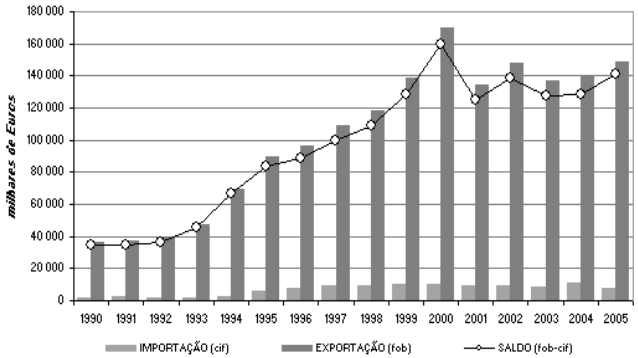
Balança Comercial Portugal-Angola (Gráfico 3)



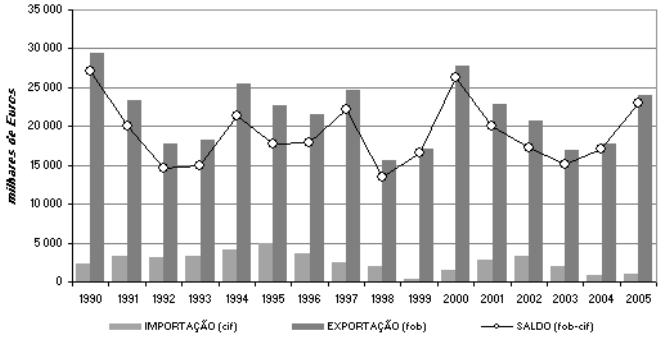
Balança Comercial Portugal-Brasil (Gráfico 4)



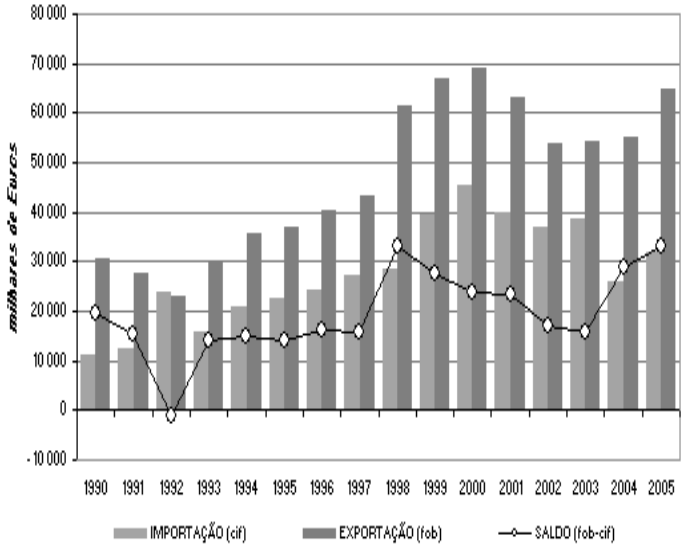
Balança Comercial Portugal-Cabo Verde(Gráfico 5)



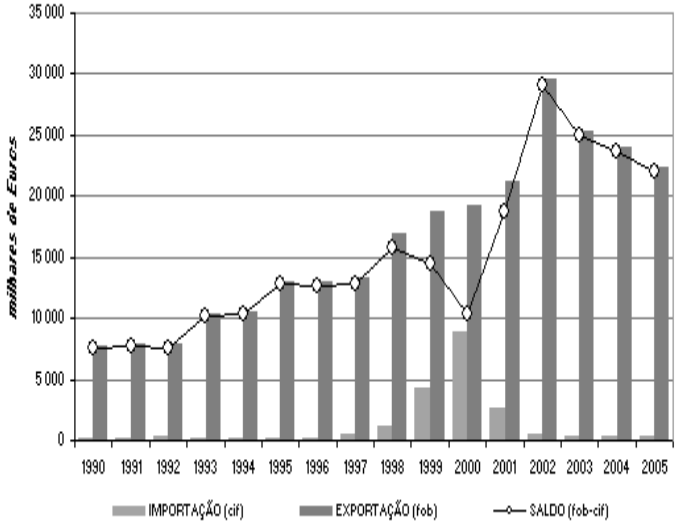
Balança Comercial Portugal -Guiné Bissau (Gráfico 6)



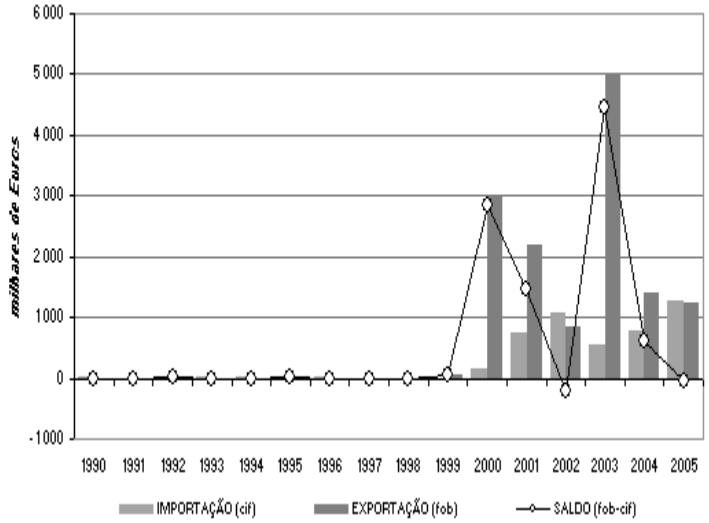
Balança Comercial Portugal - Moçambique
(Gráfico 7)



Balança Comercial Portugal São Tomé e Príncipe
(Gráfico 8)

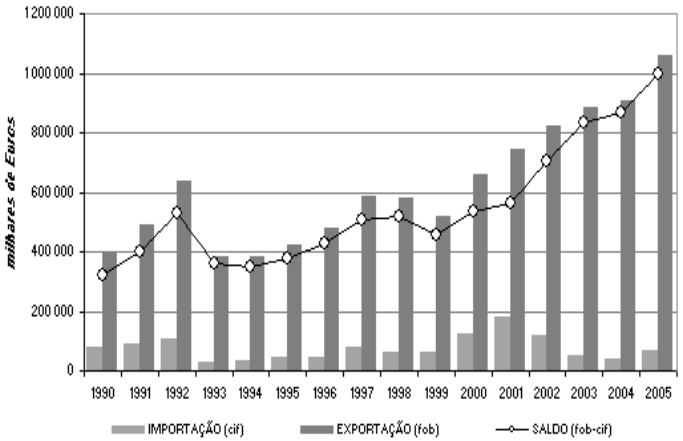


Balança Comercial Portugal – Timor – Leste
(Gráfico 9)

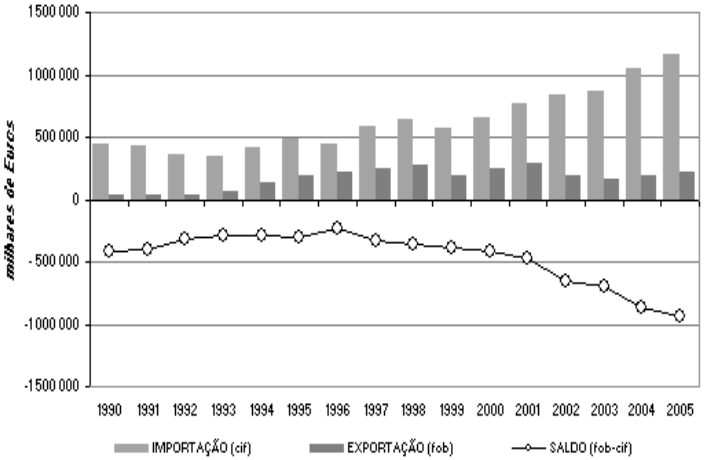


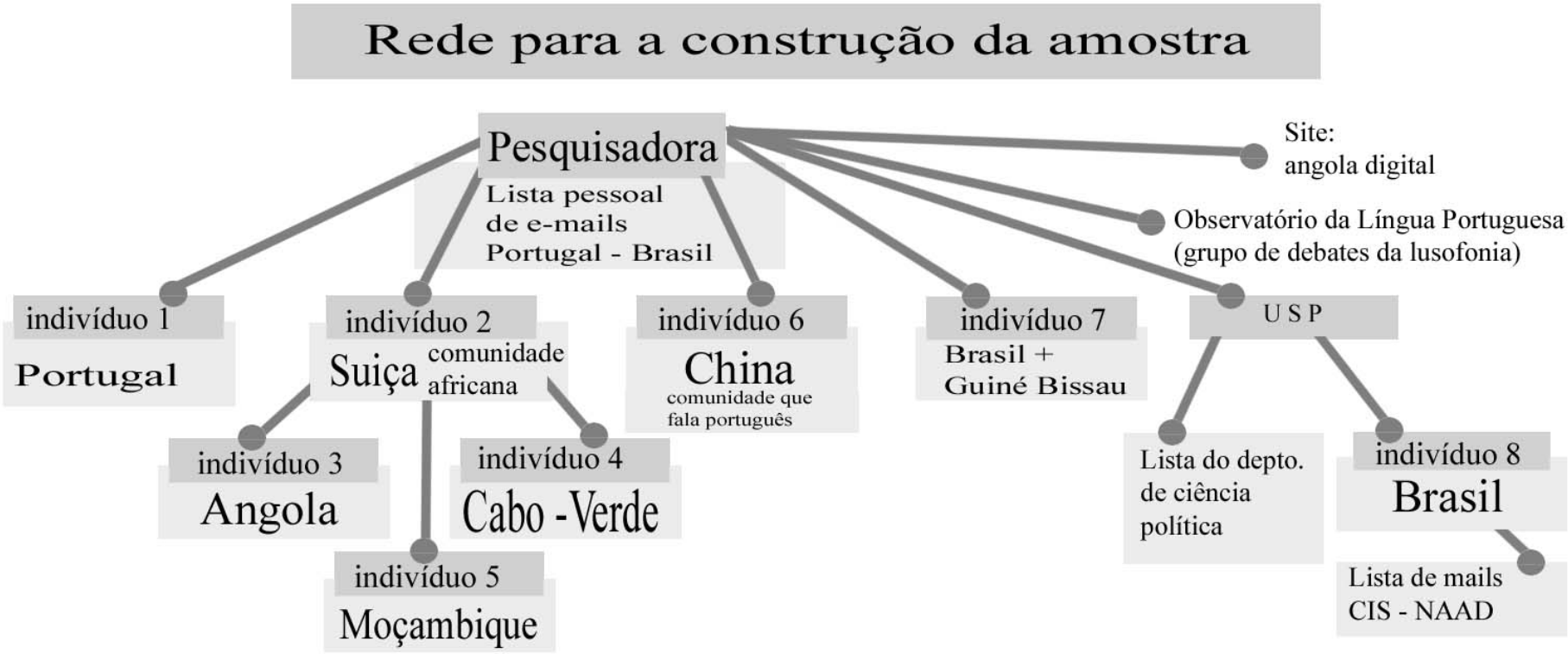
DADOS AGREGADOS DE BALANÇA COMERCIAL PORTUGUESA (1990-2005)

Balança Comercial Portugal e PALOP´s
(Gráfico 10)



Balança Comercial Portugal e Mercosul
(Gráfico 11)




Rede para a construção da amostra
Pesquisadora
Lista pessoal
de e-mails
Portugal - Brasil
Site:
angola digital
Observatório da Língua Portuguesa
(grupo de debates da lusofonia)
indivíduo 1
Portugal
indivíduo 2
Suiça
comunidade
africana
indivíduo 6
China
comunidade que
fala português
indivíduo 7
Brasil +
Guiné Bissau
U S P
indivíduo 3
Angola
indivíduo 4
Cabo -Verde
indivíduo 5
Moçambique
Lista do depto.
de ciência
política
indivíduo 8
Brasil
Lista de mails
CIS - NAAD

ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIO

ROTEIRO GERAL DAS ENTREVISTAS

CPLP – 12 ANOS DE ATUAÇÃO

1. Como se desenvolveu o processo imediatamente anterior à formação da CPLP?Em que circunstâncias históricas?

2. Quem foram os atores centrais e realmente relevantes para o surgimento desta comunidade?

3. Que dificuldades podem ser apontadas quanto á consolidação e atuação da CPLP no mundo?

4. Podemos considerar que pelo fato de a CPLP não ter meios persuasivos de ordem militar e de pressão econômica, faz dela uma entidade com ação limitada no plano internacional?

5. Será a CPLP apenas um bloco cultural/lingüístico?

6. Em sua opinião, qual dos pilares da CPLP (concertação político-diplomática; a cooperação para o desenvolvimento; e a promoção e difusão da língua portuguesa) podemos apontar que seja o que até hoje foi mais ativado e que melhor funciona?

7. Considera que seria importante que houvesse uma política externa comum entre os membros da CPLP? Por quê?

8. Como podemos analisar as relações econômicas e comerciais entre os 8 países membros da CPLP? De que maneira a CPLP é atuante na defesa dos interesses econômicos, sociais e culturais dos países que a compõem, que juntos representam mais de 200 milhões de “cidadãos do mundo” a falar a língua portuguesa?

9. Existe uma grande disparidade de desenvolvimentos dos diversos países membros da CPLP, especialmente no que tange aos PALOP’s, tanto no que diz respeito aos índices econômicos, como a índices sociais e tecnológicos. Para além da língua com fator vantajoso na coalizão da CPLP, concomitantemente à as expansão e uso nos foros internacionais, que outros itens em termos de vantagens comparativas, custos e benefícios para os países membros da CPLP podemos referir?

10. Considera importante que haja uma maior participação da sociedade civil no que tange às atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa?

11. Relativamente à recente iniciativa do deputado Federal José Fernando de Oliveira, do PV de Minas, filho do ex-embaixador já falecido José Aparecido de Oliveira em criar uma subcomissão para a CPLP no parlamento brasileiro, considera uma ação positiva, importante ser tomada pelos outros membros da comunidade? Por quê?

12. E em relação ao fato do Presidente Lula ser o único Presidente dos oito Estados da

CPLP que nomeou um embaixador junto à CPLP? Os outros deveriam ter a mesma postura ou considera um ato desnecessário?

13. Quais são as críticas positivas e negativas que podemos fazer à CPLP nestes 12 anos de atuação? Como ela deveria atuar agora em pleno século XXI?

ANEXO A - CPLP: entrevista sobre seu funcionamento

Respostas fornecidas por
Paulo Roberto de Almeida
Doutor em ciências sociais, mestre em planejamento econômico,
diplomata de carreira desde 1977; professor de Economia Política Internacional no
Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília – Uniceub,
(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org),
a questionário submetido por:
Mariana Villares Pires (marianavillarespires@hotmail.com)
Socióloga, mestranda em Ciência Política na
Universidade de São Paulo.

Nota preliminar PRA: As respostas abaixo consignadas expressam um pensamento estritamente pessoal e posições próprias, baseadas muito mais no estudo acadêmico das questões referidas ou em experiência concreta de vida, do que propriamente o contato no plano profissional com os problemas abordados. Nunca trabalhei, institucionalmente, nessa área e nenhum dos argumentos ou opiniões expostos no presente questionário pode ser considerado como representando posições ou políticas das entidades às quais estou associado, em especial no que se refere ao Itamaraty.

QUESTÃO 1: Como, quando e porquê entrou na carreira diplomática?

PRA: Eu tinha 27 anos completos, quando, em 1977, decidi fazer, não um vestibular para o Curso de Preparação à Carreira Diplomática, administrado pelo Instituto Rio Branco (com duração de 2 anos), mas um concurso direto, habilitando o ingresso direto na carreira diplomática (com exigência maiores, portanto, do que o vestibular o para curso). Foram feitos concursos diretos (em caráter excepcional, portanto) durante alguns anos, depois de medidas de expansão do corpo diplomático brasileiro em meados dos anos 1970. Eu estava bem preparado para a maior parte dos exames de ingresso, uma vez que sempre fui um "rato de biblioteca", com milhares de leituras acumuladas.

Na época, eu já tinha mestrado completo e encontrava-me em meio a um doutoramento, depois de ter passado quase sete anos na Europa, estudando, durante o período mais duro da ditadura militar no Brasil, de onde eu tinha saído no final de 1970, com 21 anos recém completados.

Na verdade, eu não tinha pensado em ser diplomata anteriormente, tanto porque nos anos anteriores estava mais ocupado tentando derrubar o governo brasileiro, como opositor de esquerda à ditadura militar que eu era (daí o exílio auto-assumido). Fiz o exame quase que por

surpresa, simplesmente motivado por um anúncio de concurso direto. Uma das motivações minhas foi "testar" a minha "ficha policial", depois de alguns anos trabalhando contra o governo brasileiro, ainda que com outros nomes: todos os candidatos a carreiras públicas tinham de ser "cleared" pelo Serviço Nacional de Informações. Passei, para surpresa minha. Outra surpresa foi simplesmente dar início a uma nova carreira, com novas perspectivas de vida, depois de uma trajetória de vida e profissional basicamente acadêmica (eu era professor universitário antes de ingressar na carreira). Em outros termos, não represento, absolutamente, o padrão do típico candidato à carreira diplomática.

QUESTÃO 2: Levando em consideração a sua experiência e conhecimentos, como podemos classificar e descrever as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal nos últimos 50 anos? Portugal foi uma prioridade na política externa brasileira? Em que momentos?

PRA: Os últimos 50 anos representam, portanto, de 1958 até aqui. 1958, salvo engano de minha parte, foi justamente o ano da visita do presidente Craveiro Lopes ao Brasil, uma viagem de muito simbolismo e de tentativa de reforço da "aliança especial" entre os dois países num momento em que as demais potências coloniais européias já estavam preparando a descolonização, a que se opôs, teimosamente, Portugal, com o apoio do Brasil, nesses primeiros anos. A comunidade portuguesa no Brasil, em especial no RJ, era especialmente ativa em cooptar autoridades políticas, judiciárias, militares e até diplomáticas para esse apoio político e diplomático no âmbito dos processos de descolonização. Ocorreram algumas rusgas no início dos anos 1960, quando todas essas questões foram votadas na ONU, e a despeito da postura pró-independência de muitos diplomatas, o Brasil acabou se solidarizando com Portugal (ou se abstendo nas votações) basicamente em nome do anti-comunismo e da Guerra Fria. Foi possível levar essa ficção durante alguns anos, mas a revisão da política externa brasileira conduzida pelo presidente Geisel (1974-1979) teria levado inevitavelmente à retirada do apoio a Portugal, mesmo na ausência da Revolução dos Cravos. Naquele momento, de ditadura no Brasil, o esforço foi feito no sentido contrário: tentar conter os exilados brasileiros refugiados em Portugal, que se opunham ao regime militar brasileiro.

As relações bilaterais, durante todos esses anos (anos 50 aos 80), foram basicamente provinciais, no sentido de se buscar preservar os interesses da comunidade portuguesa no Brasil, já que a presença brasileira em Portugal era praticamente inexistente, com exceção desse curto verão "bolchevique" em Portugal (1974-1979). Os momentos relevantes da agenda bilateral foram basicamente negativos.

A partir dos anos 1980, mudam as perspectivas, em vista do ingresso de Portugal na

CE, e portanto, da adoção de um conjunto de políticas comunitárias que podem ter alterado as perspectivas dos investidores e agentes econômicos envolvidos nas transações biletarais. Durante algum tempo se acreditou na ilusão de que Portugal serviria de "porta de entrada" para o Brasil na CE-UE, o que é praticamente ilusório. Mas, quando da abertura econômica do Brasil, e das privatizações de concessionárias públicas, Portugal, já devidamente reforçado economicamente, passou a participar ativamente dos leilões de privatização, com algum sucesso em certas áreas. Os investimentos recíprocos cresceram muito nos anos 1990, inclusive a ponto de provocar problemas fiscais (muitas empresas brasileiras estabeleceram holdings na Ilha da Madeira, para se beneficiar da legislação off shore dessa ilha, o que levou a Receita brasileira a denunciar o acordo de bitributação).

Mais recentemente, Portugal se converteu em "recipiendário" involuntário de imensos contingentes de emigrados econômicos brasileiros, em busca de melhores oportunidades de emprego e de vida, em face da crise persistente que dominou a vida brasileira desde os anos 1980. Os residentes ilegais brasileiros constituem um problema na agenda bilateral, suscitando, legitimamente, preocupações portuguesas e reações defensivas por parte do Brasil.

Em termos gerais, a despeito de toda a retórica política dos respectivos governantes, nem Portugal foi relevante na política externa brasileira – a não ser pelo lado dos fluxos humanos – nem o Brasil foi importante na política externa portuguesa, que esteve concentrada basicamente na construção de seu membership comunitário. Mais recentemente, houve essa iniciativa da CPLP que assumiu contornos relevantes (ainda que pouco importantes em si) por razões puramente circunstanciais e de conveniência política. Mas, se trata de uma agenda impulsionada pelas chancelarias, que não parece corresponder aos intercâmbios voluntários estabelecidos no setor privado.

QUESTÃO 3: Na sua opinião, quais as vantagens de uma união de forças entre Portugal e Brasil no cenário da globalização?

PRA: Confesso que, além do lado afetivo e sentimental, não vejo grandes vantagens, a não ser a facilidades dos contatos humanos e, portanto, comerciais, pela existência de uma língua (quase) comum. Trata-se de uma mini-mini-globalização, que pode interessar, se tanto, algumas empresas e indivíduos, mas que não deveria, normalmente, estar no centro das políticas pró-globalização de cada um dos países, uma vez que estas políticas devem necessariamente responder a critérios absolutamente nacionais de competitividade nos mercados internacionais. No plano microeconômico (isto é, das empresas) essa suposta união

pode ser relevante para a realização de negócios entre parceiros específicos (geralmente pequenas e médias empresas), pois os grandes atores econômicos devem se guiar por outros critérios que não a língua ou a tradição para conduzir seus negócios no plano global.

Portugal e Brasil por vezes se unem, em determinadas organizações, para lutar pela defesa da língua portuguesa no âmbito internacional, mas a meu ver se trata de uma agenda pobre de conteúdo, uma vez que a globalização se processa basicamente em inglês. No plano dos fluxos de pessoas, Portugal tem oferecido, de modo totalmente involuntário, uma boa plataforma para emigrados brasileiros, o que de certa forma ajuda a intensificar as relações econômicas num sentido amplo (as "diásporas" sempre foram relevantes na intensificação de laços econômicos e até políticos). Algo disso poderá ser "aproveitado" nas inserções respectivas de cada país no processo de globalização, mas acredito que seu peso é menor nos requisitos mais importantes desse processo.

QUESTÃO 4: Mesmo não sendo diretamente da sua área de trabalho, poderá dizer-nos como vê a atuação da CPLP nestes 12 anos de existência? Podemos considerá-la como um importante mecanismo de incentivo ao diálogo Sul-Sul, ou não?

PRA: Pessoalmente, considero a CPLP como um mecanismo de captação de ajuda e assistência bilateral (mas multilateralizada) em favor dos países menos desenvolvidos, prestada por Portugal e Brasil, que disso retiram algumas oportunidades de negócios. Mas tudo isso é alimentado um pouco artificialmente, sob fortes incentivos (e subsídios) públicos, e só existe praticamente no plano diplomático (ou seja, na ausência desses estímulos oficiais não existiriam os poucos fluxos criados por essas oportunidades). Uma possível diferença seriam as relações Brasil-Angola, já relevantes na era colonial (mas restrita ao fornecimento de escravos) e que se tornaram mais e mais importantes depois do apoio brasileiro ao governo do MPLA a partir de 1975, o que motivou negócios rendosos para parceiros privados e públicos desde então. O Brasil também se tornou uma espécie de "refúgio econômico" para muitos angolanos, vários, aliás, envolvidos em atividades ilegais no Brasil e em direção de seu país natal.

A CPLP parece exibir uma importante agenda de cooperação, mas ela é, de certa forma, a reprodução do que já ocorre em outras comunidades pós-coloniais, como no caso da Inglaterra e da França, com menos recursos do que estas, obviamente. Se Portugal e o Brasil podem fazer alguma diferença para a capacitação educacional e acadêmica de muitos jovens africanos dos Palops, então já terá sido positivo, mas isso poderia ser feito em bases bilaterais, sem necessariamente requere uma organização específica. Como toda organização

burocrática, ela irá criar sua própria razão de existir, gastando recursos apenas com os meios, não com os fins.

Resumindo, mais do que um mecanismo de cooperação Sul-Sul, considero a CPLP um mecanismo tradicional Norte-Sul, colocando-se o Brasil ao lado de Portugal como prestador de cooperação técnica tradicional. Ou seja, não há muita originalidade no trabalho da CPLP, a não ser o fato de envolver países teoricamente lusófonos. Digo teoricamente, porque Moçambique é praticamente um país anglófono, tendo muito mais a fazer (e receber) no âmbito de sua cooperação com a África do Sul e o Commonwealth do que com a CPLP.

QUESTÃO 5: No que diz respeito às negociações na OMC, como vê a posição do Brasil e como é que essa relação poderá ser benéfica na redução de barreiras e na liberalização do comércio entre os países da CPLP e o resto do mundo?

PRA: Políticas comerciais são definidas basicamente no âmbito nacional ou, quando existem, no âmbito de uma ZLC ou UA, como seria o caso da UE para Portugal e do Mercosul para o Brasil. Não existe rigorosamente nada em matéria de coordenação de políticas comerciais entre esses dois, ou entre eles e os demais países lusófonos. Eles podem, se desejarem, ampliar suas relações comerciais recíprocas, mas não definir regras e formatos de posições negociadoras na OMC, que não são determinados nacionalmente na existência de uma "camisa de força" comunitária ou aduaneira para alguns deles.

A CPLP não pode ter uma política negociadora comum pelas suas alianças nacionais respectivas, e portanto não tem nenhum papel nesse particular. Portugal segue as regras comunitárias e o Brasil as do Mercosul (quando existem). Alguns dos Palops pertencem a outros esquemas comerciais ou mantêm regimes preferenciais com parceiros externos à CPLP.

QUESTÃO 6: Existe uma grande disparidade de desenvolvimento nos diversos países membros da CPLP, especialmente quando nos referimos aos PALOP's, tanto no que diz respeito aos índices econômicos, como a índices sociais e tecnológicos. Para além da língua com fator vantajoso na coalizão da CPLP, concomitantemente à expansão e uso nos foros internacionais, que outros itens em termos de vantagens comparativas, custos e benefícios para os países membros da CPLP podemos referir?

PRA: A língua pode, efetivamente, ajudar no plano assistencial-educacional, ou seja, transferindo conhecimentos, know-how e outros elementos importantes para os países mais pobres, mas se trata de uma agenda tradicional Norte-Sul, de Portugal e Brasil para os demais. Os africanos representam, provavelmente, uma excelente fronteira de expansão para as empresas brasileiras e, mais exatamente, de disseminação da excelente tecnologia agrícola

tropical desenvolvida no Brasil pela Embrapa, que pode ser adaptada para seu uso na África (quase as mesmas latitudes). O Brasil também se beneficiará com essas perspectiva, mas é preciso muito investimento para concretizar essa perspectiva.

QUESTÃO 7: Considera que seria importante que houvesse uma política externa comum entre os membros da CPLP? Por quê?

PRA: Considero totalmente ilusório, ainda que alguns aspectos da agenda internacional possam ser objeto de coordenação e convergência na tomada de posições. Mas isso pode ser obtido praticamente com quaisquer outros países, em questões tópicas. Política externa comum não existe nem na UE, quanto mais em comunidades incipientes como a CPLP. Não se trata de vontade política ou não, trata-se de impossibilidade estrutural, posto que as situações, os contextos regionais e as formas de inserção internacional são fundamentalmente distintos para cada um dos países.

QUESTÃO 8: Em relação ao fato do Presidente Lula ser o único Presidente dos oito Estados da CPLP que nomeou um embaixador junto à CPLP, considera que os outros deveriam ter a mesma postura ou considera um ato desnecessário?

PRA: Totalmente desnecessário, pois se trata apenas de gesto de deferência política, no limite da demagogia, pois não existe ainda densidade do relacionamento suficiente para justificar esse aparato burocrático. Se trata de mais um exemplo de dispêndio inútil.

QUESTÃO 9: Gostaria de acrescentar alguma consideração sobre a CPLP, a política externa brasileira e a relação entre Brasil, Portugal e África?

PRA: Não vou declarar o exercício como irrelevante, pois ele pode ser importante para a capacitação técnica, tecnológica e educacional dos Palops, mas o esforço de desenvolvimento deve ser, antes de tudo, um processo interno. Nenhum país se desenvolveu com base na ajuda internacional, mas os mais miseráveis podem se beneficiar temporariamente dessa ajuda. Em suma, todas essas iniciativas servem ao ego de políticos e diplomatas, que buscam depois justificar as ações como relevantes, mas o fato é que as ações mais importantes devem se situar na promoção de um bom ambiente de negócios entre TODOS os países. O resto decorre dos fluxos reais entre agentes econômicos, não o contrário.

Paulo Roberto de Almeida

Brasília, 14 de setembro de 2008.

QUESTIONÁRIO SOBRE A CPLP
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Q. 1 – Nacionalidade - Qual é o seu país de residência?_____
(1) Brasileiro(a)
(2)Português(a)
(3)Angolano(a)
(4)Cabo-verdeano(a)
(5)Timorense
(6)Guineense
(7)São-Tomense
(8) Moçambicano(a)
(99) Não respondeu/Não sabe

Q. 2- Assinale a sua faixa etária:
(1) 0 – 15 anos
(2) 16 – 25 anos
(3) 26 – 35 anos
(4) 36 – 45 anos
(5) 46 – 59 anos
(6) 60 ou mais
(99) Não responde

Q. 3 - Sexo
(1) Masculino
(2) Feminino
(99)Não respondeu

Q. 4 - Religião:
(1) Católico
(2) Protestante
(3) Afro
(4) Islâmica
(5) Outras (especificar)_____
(99)Não sabe/Não respondeu

Q. 5 – Assinale a faixa de renda de sua família por mês
Quantas pessoas participam desta renda?_____
(1) Até U$500,00
(2) Entre U$501,00 e U$1.000,00
(3) Entre U$1.001,00 e U$1.700,00
(4) Entre U$1.701,00 e U$2.500,00
(5) Entre U$2.501,00 e U$3.500,00
(6) U$3.501,00 ou mais
(7) Não tem renda
(88) Não sabe
(99)Não respondeu

Q. 6 - Escolaridade
(1) Analfabeto – Primário incompleto

(2) Primário completo – Fundamental incompleto
(3) Fundamental completo – Médio incompleto
(4) Médio completo – Superior incompleto
(5) Superior completo – Pós-graduação incompleta
(6) Pós-graduação
(99) Não respondeu

Q. 7- Qual é a língua mais falada no seu país?
(1) Português (2) Dialectos locais Qual? _____
(99) Não sabe/Não responde

Q. 8- Você gostaria que a língua portuguesa se tornasse uma língua oficial em alguns fóruns internacionais?
(1)Sim (2) Não (99) Não sabe/Não responde

Q. 9 -Você tem conhecimento da existência de instituição intenacional que congrega todos os países de língua portuguesa?(se a resposta for "não", não responder à Q.11)
(1)Sim (2) Não (99) Não responde

Q. 10 -Assinale, entre as opções abaixo, a comunidade internacional que você conhece ou pelo menos já ouviu falar:

14. União Européia; (6) SADC; (11) Outra _____
15. NAFTA; (7) APEC; (99) Não sabe/Não responde
16. CPLP; (8) PALOP's;
17. Commonwealht; (9) Todas as anteriores;
18. CEDEAO; (10) Nenhuma das anteriores;

Q. 11- Que avaliação você faria da atuação da CPLP no cenário internacional?
(3) Bom (2) Médio
(1)Ruim (0) Não tem nenhuma atuação efetiva
(99)Não sabe/Não responde

Q. 12 – De acordo com seus conhecimentos como você classificaria as seguintes relações entre Portugal e as ex-colônias:

PAÍSES	**BOM (3)**	**MÉDIO (2)**	**RUIM (1)**	**Não sabe/Não Responde**
PortugalxBrasil				
PortugalxAngola				
Portugal xMoçambique				
PortugalxGuiné Bissau				
PortugalxCabo Verde				
PortugalxSão Tomé e				

Príncipe

PortugalxTimor Leste

Entre as ex-colónias

Q.13 – "A globalização e integração constituem-se em aspectos centrais do funcionamento da economia mundial nos dias de hoje. A globalização, por referir-se, de um modo geral, ao aprofundamento do caráter internacional dos processos econômicos; e a integração por remeter à tendência de surgimento de espaços de relações privilegiadas entre países." (Congresso Nacional Brasileiro, Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul).

No que diz respeito às relações privilegiadas entre os países de língua oficial portuguesa, quais, da lista abaixo, seriam os aspetos que você considera mais relevantes, por ordem de importância (assinale com o número 1 a mais importante e na sequência os menso importantes):

econômico ( ) - Tecnológico-científico ( ) - Defesa ( ) - Linguístico ( )

- político ( ) - Cultural ( ) - Comercial ( ) - Outro ( ) Qual?_____

COMUNICADOS E EMAILS

ANEXO B - TEXTO DIVULGADO PELO SITE ANGOLADIGITAL PARA SEUS USUÁRIOS SOBRE A PESQUISA DA CPLP
<http://www.angoladigital.net/index.php?option=com_content&task=view&id=6838&Itemid=1

Questionário
CPLP

Fonte: AD

Quarta, 14 Janeiro 2009

A CPLP e as suas relações internacionais é o mote para um questionário que o Angola Digital está a ajudar a divulgar. É um questionário cuja relevância se dá no âmbito de uma tese de mestrado de Política Internacional desenvolvida por Mariana Villares Pires, socióloga e mestranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.
Participe no inquérito. Aceda através do link:
http://identidadenacplp.questionform.com/public/cplp.
Obrigada.
Continue Connosco

ANEXO C - Email enviado por um dos respondentes do questionário da CPLP

Seu inquérito e tese sobre a CPLP

De: **Jorge Santos**
Enviada: sábado, 24 de janeiro de 2009 18:44:32
Para: marianavillarespires@hotmail.com

Bom-dia Mariana,

Acabei de responder ao seu inquérito, na sequência da mensagem recebida do portal "Angola Digital". Gostaria ser informado sobre os resultados e a sua tese, pois o tema é muito interessante. No fim do e-mail, voltarei a retomar o assunto.

Permita que me apresente : o meu nome é Jorge d'Oliveira Santos, sou belga e português (nascido no Congo belga na altura). Vivo na Bélgica há 39 anos.
Tenho laços pessoais e/ou profissionais com vários países lusófones :
- Brasil, dado que a minha esposa é brasileira, e a minha trisavó nasceu em S. Luís do Maranhão, emigrando depois para Portugal onde casou.
- Portugal, onde vivi, nasceu o meu pai, e vive uma parte da minha família.
- Angola, onde nasceram a minha mãe e tios.

Trabalho na Bélgica conselheiro numa 1 câmara de comércio (belga) (www.cblacp.org) e numa confederação de câmaras de comércio europeias relacionadas com África e o Mediterrâneo (www.ebcam.org), além de ser intérprete de conferência (Português - Francês) e tradutor ajuramentado (Português - Francês - Espanhol). Neste âmbito trabalho/colaboro desde 1991 com vários países lusófones, tanto o sector privado como o sector público, nomeadamente Angola e São Tomé e Príncipe. Colaboro também com o Museu Real da África central de Bruxelas, a fim de constituir um banco de dados exaustivo sobre a perícia belga (sector privado) na República Democrática do Congo, no Ruanda e no Burundi (http://www.eca-creac.eu/index.php?en-staff). Outra actividade importante colaboro também com uma associação em Bruxelas – "Abraço asbl" (http://www.fr.abraco-asbl.be) criada em 2006 por uma jornalista brasileira, Mônica Pereira, com o objectivo de informar e ajudar todas as pessoas lusófones em situação precária na Bélgica (além das demais comunidades lusófones na Bélgica, avalia-se neste momento que residem na Bélgica mais de 55.000 Brasileiros, na maioria ilegais).

Com base nesta experiência multi-facetada, tomo a liberdade de tecer algumas e breves considerações pessoais relacionadas com o tema da sua tese :

Estou convencido que a CPLP pode assumir um papel bem mais importante em termos de integração (exemplo Commonwealth), destacando os seguintes aspectos significativos:

Portugal membro de U.E. e com uma diáspora importante no mundo inteiro

Brasil país “emergente” com um papel cada vez mais importante na cena internacional, tanto nas relações Norte-Sul como Sul-Sul, e que pode assumir o papel de “farol” em termos culturais para a comunidade lusófone no mundo (ex. : Museu da Língua Portuguesa que considero uma bela iniciativa!). Outro aspecto importantíssimo: a sua diáspora no mundo está a crescer de modo acelerado ! Pela 1ª vez em 2008 o MRE brasileiro organizou um encontro dos representantes das diversas comunidades brasileiras no mundo: iniciativa feliz que merece ainda mais cuidado e apoio !

Angola Mesmas características, salvo no que diz respeito ao ramo cultural e à diáspora (cuja tendência seria o regresso devido à recuperação económica)

Cabo Verde com uma política e uma gestão muito dinâmicas tanto em relação a África como à U.E. (vários acordos especiais de cooperação) ; tem-se distinguido pela qualidade da sua gestão, um papel de 1° plano relativamente à música, e pelo cuidado concedido à sua diáspora.

São Tomé embora disponha agora de um grande trunfo, o petróleo, continua a funcionar sob a influência de Angola

Moçambique Também tem desenvolvido um esforço significativo tanto em termos de qualidade de gestão, como a nível da integração regional (SADC, Commonwealth) e das relações com a U.E.

Timor O comissário europeu do Desenvolvimento inaugurou no ano passado a “Casa da Europa” em Dili, que reune as representações diplomáticas de vários países europeus num único local, iniciativa – entre outras mais efectivas da U.E. e das N.U. – que simboliza o apoio que este jovem país merece da parte de todos nós !

Isto são *alguns* dos factores que podem tornar esta comunidade muito mais importante, tanto para os seus membros e populações, como à escala internacional.

Permaneço à sua disposição para qualquer informação complementar

Com votos sinceros de sucesso para o seu trabalho, subscrevo com os melhores cumprimentos,

Jorge d'Oliveira Santos;

ANEXO D - Mensagens de email de César Lambert de Azevedo[87] sobre a CPLP

Date: Mon, 19 Jan 2009 15:15:03 -0300
Subject: Enquete
From: César Lambert de Azevedo
To: marianavillarespires@hotmail.com

> > > Prezada Sra. Mariana Villares
> > > Boa tarde.
> > > Permita-me, inicialmente, parabeniza-la pela pesquisa e pela investigação científica.
> > > Penso que a CPLP é uma iniciativa louvável, posto que experimente importantes desafios. Um deles é a concorrência de dialetos (linguas?) que são falados nos países africanos e asiático que constituíam colônias portuguesas no passado.
> > > Sabemos que no Brasil (por favor, com **S**) há linguas faladas por ramos indígenas, mas circunscritas a eles e estudadas por acadêmicos; e dialetos - ou línguas - de origem africana experimentadas por descendentes em ambientes restritos, mas de maneira fragmentada. Nenhuma é usual entre a massa da população brasileira. Portanto, é por meio da nossa bela Língua Portuguesa que nós, brasileiros, nos comunicamos, mesmo com palavras regionais. Estas, a meu ver, enriquecem a Língua. Nada que lembre algo semelhante, por exemplo, ao Mirandês. Há quem sustente que falamos a Língua Brasileira; mas é um preciosismo a meu ver sem consistência. Há somente sotaques.
> > > A CPLP só pode ser aprofundada a partir de uma agenda política comum - a Política é a ciência primeira (que me desculpem os economistas) - que seja realista. Por exemplo, no caso do Timor Leste, o longo período em que esteve submetido ao regime indonésio foi-lhe perverso em muitos domínios; e a Língua Portuguesa foi, como sabe, proibida de ser falada. É um dos fortes fatores de desconhecimento pelas gerações mais recentes. Aqui é necessário um projeto crível e robusto para incentivar o estudo da nossa língua pelos jovens timorenses. O esforço principal, a meu ver, recai sobre o Brasil e Portugal.
> > >
> > > Atenciosamente,
> > > Cesar A. L. de Azevedo

Date: Tue, 20 Jan 2009 09:07:23 -0300
Subject: RE: Enquete
To: marianavillarespires@hotmail.com

> > Prezada Sra. Mariana Villares Pires
> > Bom dia.

[87] **Cesar Augusto Lambert de Azevedo** é Doutor em Ciência Política pela USP, pós-graduado em Política e Estratégia Marítimas pela Escola de Guerra Naval e graduado em Ciências Navais pela Escola Naval. Exerceu cargo de Adido de Defesa do Brasil na República Popular da China e na República da Coréia entre 1998 e 2000. Professor do curso de Relações Internacionais das Faculdades de Campinas (FACAMP), é pesquisador sobre política externa e orientador de grupos de trabalho sobre política externa chinesa.

> > Sinto-me honrado com a sua deferência referente ao meu depoimento. Agradeço muitíssimo. Autorizo a transcrever as minhas palavras (...).
> > Defendi a minha tese no mês passado, na Universidade de São Paulo, no Departamento de Ciência Política, em área de Relações Internacionais, no campo da política externa. Sinto-me um sobrevivente! Foi gratificante. É um sentimento que experimentará também. É um alivio; como a afastar a espada de Dâmocles.
> > Pode contar comigo para dialogar sobre a sua tese, se quiser. É certo que o seu tema não é a minha especialidade. Mas estou ao seu dispor para meus modestos préstimos.
> >
> > Atenciosamente,
> > Cesar Augusto Lambert de Azevedo
> >

Prezada Mariana
> Vejo que conhece bem o Brasil e tem um orientador extraordinário.
> Recebi muitas ajudas durante a elaboração da minha tese: diálogos com colegas, com outros professores além do orientador para sanar coleções de dúvidas e diminuir inquietações.
> Como mencionei no e-mail passado, a CPLP não é minha especialidade; meu conhecimento pode ser muito débil. Mas vejamos:
> 1. Imagino que o aumento do diálogo da CPLP com o cone sul pode se realizar por meio do Brasil; isto porque os demais componentes do Mercosul não têm as suas histórias ligadas aos povos africanos. Visualizaria a formação de uma zona de livre comércio (ZLC) entre os países afircanos e o Mercosul, uma vez que Portugal faz parte da UE, a qual já dialoga com o este Mercado. Mas o interesse maior provavelmente recairia sobre o Brasil.
> 2. A região administrativa especial de Macau já é uma porta de ligação da CPLP com a República Popular da China (RPC). Observo, contudo, que poderá haver assimetrias nos interesses da dupla Brasil-Portugal em relação aos dos demais membros da Comunidade. Afinal, a RPC envida esforços para aproximar-se dos países da África que podem suprir-lhe os insumos necessários, como minérios e petróleo. Significa, pois, que haveria uma concorrência do atingimento dos interesses portugueses e brasileiros em relação aos dos chineses naquele continente. Construção de ferrovias, implantação de infra-estrutura de transportes, apoio técnico na agricultura e na pesca são alguns dos pontos focados pelos chineses em Moçambique, em Angola e em outros países africanos. Como contraponto, há manifestações de ONG ambientalistas que rejeitam os projetos chineses, sob alegação de insuficiência de estudos de impacto ambiental e consequente relatório de impacto no meio ambiente (EIA-RIMA). Exemplo está na construção de hidrelétrica no rio Zambezi. Haveria, na leitura de alguns observadores, um movimento neocolonialista chinês no continente africano.
> 3. A meu ver é pouco prático uma política de defesa comum no âmbito da CPLP. Já existe um desenho de interdependência complexa repousando na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPECAS), que congrega os países do oeste da África e do leste da América do Sul, desde 1986. A ZPECAS está conforme o Tratado de Tlateloco de 1967. Além disso, há interesses estratégicos do Reino Unido e da França nesta parte do Atlântico: ilhas de soberania britânica (Malvinas, Santa Helena, Shetlands do Sul, Ascenção e outras); e tratados de defesa mútua entre a França e ex-colônias francesas do Golfo da Guiné. Em ambos os casos há forças militares dessas potências em operação permanente no Atlântico Sul. E lembremo-nos que há a Guiana Francesa, com a imortante base de lançamento de satélites em Guru.
> 4. Concordo com a importante posição geopolítica dos países da CPLP, em especial Angola e Moçambique. Mas, no domínio da defesa, haveria de existir um maior peso específico das

capacidades militares dos países da CPLP, em especial as do Brasil e de Portugal, de forma a dar consistência aos demais eixos de projeção, como o comercial. Lembremo-nos que o Índico está nos interesses indianos, um dos BRIC e potência nuclear.
>
> Bem, desculpe-me a discreta resposta. É o que me lembro sobre assunto tão complexo.
(...)
De novo sobre a CPLP: será que a procura da superação da pobreza poderia vir a ser o fio condutor para dar concretude a uma política realmente comum? Penso em tecnologias agrícola e pecuária que ajudariam nessa tarefa; implemento de fontes de energias alternativas (eólica e solar) que reduzissem custos de produção de alimentos; saneamento básico, de molde a reduzir incidências de doenças; transferência de tecnologia na fabricação de vacinas etc. Talvez esses constituam interesses comuns aos países da CPLP e não precisariam ser alcançados segundo nenhuma linha teórica realista das RI, nem mesmo a neoclássica.
Bem, mas desculpe-me se acabo por trazer pontos de poluição à sua tese. Às vezes se divaga.(...)

> Por fim, talvez tenha conceito diferente de você sobre Pátria, pois a vejo como um conjunto de pessoas razoavelmente coeso. Seria para mim "o balanço das minhas cantigas, amores e danças".
>
> Abraços,
> Cesar Augusto

ANEXO E - MENSAGEM ENVIADA AO PORTAL OBSERVATÓRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA (JANEIRO DE 2009)

Caríssimos,

Sou socióloga e estou na reta final para a conclusão da minha tese de mestrado em Ciência Política, na Universidade de São Paulo. Meu tema trata das relações entre o Brasil e Portugal no âmbito da CPLP-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, criada em 1996 e que congrega 8 Estados-Nacionais que têm o português como língua oficial. Elaborei um questionário que visa tanto a construção de um índice de identidade dos povos de língua portuguesa como a efetividade (ou não) da atuação desta comunidade para com os povos que dela fazem parte, tanto no que tange à diminuição de assimetrias existentes entre eles, como na promoção de princípios mais democráticos tanto dentro dos estados membros, como no sistema internacional em geral.

Tomei a liberdade de enviar para o Observatório da Língua Portuguesa este email por se tratar de um grupo constantemente atento às questões relacionadas ao fator linguístico, que é na verdade o pilar central da CPLP.

Para construir estes índices e finalizar minha dissertação conto com sua preciosa ajuda respondendo ao pequeno questionário disponível através do seguinte link e repassando a quem considerarem necessário:http://identidadenacplp.questionform.com/public/cplp

Grata desde já coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos,

Mariana Villares Pires

ANEXO F – LIVRO DE CÓDIGOS DO BANCO DE DADOS DA CPLP

Livro de Códigos do Survey CPLP

Mariana Villares Pires Cerqueira da Mota, 2008

Name (Position) Label

Q1 (1) P1. Nacionalidade do respondente

Measurement Level: Ordinal
Missing Values: 36

Value	Label
1	Português(a)
2	Brasileiro(a)
3	Angolano(a)
4	Cabo-verdeano(a)
5	Guineense
6	Outras
7	Moçambicano(a)
36	Não respondeu

Q2 (2) P2. País de residência (atual)

Measurement Level: Ordinal
Missing Values: 36

Value	Label
1	Brasil
2	Índias Britânicas
3	Portugal
4	Paraguai
5	Equador
6	Estados Unidos da América
7	Itália
8	Inglaterra
9	Suíça
10	Alemanha
11	Angola
12	Brunei
13	Espanha

14	Cabo Verde
15	Moçambique
16	África do Sul
17	Bielorrússia
18	Bulgária
19	França
20	Macao
21	Austrália
22	Coréia do Sul
23	Marrocos
24	China
25	Canadá
26	Suécia
27	Bélgica
28	Suriname
29	Áustria
30	Bahamas
31	Romênia
32	Catar
33	Croácia
36	Não respondeu

Q3 (3) P3. Faixa etária

Measurement Level: Ordinal
Missing Values: 36

Value	Label
1	Entre 16 e 25 anos
2	Entre 26 e 35 anos
3	Entre 36 e 45 anos
4	Entre 46 e 59 anos
5	60 anos ou mais
36	Não respondeu

Q4 (4) P4. Sexo

Measurement Level: Ordinal
Missing Values: 36

Value	Label
1	Feminino
2	Masculino

36	Não respondeu

Q5 (5) P5. Religião

Measurement Level: Ordinal

Missing Values: 36

Value	Label
1	Católico
2	Protestante
3	Agnóstico
4	Espírita
5	Ateu
6	Fé Bahaí
7	Judeu
8	Sem religião
9	Umbanda
10	Mórmon
11	Pagão
12	Budista
13	Hindu
14	Ecumênico
15	Sincrético
16	Wicca
17	Cristão
18	Afro
19	Rosacruz
20	Espiritualista
21	Islâmico
22	Humanista
23	Adventista
36	Não respondeu

Q6 (6) P6. Renda familiar mensal (em faixas)

Measurement Level: Ordinal

Missing Values: 8

Value	Label
1	Até U$ 500,00
2	Entre U$ 501,00 e U$ 1.000,00
3	Entre U$ 1.001,00 e U$ 1.700,00
4	Entre U$ 1.701,00 e U$ 2.500,00

5	Entre U$ 2.501,00 e U$ 3.500,00
6	Acima de U$ 3.500,00
8	Não respondeu

Q7 (7) P7. Quantas pessoas participam desta renda familiar mensal?

Measurement Level: Nominal
Missing Values: 36

Value	Label
36	Não respondeu

Q8 (8) P8. Escolaridade

Measurement Level: Ordinal
Missing Values: 36

Value	Label
1	Analfabeto - Ensino Fundamental Incompleto
2	Ensino Fundamental Completo - Ensino Médio Incompleto
3	Ensino Médio Completo - Ensino Superior Incompleto
4	Ensino Superior Completo - Pós-Graduação Incompleta
5	Pós-Graduação Completa
36	Não respondeu

Q9 (9) P9. Qual é a língua mais falada em seu país?

Measurement Level: Ordinal
Missing Values: 36

Value	Label
1	Português
2	Inglês
3	Criolo
4	Espanhol
5	Chinês
6	Coreano
7	Alemão
8	Francês
9	Várias línguas e/ou dialetos
36	Não respondeu

Q10(10)	P10. Você gostaria que a língua portuguesa se tornasse a língua oficial em alguns fóruns internacionais?

Measurement Level: Ordinal
Missing Values: 36

Value	Label
1	Sim
2	Não
36	Não sabe / Não respondeu

Q11(11)	P11. Você tem conhecimento da existência de alguma instituição internacional que congrega todos os países de língua portuguesa?

Measurement Level: Ordinal
Missing Values: 36

Value	Label
1	Sim
2	Não
36	Não sabe / Não respondeu

Q12 (12)	P12a. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: União Européia?
Q13 (13)	P12b. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: Nafta?
Q14 (14)	P12c. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: CPLP?
Q15 (15)	P12d. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: CommonWealth?
Q16 (16)	P12e. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: CEDEAO?
Q17 (17)	P12f. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: SADC?
Q18 (18)	P12g. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: APEC?
Q19 (19)	P12h. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: PALOP's?

Measurement Level: Ordinal

Value	Label

Value	Label
1	Sim
2	Não
36	Não sabe / Não respondeu

Q20 (20)	P12i. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: outras
Q21 (21)	P12j. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: outras
Q22 (22)	P12k. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: outras
Q23 (23)	P12l. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: outras
Q24 (24)	P12m. Você conhece ou já ouviu falar da comunidade internacional: outras

Missing Values: 0

Value	Label
0	Não se aplica
1	ONU
2	Mercosul
3	Conselho Internacional de Enfermagem
4	Rede Lusófona de Educação Ambiental
5	Conselho Internacional da Carta da Terra
6	Conselho Interncional da Agenda 21 Global
7	Global Youth Network
8	Organização do Tratado do Atlântico Norte
9	União de Nações Sul-Americanas
10	Organização Mundial do Comércio
11	OPEC/OPEP
12	Unicef
13	FAO (Alimentação e agricultura das Nações Unidas)
14	Comunidade Andina
15	OCDE
16	ALCA
17	CAN
18	União do Magreb árabe
19	OIT
20	FSM
21	BID
22	FMI
23	ASEAN
24	CARICOM
25	OEA
26	Comunidade dos Países da África
27	CEPAL
28	BIRD

29	Fórum do Pacífico Sul
30	ALBA
31	Benelux
32	CFA
33	Anzcerta
34	Comesa
35	Aladi
36	MCCA
37	Tigres Asiáticos
38	FIFA
39	Unesco
40	OMS
41	Conesul
42	Organização da Unidade Africana
43	Pacto Andino
44	OLP
45	Mercocidades
46	SACU
47	IBSA
48	WHO
49	Grulac
50	UEMOA/UOMOA

Q25 (25) P13. Qual a sua avaliação da atuação da CPLP no cenário internacional?

Measurement Level: Ordinal

Value	Label
1	Bom
2	Médio
3	Ruim
4	Não tem nenhuma atuação efetiva
7	Não sabe
36	Não respondeu

Q26 (26)	P14a. De acordo com seus conhecimentos, como você classificaria a relação entre Portugal e Brasil (sua ex-colônia)?
Q27 (27)	P14b. De acordo com seus conhecimentos, como você classificaria a relação entre Portugal e Angola (sua ex-colônia)?
Q28 (28)	P14c. De acordo com seus conhecimentos, como você classificaria a relação entre Portugal e Moçambique (sua ex-colônia)?
Q29 (29)	P14d. De acordo com seus conhecimentos, como você classificaria a relação entre Portugal e Guiné-Bissau (sua ex-colônia)?

Q30 (30)	P14e. De acordo com seus conhecimentos, como você classificaria a relação entre Portugal e Cabo Verde (sua ex-colônia)?
Q31 (31)	P14f. De acordo com seus conhecimentos, como você classificaria a relação entre Portugal e São Tomé e Príncipe (sua ex-colônia)?
Q32 (32)	P14g. De acordo com seus conhecimentos, como você classificaria a relação entre Portugal e Timor Leste (sua ex-colônia)?
Q33 (33)	P14h. De acordo com seus conhecimentos, como você classificaria a relação das ex-colônias portuguesas entre si?

Measurement Level: Ordinal
Missing Values: 36

Value	Label
1	Boa relação
2	Relação mediana
3	Relação ruim
7	Não sabe
36	Não respondeu

Q34 (34)	P15a. Aspectos relevantes para as relações entre os países: Econômico (por ordem de importância)
Q35 (35)	P15b. Aspectos relevantes para as relações entre os países: Tecnológico - Científico (por ordem de importância)
Q36 (36)	P15c. Aspectos relevantes para as relações entre os países: Defesa (por ordem de importância)
Q37 (37)	P15d. Aspectos relevantes para as relações entre os países: Linguístico (por ordem de importância)
Q38 (38)	P15e. Aspectos relevantes para as relações entre os países: Político (por ordem de importância)
Q39 (39)	P15f. Aspectos relevantes para as relações entre os países: Cultural (por ordem de importância)
Q40 (40)	P15g. Aspectos relevantes para as relações entre os países: Comercial (por ordem de importância)
Q41 (41)	P15h. Aspectos relevantes para as relações entre os países: outros (por ordem de importância)

Measurement Level: Nominal
Missing Values: 36

Q42 (42) P1. Nacionalidade do respondente (agregada)

Measurement Level: Ordinal

Value	Label
1	Português
2	Brasileiro
3	PALOP's
6	Outras

Q25_reco (43) P13. Avaliação da atuação da CPLP no cenário internacional (agregada)

Measurement Level: Ordinal

Value	Label
1	Boa
2	Não tem nenhuma atuação efetiva
3	Ruim
7	Não sabe / Não respondeu

Índice (44) Índice de identidade

Measurement Level: Ordinal

Value	Label
0	Mais fraco
6	Mais forte